



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Exm.º Senhor  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades e  
Garantias  
Assembleia da República  
Palácio de S. Bento

1249 – 068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA:  
Of.º n.º 1627/XII/1.ª

SUA COMUNICAÇÃO DE:  
11/12/2012

NOSSA REFERÊNCIA:  
Of.º n.º 320/2013  
Proc.º n.º 233/2007 – L.º 115

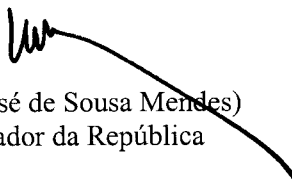
NOSSA COMUNICAÇÃO DE:  
04/01/2013

ASSUNTO: **Parecer sobre Projecto de Lei n.º 113/XII/2.ª (GOV) – “Aprova o Código de Processo Civil”**

Em cumprimento do despacho exarado por Sua Excelência o Conselheiro Vice-Procuradora-Geral da República, tenho a honra de enviar a V. Ex.ª o *parecer* emitido no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público, sobre a Proposta de Lei n.º 113/XII/2.ª (GOV) que aprova o Código de Processo Civil.

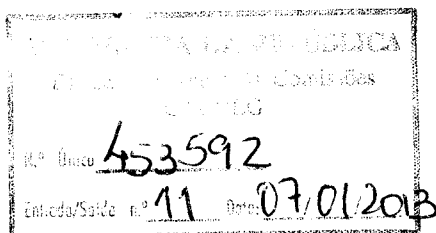
Com os melhores cumprimentos, *de elevada estima e consideração.*

O SECRETÁRIO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



(Carlos José de Sousa Mendes)  
Procurador da República

607053\_1  
/BBF





PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## **REFORMA DO PROCESSO CIVIL**

### **Código de Processo Civil**

#### ***PARECER DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO***

Na fase de consulta pública sobre a Proposta de Lei do “Novo Código de Processo Civil”, solicitou o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1ª Comissão) da Assembleia da República, ao Conselho Superior do Ministério Público, a emissão de parecer escrito sobre aquela proposta, o que se passa a fazer nos termos do disposto na alínea h) do artigo 27º do Estatuto do Ministério Público.

#### **1 - Exposição de motivos**

Na exposição de motivos que antecede o articulado da Proposta de Lei, começa o Governo por justificar a apresentação desta com os compromissos assumidos no Programa do XIX Governo Constitucional, por um lado, e no “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica”, celebrado com o

Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, no qual o Governo assumiu o compromisso de rever o Código de Processo Civil.

A previsão constante do Programa do Governo abrangia a redução das formas de processo e a simplificação do regime, enquanto o compromisso estabelecido com as referidas instituições comunitárias e internacionais, relativamente à revisão do Código de Processo Civil, tinha em vista o combate à acumulação de processos nos tribunais.

Depois de fazer uma breve incursão sobre a evolução do Código de Processo Civil de 1939, refere-se na exposição de motivos que a reforma de 1995/1996, com início de vigência em 1 de Janeiro de 1997, promoveu a primeira rotura com a ideologia de 1939, consagrando novos princípios, mas que, passados que são quinze anos, chegou o momento de apurar se essa radical transformação produziu os resultados adequados à obtenção de uma justiça cível eficaz e administrada em tempo útil, só podendo a resposta ser negativa.

Embora os meios colocados, quer humanos, quer financeiros e mesmo os físicos, não tenham sofrido qualquer quebra, as pendências processuais injustificadas aumentaram geometricamente, pelo que os operadores judiciais não têm motivos para sentir confortados com a justiça administrada depois daquela reforma, o que torna absolutamente necessário proceder a uma nova reforma para debelar aquilo que é classificado como *“os vícios que impõem as pendências patológicas, os atrasos injustificáveis e as irresponsabilidades consequentes”*.

## **2 – O anterior projecto de revisão**

### **2.1 – A Comissão para a Reforma do Processo Civil**

Em Outubro de 2012, a solicitação do Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, este Conselho Superior pronunciou-se sobre o projecto de Proposta de Lei, tendo apresentado um vasto conjunto de propostas de alteração ao texto apresentado.

Aliás, recuando um pouco mais, já em Março de 2012 havíamos apresentado ao Governo um outro parecer, no qual tivemos a oportunidade de dizer que a reforma do Código de Processo Civil justificava uma reforma de maior fôlego, que não se compadecia com alterações circunstanciais, conjunturais, tantas vezes, contraditórias entre si.

Dissemos então que, datando o Código de Processo Civil a reformar de 1961, representa este, no entanto, pouco mais do que um mero aperfeiçoamento do Código de Processo Civil de 1939, que introduziu no Direito português o regime da oralidade e o período de saneamento processual.

Aludimos, então, às múltiplas, fragmentárias e contraditórias reformas que sucederam, desde 1961, sendo a actual revisão a 43<sup>a</sup> revisão posterior ao Decreto-Lei 329-A/95 de 12 de Dezembro, sendo que antes de 1995 se contabilizavam, pelo menos, outras 27 alterações, o que, tudo somado, são cerca de setenta profundas modificações desde a entrada em vigor do Código de Processo Civil.

Salientámos então que, face ao desajustamento entre a realidade normativa e a evolução social, é inquestionável, entre a comunidade científica e entre os operadores judiciais, a necessidade e a importância de um novo Código de Processo Civil.

A Proposta de Lei que agora se nos apresenta, embora apresente uma estrutura formal diferente do projecto oriundo da “Comissão para a Reforma do Processo Civil” – desde logo pela renumeração de todos os artigos – ficará aquém de um novo código, embora não se ignore que o prazo extremamente limitado imposto ao Governo, em virtude dos compromissos assumidos pelo Estado Português no âmbito do Memorando de Entendimento, poderá não ter permitido uma solução diferente.

Aliás, a propósito da renumeração total dos artigos do código, é muito duvidoso que a solução proposta apresente vantagens. Na verdade, se, por um lado, todo o articulado fica mais “arrumado”, sem artigos em branco e sem sequências de artigos identificados por números seguidos de letras, por outro lado cria uma enorme dificuldade no manuseamento do diploma, para os operadores judiciais em geral.

Com esta solução, torna-se mais difícil a aferição da doutrina e da jurisprudência, sedimentada ao longo de décadas, à nova realidade normativa.

Não se tratando de um novo código, não fará grande sentido renumerar a totalidade dos artigos e, pesando os prós e os contras da solução, parece-nos que teria sido preferível manter a numeração anterior.

Também dissemos então – o que se reafirma - que um aspecto decisivo para a prossecução do princípio da celeridade processual tem a ver com a reorganização judiciária e que, mais do que uma alteração extensa do Código de Processo Civil, seria fundamental promover a Reforma do Mapa Judiciário.

Ora, nesse particular, temos de reconhecer os avanços feitos neste capítulo, uma vez que, simultaneamente com a apreciação destas alterações ao processo civil, está a Assembleia da República a apreciar, também, dois diplomas que corporizam a aludida reforma do mapa judiciário – a Lei de Organização dos Serviços Judiciários e a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, já aprovados na generalidade.

## **2.2 – Comparação da actual Proposta de Lei com o projecto oriundo da Comissão para a Reforma do Processo Civil**

### **2.2.1 – Na generalidade**

A Proposta de Lei do novo Código de Processo Civil introduz significativas alterações ao anteprojecto que foi sujeito a consulta pública em Fevereiro/Março de 2012 e ao projecto apresentado em Outubro do mesmo ano.

*Como se refere na exposição de motivos “o acervo das alterações ora introduzidas permite classificar esta reforma como a mais profunda realizada no processo civil português desde 1939, o que, só por si, justifica que estejamos perante um novo código de processo civil, com nova sistematização, sendo de referir a transferência das disposições relativas aos princípios gerais para os preceitos iniciais e a*

*deslocação das disposições relativas à instrução do processo, bem como a eliminação de processos especiais que, actualmente, já não se justificam”.*

Sem prejuízo das observações acima feitas à renumeração dos artigos do diploma, a nova sistematização afigura-se-nos inteiramente adequada, sendo certo também que, no tocante ao processo de execução, se mantém basicamente o teor do anteprojecto anterior, sobre o qual o Conselho Superior do Ministério Público já emitiu parecer em Março de 2012.

Em linhas gerais, a actual Proposta de Lei, apesar de seguir as orientações que já constavam do anteprojecto (Fevereiro/Março de 2012) e do projecto (Outubro de 2012), introduziu alterações relevantes, suprimindo o processo sumário e estabelecendo uma forma única de processo, alterando a designação de audiência preliminar para audiência prévia e enfatizando ainda mais a essencialidade de tal diligência.

### **2.2.2 – Na especialidade**

A comparação da Proposta de Lei com o actual código foi difícil e morosa, dada a renumeração dos artigos.

Por outro lado, da comparação da PL com os projectos apresentados em Fevereiro/Março e Outubro do ano transacto, e com as sugestões de alteração que então apresentámos, constatamos que poucas das nossas sugestões foram acolhidas na Proposta de Lei.

## **3 – A Proposta de Lei**

### **3.1 – Normas inovadoras**

Creemos que não serão de repetir aqui as considerações que já constam do anterior parecer do CSMP sobre o anteprojecto, relativamente às disposições que não sofreram alteração, pelo que iremos abordar apenas as normas agora inovadas e aquelas que nos suscitam maiores dúvidas ou perplexidades.

#### **Artº 97º nº 1 – (actual artº 102º nº 1)**

##### *Regime de arguição – Legitimidade e oportunidade*

Prevê-se a impossibilidade de conhecimento oficioso pelo tribunal da incompetência absoluta decorrente “da violação de pacto privativo de jurisdição” quando tal violação não determina uma situação de incompetência absoluta (artº 96º) mas sim de incompetência relativa (artº 102º).

Assim, uma vez que se pretende excluir do conhecimento oficioso a violação de pacto privativo de jurisdição, como resulta expressamente do disposto no artº 579º, cremos que, porventura, seria de melhor técnica consagrar tal excepção no artº 103º, referente ao conhecimento da incompetência relativa.

#### **Artº 156º nº 4 – (actual artº 160º)**

##### *Prazo para os actos dos magistrados*



Esta nova disposição prevê que “decorridos 3 meses sobre o termo do prazo fixado para a prática do acto próprio do juiz, sem que o mesmo tenha sido praticado, deve o juiz consignar a concreta razão da inobservância do prazo”.

Apesar do relevo que é conferido a esta inovação na parte final da exposição de motivos, cremos que se deveria ser ainda mais exigente no caso de ocorrer um excesso do prazo superior a 3 meses (por exemplo mais de 6 meses), situação em que se justificaria porventura prever um mecanismo semelhante ao fixado no artº 105º do Código de Processo Penal (comunicações ao presidente do tribunal e ao Conselho Superior da Magistratura).

#### **Artº 310º - (actual artº 319º)**

##### *Consequências da decisão do incidente de valor*

A norma mantém redacção idêntica à do actual artº 319º, apesar de ter passado a haver uma única forma de processo, o que se mostra incongruente, nomeadamente no domínio da incompetência em razão do valor.

#### **Artº 369º - (disposição nova)**

##### *Inversão do contencioso*

Prevê-se a possibilidade de, a seu requerimento, o A. da providência cautelar ser dispensado de propor a acção principal, se for possível formar convicção segura da existência do direito acautelado e a natureza da providência decretada for adequada a realizar a composição definitiva do litígio.

Na exposição de motivos refere-se que o objectivo desta norma foi evitar “que tenha de se repetir inteiramente, no âmbito da acção principal, a mesma controvérsia que acabou de ser apreciada e decidida no âmbito do procedimento cautelar – obstando aos custos e demoras decorrentes desta duplicação de procedimentos...”.

Contudo, parece-nos muito duvidoso que se consiga qualquer diminuição de custos e demoras, dado que, afinal, o que sucede é que se transfere para o requerido o ónus de propor a acção principal – artº 371º.

Creemos, aliás, que, pelo contrário, será provável vir a verificar-se um aumento da litigância no âmbito das providências cautelares, pois será sempre bastante sedutor para o A. tentar obter por essa via de natureza urgente uma decisão definitiva.

Veja-se que, no âmbito da jurisdição administrativa, onde desde 2004 se previu, no artº 121º do CPTA “a antecipação do juízo sobre a causa principal” se assistiu a grande aumento de entradas de processos cautelares, o que teve como consequência um maior atraso na movimentação dos processos não urgentes (e só 6 anos depois, a partir de 2010, é que se assistiu a uma diminuição da entrada de processos cautelares, como pode ver-se nos respectivos relatórios anuais da PGR).

Por outro lado, prevê-se no nº 2 desta norma ser admissível o requerimento do A. (de dispensa de propor a acção principal) “até ao encerramento da audiência final”, o que se nos afigura poder colocar o requerido perante uma decisão-

surpresa, pelo que seria eventualmente preferível que tal requerimento devesse ter lugar logo na petição inicial.

A manter-se a redacção proposta, o requerido poderá eventualmente alegar a existência de violação do contraditório e requerer a produção de mais prova, o que irá causar demora na fase de audiência de julgamento.

#### **Artº 466º - (disposição nova)**

##### *Declarações de parte*

A norma admite a prestação de declarações das partes como forma do seu dever de cooperação (artº 417º), prova que pode ser requerida “até ao início das alegações orais em 1ª instância”.

Creemos que se trata de prazo excessivamente alargado, devendo talvez ser antes fixado de acordo com o previsto para a prova testemunhal no artº 552º nº 2 – juntamente com a petição, a contestação e a réplica – e no artº 598º - até 20 dias antes da data em que se realiza a audiência de julgamento.

#### **Artº 516º - (actual artº 638º)**

##### *Regime do depoimento*

A testemunha depõe sobre o tema da prova, sem sujeição a factos individualizados, sendo de sublinhar que deixou de existir qualquer disposição semelhante ao actual artº 633º - não há, pois, qualquer restrição ao número de

testemunhas que podem depor sobre cada facto, o que é consequência precisamente de se ter eliminado a existência de qualquer base instrutória integrada por factos individualizados, como decorre do artº 596º, nº1, que prevê apenas aquilo que designa como “identificar o objecto do litígio e enunciar os temas da prova”.

Assim, as dificuldades na condução do depoimento serão decorrentes da própria fluidez do conceito “temas da prova”, que não se encontra minimamente definido.

#### **Artº 594º - (actual artº 595º)**

##### *Tentativa de conciliação*

Altera-se a redacção desta norma nos seus vários números, sendo de sublinhar a alteração introduzida no seu nº4 que impõe que “frustrando-se, total ou parcialmente a conciliação ficam consignadas em acta as concretas soluções sugeridas pelo juiz” o que, salvo melhor opinião, põe em causa a posição de imparcialidade do juiz e só contribuirá para que tal diligência seja, na maior parte das vezes, infrutífera.

#### **Artº 617º (actual artº 618º)**

##### *Processamento subsequente*

O nº 4 e o nº 6 desta norma prevêem agora formas distintas de impugnar a decisão que defira a arguição de nulidade ou de reforma da sentença – o actual

artº 670º nº 4 previa simplesmente a possibilidade de recurso por parte do recorrido/prejudicado.

O artº 617º nº 4 dispõe que o recorrido (no caso de o recorrente ter obtido o suprimento da nulidade e desistido do recurso) pode “ requerer a subida dos autos para decidir da admissibilidade da alteração da introduzida na sentença, assumindo a partir desse momento a posição de recorrente”. Parece, pois, que se tratará de mero requerimento, suscitando-se, porém, alguma dúvida sobre se terá de apresentar alegações ou pagar taxa de justiça.

Contudo, no caso de a nulidade ser arguida perante o juiz que proferiu a sentença por esta não admitir recurso ordinário, o artº 617º nº 6, prevê que a parte prejudicada pode interpor recurso mesmo que a causa esteja compreendida na alçada do tribunal, apesar de não suspender a exequibilidade da sentença.

#### **Artº 629º - (actual artº 678º)**

##### *Decisões que admitem recurso*

A norma veio acrescentar ao elenco das decisões de que é sempre admissível recurso a constante do seu nº 2 al. d) – “ Do acórdão da Relação que esteja em contradição com outro, dessa ou de diferente Relação, sobre a mesma questão fundamental de direito e do qual não caiba recurso ordinário por motivo estranho à alçada do tribunal, salvo se a orientação nele adoptada já tiver sido seguida pelo Supremo Tribunal de Justiça.”

Por sua vez, o artº 671º nº 2 veio alterar o disposto no actual artº 721º nº 2, passando a dispor que os acórdãos interlocutórios da Relação podem ser objecto de revista quando: “ a) nos casos em que o recurso é sempre admissível” e “b)

quando estejam em contradição com outro já transitado em julgado, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, salvo se tiver sido proferido acórdão de uniformização de jurisprudência com ele conforme”.

Parece-nos que não se mostra fácil compatibilizar estas duas disposições.

Na verdade, cremos que existirá eventual lapso no facto de a 1ª norma – artº 629º nº 2 al. d) – fazer apenas referência à exigência da mesma questão fundamental de direito, não referindo a exigência de se estar no domínio da mesma legislação.

Por outro lado, certamente se suscitarão dúvidas quanto à interpretação da parte final da norma “salvo se a orientação nele adoptada já tiver sido seguida pelo Supremo Tribunal de Justiça”.

Esta redacção permitirá defender, porventura, que basta a existência de um único acórdão do STJ concordante com o acórdão da Relação de que se pretende recorrer para impedir a admissibilidade do recurso de revista, o que, parece-nos, não terá sido a intenção do legislador.

#### **Artº 671º - (actual artº 721º)**

##### *Decisões que comportam revista*

O artº 672º nº 3 procede a uma alteração significativa à admissibilidade da revista em consequência da “dupla conforme”.

Para além de a tornar admissível nos casos em que o acórdão da Relação tenha sido proferido com fundamentação essencialmente diferente, ressalva expressamente aos casos em que o recurso é sempre admissível, previstos no artº

629º nº 2, pelo que se verifica um alargamento sensível da admissibilidade da revista, mitigando o princípio da “dupla conforme”, o que se nos afigura ser de louvar.

É de salientar ainda que são suprimidos diversos processos especiais sobre os quais apenas se refere na exposição de motivos que “ actualmente já não se justificam”, do mesmo modo que se exclui também a regulamentação do processo de inventário, apesar de não se encontrar ainda vigente novo regime para o processo de inventário.

#### **4 – A acção executiva**

No que diz respeito à acção executiva, a PL de “Novo Código de Processo Civil” introduz alterações que serão tratadas de acordo com a seguinte sistematização:

1. pressuposto específico formal
2. intervenientes na acção executiva
3. tramitação
4. penhora
5. pagamento
6. outras considerações

##### **1. Pressuposto específico formal**

A reforma do processo civil pretende suprimir a força executiva dos documentos particulares e reconhecer expressamente a força executiva dos títulos de crédito prescritos.

A supressão da força executiva dos documentos particulares constitui um retrocesso na tendência recente de alargamento do elenco dos títulos executivos. Trata-se de uma alteração suscetível de críticas desde logo porque não são conhecidos dados estatísticos que permitam associar uma maior percentagem de procedência de oposições quando se executam títulos documentos particulares.

A circunstância de o documento particular ser título não obsta a que o executado apresente oposição à execução, sendo certo que os fundamentos de que pode lançar mão são exatamente os mesmos que poderia invocar em sede de ação declarativa.

O argumento de que o documento particular não deveria viabilizar dispensa de citação prévia não implica de modo nenhum que se suprima a sua força executiva, bastando para tal que a alteração se circunscreva à adaptação do atual art. 812.º-C, als. c) e d) do Código de Processo Civil (CPC).

Deve dizer-se que a eliminação da anterior al. c) do art. 46.º, n.º 1 não implica que todos os documentos particulares deixem de ser títulos já que se mantém a exequibilidade de títulos resultante de disposição especial (atual art. 704.º, n.º 1, al. d) que continua a sustentar, por exemplo, a força executiva da ata da assembleia de condomínio – art. 6.º, n.º 1 do DL 268/94, de 25 de outubro).



A existência de documento particular de que resulte a constituição ou reconhecimento da obrigação faz presumir a existência de um conflito de interesses não substancial. Nessa medida, parece adequado que a intervenção jurisdicional tenha lugar no âmbito da ação executiva e por iniciativa do devedor / executado.

É positivo o efeito clarificador da alteração respeitante aos títulos de créditos “meros quirógrafos”, que aliás consagra a solução que já era maioritariamente seguida pela jurisprudência dos tribunais superiores (a título de exemplo, Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 15.3.2012, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) como Proc. n.º 227/10.7TBBGC-A.P1.S1).

## **2. Intervenientes**

Afigura-se positiva a alteração respeitante à possibilidade de intervenção do oficial de justiça a desempenhar as funções de agente de execução nas execuções de valor não superior ao dobro da alçada do tribunal de 1.<sup>a</sup> instância em que sejam exequentes pessoas singulares, e que tenham por objeto créditos não resultantes de uma actividade comercial ou industrial, e nas execuções de valor não superior à alçada da Relação, se o crédito exequendo for de natureza laboral (art. 722.º, n.º 1, als. e) e f)). Esta solução não exclui a possibilidade de intervenção do agente de execução (intervirá o agente de execução ou oficial de justiça de acordo com a opção do próprio exequente) mas faculta ao exequente (credor que apenas pontualmente recorre ao tribunal, com litígios de pequena dimensão) instrumentos que lhe permitem contornar eventuais dificuldades de interação com o agente de execução.

Nesta parte o projecto de reforma coincide com a solução (temporariamente vigente) do art. 19.º do DL 226/2008, de 20 de novembro, e alarga a solução que atualmente vigora para os beneficiários de proteção jurídica (art. 35.º-A da L 34/2004, de 29 de julho).

É positivo o efeito clarificador da alteração que se pretende introduzir com o art. 719.º da PL, muito embora essa solução fosse já consensualmente respeitada na prática.

Contudo, devem acautelar-se expressamente situações de fronteira em que pode causar estranheza a competência que se atribui ao agente de execução (por exemplo, o requerimento do exequente para chamar à execução o devedor no caso de dívida provida de garantia real sobre bens de terceiro, nos termos do art. 54, nº2 da PL; ou o requerimento do exequente que chama à execução o devedor subsidiário, nos termos do art. 745º, n.º 5 da PL).

O critério a seguir na repartição de competências deve ter sempre presente que ao juiz compete dirimir conflitos substanciais, exercer sindicância sobre atos do agente de execução e decidir questões de particular importância.

### **3. Tramitação**

A divisão da ação executiva em execução sumária e ordinária afigura-se desprovida de significado útil e absolutamente contrária ao espírito global da reforma do processo civil. Com efeito, enquanto a exposição de motivos enuncia propósitos de simplificação e redução das formas de processo, na ação executiva o movimento aparenta ser de sentido contrário. Por outro lado, aquilo que separa as novas formas

sumária e ordinária alcançar-se-ia sem esforço reformando o Código apenas na parte respeitante à fase inicial da ação declarativa, nomeadamente no que se refere à opção entre citação prévia, dispensa de citação prévia e remessa para despacho liminar.

Concretamente sugere-se a manutenção das prerrogativas do agente de execução de recusa do requerimento executivo ou remessa para despacho liminar tal como estão hoje consagradas nos arts. 811.º, n.º 1 e 812.º-D do CPC. Sendo o processo remetido para despacho liminar competirá ao juiz de execução indeferir liminarmente o requerimento executivo (no todo ou em parte) (arts. 812.º-E, n.os 1, 2 e 4), convidar o exequente ao seu aperfeiçoamento (art. 812.º-E, n.º 3) ou viabilizar o prosseguimento dos autos. Caso viabilize, o juiz deve determinar que o agente de execução efetue a citação do executado (art. 812.º-E) ou a penhora (caso a remessa para despacho liminar tenha tido fundamento nas als. e) a g) do art. 812.º-D e, cumulativamente, caso a hipótese prática se insira ao mesmo tempo no art. 812.º-C).

Deve haver lugar a penhora com dispensa de citação prévia nas hipóteses enunciadas no art. 812.º-C bem como nas hipóteses em que o caso prático não se enquadra no art. 812.º-C mas o juiz autoriza a inversão de ordem, tutelando cautelarmente a posição do exequente.

Deve haver lugar a citação prévia do executado nos casos do art. 812.º-F, n.º 2 e nas hipóteses em que o caso prático se insere no art. 812.º-C, optando contudo o exequente pela realização de citação antes da penhora (art. 812.º-F, n.º 1, *in fine*). A

citação prévia (não condicionada a despacho liminar) será também o caminho a seguir nas hipóteses que não se inserem nem no art. 812.º-C, nem no art. 812.º-D.

A tramitação que se propõe para a ação executiva quando o título é sentença corresponde ao desenvolvimento da figura processual já contemplada pelo atual art. 675.º-A do CPC e 48.º da Portaria 331-B/2009, de 30 de março. Inova em dois aspectos: em primeiro lugar, preconiza que a ação executiva corra nos próprios autos e não por apenso; em segundo lugar, admite a possibilidade de cumulação de execuções de espécies diferentes (arts. 627.º e 711.º da PL). Seria prudente clarificar a redação do art. 711.º da PL no sentido de deixar claro (se for esse o caso) que a possibilidade nele contemplada inclui a hipótese de os pedidos deverem ser executados por execuções com fins diferentes. Compreende-se e saúda-se o propósito de simplificação (o exequente deixa de se obrigado a propor e gerir múltiplas execuções) mas fica a dúvida sobre a tramitação que segue a ação executiva em caso de cumulação de execuções com fins diferentes.

Não se vislumbra vantagem na recuperação da expressão “embargos” (artº 728º da PL) para a oposição à execução, tanto mais que a expressão oposição à execução não é de utilização recente.

Pelo contrário, é extremamente positiva a alteração no que se refere ao leque de fundamentos de oposição quando o título seja injunção. Por um lado, esta alteração vem pôr cobro às dúvidas de interpretação em torno do atual art. 814.º, n.º 2 do CPC na parte em que refere “desde que o procedimento de formação desse título admita oposição pelo requerido” (não se percebia em que situações a injunção se tornava

título escapando à possibilidade de contraditório pelo requerido); por outro lado, sempre se afigurou temerário restringir o leque de fundamentos de oposição equiparando-os à sentença, tanto mais que a injunção pode não pressupor um ato de citação *stricto sensu* (veja a possibilidade de notificação prevista no art. 12.º, n.os 3, 4 e 5 do Regime Anexo ao DL 269/98, de 1 de setembro) (a propósito desta questão vejam-se também os Acs. do Tribunal Constitucional n.os 283/2011 e 658/2006 ou o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 3.7.2012, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) com o n.º de processo 19664/11.3YYLSB-A.C1).

A apresentação de oposição à execução passa a ter efeito suspensivo apenas na hipótese de ser prestada caução, produção de princípio de prova quanto à genuinidade da assinatura em documento particular (recorde-se que foi abolida a força executiva dos documentos particulares tal como se encontrava prevista no atual art. 46.º, n.º 1, al. c) o que significa que esta norma deixará de ter aplicação prática significativa) ou em caso de impugnação da exigibilidade ou liquidação da obrigação exequenda sempre que o juiz entenda que a suspensão se justifica. Caso tenha sido apresentada oposição sendo o bem penhorado casa de habitação efectiva do embargante, o juiz pode determinar que a venda aguarde a decisão de 1.ª instância dos embargos (art. 733º, nº5 da PL).

É igualmente muito positiva a previsão de um incidente com estrutura declarativa para a apreciação do requerimento de comunicabilidade da dívida. O esquema do atual art. 825.º, n.os 2 a 6 do CPC parece permitir que a comunicabilidade seja afastada por mera declaração de não aceitação (sem qualquer fundamentação) do cônjuge do

executado o que frustra injustificadamente as perspectivas de atuação deste instituto (art. 741 e 742º da PL).

Faz sentido não forçar a citação edital em execuções que devam ser julgadas extintas por não terem sido identificados bens do executado. Trata-se de generalizar a possibilidade que já constava do atual art. 832.º, n.º 3 do CPC, sendo certo que aqui, sempre que do registo informático de execuções resultasse uma anterior execução terminada sem pagamento integral, o executado não era sequer citado. Compreende-se e acompanha-se o intuito de evitar que se pratiquem atos totalmente inócuos do ponto de vista dos interesses envolvidos na ação mas lamenta-se a circunstância de a regra se aplicar apenas nos processos que seguem a forma sumária (art. 855.º, n.º 4 da PL). O prazo de 3 meses é claramente excessivo face ao considerável acervo de informação de que actualmente dispõe o agente de execução e ao modo (facilitado) como acede a essa informação, no que se refere à pesquisa de bens do executado.

#### **4. Penhora**

É positivo que se esclareça que os limites estipulados à penhora de vencimentos dizem respeito a valores líquidos (art. 738.º, n.º 1 da PL), assim como é positivo que se abandone o estabelecimento de uma ordem imperativa de bens a penhorar deixando prevalecer, dentro de certos limites, a indicação dada pelo exequente (art. 751.º, n.os 1 e 2 da PL).

Também não se vislumbra obstáculo à penhora de contas bancárias sem dependência de prévio despacho do juiz de execução (art. 780.º da PL) ou à regra de

que os veículos automóveis penhorados devem ser removidos com a imobilização a anteceder o registo da apreensão (art. 768.º, n.º 2 da PL).

Não se vê utilidade na fixação do prazo de 3 meses para extinguir a execução caso não sejam encontrados bens; aliás, o prazo afigura-se excessivo (face ao tipo de pesquisas que devem ser efetuadas) e inócuo (dado que a execução pode sempre ser reaberta assim que sejam posteriormente identificados outros bens) (arts. 750.º, 850.º, n.º 5 da PL).

## **5. Pagamento**

Na fase do pagamento introduzem-se alterações que não são prejudiciais como sejam a possibilidade de estipulação de um plano de pagamentos abrangendo todos os credores e não apenas o exequente (art. 810.º da PL), a preferência atribuída ao exequente na aquisição do bem, se necessário com licitação entre exequente e proponente do maior preço (art. 820.º, n.º 5 da PL) ou o estabelecimento de um prazo para (início ou conclusão?) as diligências de venda (art. 796.º, n.º 1 do projecto).

## **6. Outras considerações**

No que se refere à liquidez, o art. 716º, n.º 5 da PL reproduz a prerrogativa que já constava do art. 47.º, n.º 2 da Lei da Arbitragem Voluntária (aprovada pela L 63/2011, de 14 de dezembro) omitindo contudo a possibilidade de a liquidação ser efectuada por decisão complementar do próprio tribunal arbitral.

O projeto também não esclarece quais são as decisões judiciais que condenem em termos genéricos e cuja liquidação não deve ser efetuada na própria ação declarativa (art. 47.º, n.º 5 e 378.º, n.º 2 do actual CPC ou 704.º, n.º 6 da PL).

É positiva a alteração relativa à extinção da execução por não pagamento das provisões devidas ao agente de execução (art. 721.º, n.os 2 e 3 da PL), regime que substitui o injustificadamente mais complexo esquema de regras atualmente contemplado no art. 15.º-A da Portaria n.º 331-B, de 30 de março. Mas parece excessivo que se associe expressamente o início da instância executiva ao pagamento da taxa de justiça. Esta inovação representa a importação da solução que está em vigor para o requerimento de injunção (art. 724.º, n.º 6 do projeto e art. 5.º, n.º 1 ,al. a) da Portaria n.º 220-A/2008, de 4 de março).

É igualmente positiva (porque clarificadora, sobretudo nesta questão em que prática judiciária não era uniforme) a atribuição de força executiva à nota discriminativa de honorários e despesas do agente de execução, sendo certo que às partes deve ser sempre conferida a possibilidade de impugnar esse valor na ação em que foram realizadas as diligências de execução, isto é, em fase prévia àquela em que o título já está formado (art. 721.º, n.º 5 da PL).

Não se acompanha a obrigatoriedade de envio do original do título de crédito ao tribunal sem que esse original tenha sido expressamente solicitado (art. 724.º, n.º 5 da PL que substitui o atual art. 810.º, n.º 6, al. a) do CPC).



Suscita dúvidas o significado e alcance do art. 551º, n.º 5 da PL, nos termos do qual *“O processo de execução corre em tribunal quando seja requerida ou decorra da lei a prática de ato da competência da secretaria ou do juiz e até à prática do mesmo”*. É que a ação executiva continuará a ser uma ação judicial (aliás, será ainda mais ação judicial do que é atualmente, sobretudo se se considerar a forma ordinária).

## **5 - NOTA FINAL**

Poder-se-á afirmar, com segurança, que a presente Reforma pretende, antes do mais, retomar os grandes princípios que tinham constituído as pedras angulares da alteração operada pelo Dec.- Lei nº 329-A/95, de 12 de Dezembro: a consideração de que *“a celeridade processual passa necessariamente por uma nova cultura judiciária, envolvendo todos os participantes no processo, para o qual deverá contribuir decisivamente um novo modelo de processo civil, simples, flexível, despojado de injustificados formalismos (...) centrado decisivamente na análise e resolução das questões essenciais ligadas ao mérito da causa (cfr. exposição de motivos)*. Para esse efeito, pretende-se *“um novo figurino da audiência preliminar, assente decisivamente num princípio de oralidade e concentração dos debates, pressupondo a intervenção activa de todos os intervenientes na lide, com vista a obter uma delimitação daquilo que é verdadeiramente essencial (...)*.

As soluções são, pois, de continuidade e não de rotura.

Pretende-se, enfim, tal como já o havia pretendido o legislador de 1995, alterar o paradigma do processo civil, objectivo que é, em absoluto, consensual, mas que nos

parece difícil de atingir, pelo menos dentro dos prazos estabelecidos/impostos para a presente reforma.

O legislador da Reforma continua a apostar na audiência preliminar, agora denominada audiência prévia, como fase essencial do processo comum ordinário.

Por via da realização dessa diligência, constituir-se-á, acredita-se, uma verdadeira *comunidade de trabalho* no âmbito da qual o decisor e os representantes das partes, fazendo atuar o princípio da cooperação, tentam conciliar-se, exercem o contraditório, sob o primado da oralidade, relativamente às matérias a decidir no saneador, procedem ao debate oral, destinado a suprir as insuficiências ou imprecisões da factualidade alegada, é proferido despacho saneador, no qual serão apreciadas as excepções dilatórias ou é conhecido de imediato, no todo ou em parte, do mérito da causa e define-se o objecto do litígio e procede-se à enunciação das questões essenciais de facto que constituem o tema da prova.

Todas serão acordes no sentido de que seria excelente se a audiência preliminar lograsse obter este resultado. No entanto, existirá igual unanimidade na constatação de que estes fins apenas raríssimas vezes serão atingidos. E isto por uma simples razão: os operadores judiciais são, em geral, avessos a uma diligência intermédia com o conteúdo que a lei assinala à audiência prévia.

A isto acresce, o facto, não despidendo, da notória falta de uma cultura jurídica de oralidade, de todos termos sido habituados a pensar perante a palavra escrita, de inexistirem nos tribunais espaços físicos que possibilitem um real espaço de trabalho

(as audiências preliminares são efectuados no gabinete do juiz, as mais das vezes sem lugar para todos se sentarem e sempre com os imprescindíveis papéis pousados no colo), tudo se somando a esta circunstância inultrapassável: existirá (quase) sempre uma parte a quem a celeridade, o acordo e a eficiência não interessa de todo e que tudo fará para que a decisão que o venha a vincular seja proferida o mais tarde possível. Por estas e outras razões, as audiências preliminares (quase) nunca são profícuas e essa percepção acaba por criar a convicção generalizada que essa diligência se resolve numa perda de tempo – o que determina que os processos não sejam antecipadamente preparados com suficiência, facto que, por sua vez igualmente contribui para o respectivo inêxito. Por outro lado, inexistente, e continuará a inexistir, qualquer tipo de sanção (processual, pecuniária ou outras) que onere a parte que obste a que esta diligência atinja os fins para que foi instituída.

Face ao exposto, resultará ociosa a conclusão que esta fase do processo, que se diz crucial para a facilitação do julgamento e conseqüente celeridade processual, não irá, com toda a probabilidade, alcançar o fim a que se destina, além do mais, porque não se “reconformam” operadores judiciários com a facilidade com que se reformam diplomas. É certo que a circunstância de anteriormente os diversos intervenientes processuais não terem aderido a este modelo não deve, por si só, obstar a que nele não se insista. Mas será igualmente acertado que não se espere (pelo menos com convicção) que a insistência venha a produzir um resultado muito diferente daquele que hoje ocorre.

Apesar de nos questionarmos se, dada a manutenção do paradigma do Código de 1939, estamos perante um novo código, ou perante um código alterado, não nos

restam dúvidas, todavia, de que, seja qual for a resposta, estamos perante um código melhor.

Ou seja, mesmo tratando-se do mesmo código, estamos perante mudanças donde decorrerão vantagens inquestionáveis: simplificam-se efectivamente alguns procedimentos, eliminam-se processos especiais obsoletos, torna-se mais claro o que não raras vezes se encontrava envolto numa desnecessária e complexa bruma, e não de somenos importância, resolve-se tudo numa linguagem mais perceptível e escurrita.

Em conclusão, parece-nos que as alterações propostas vão no sentido correcto, embora não se deva fechar a porta à possibilidade de, a médio prazo, e com base nos ensinamentos que resultarem da aplicação destas alterações, se poder pensar num diploma totalmente novo, muito mais simplificado e susceptível de, não só romper, mas também impossibilitar procedimentos e modos de actuação que se encontram absolutamente enraizados em todos os que utilizam este instrumento processual civil.

Tal só será porventura possível quando o legislador, livre de apertados calendários impostos por razões de Estado, tiver finalmente o tempo suficiente para, sem peias, e em conjunto com a comunidade científica, pensar num novo paradigma para o processo civil.

Lisboa, 2 de Janeiro de 2013



S. R.  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

# Código de Processo Civil

Parecer do Conselho Superior do Ministério Público  
sobre a Proposta de Lei

31-10-2012



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**REFORMA DO PROCESSO CIVIL**

**Código de Processo Civil**

***PARECER DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO***

Na fase de consulta pública sobre o “Projecto de Novo Código de Processo Civil”, solicitou o gabinete da Senhora Ministra da Justiça, ao Conselho Superior do Ministério Público, a emissão de comentários ou sugestões tidos por convenientes sobre aquele projeto de diploma, o que se passa a fazer nos termos do disposto na alínea h) do artigo 27º do Estatuto do Ministério Público.

**1 - Exposição de motivos**

Na exposição de motivos que antecede o articulado do projeto de diploma, começa por se justificar a apresentação deste com os compromissos assumidos no Programa do XIX Governo Constitucional, por um lado, e no “Memorando de Entendimento sobre as Condicionais de Política Económica”, celebrado com o Banco Central

Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, no qual o Governo assumiu o compromisso de rever o Código de Processo Civil.

A previsão constante do Programa do Governo abrangia a redução das formas de processo e a simplificação do regime, enquanto o compromisso estabelecido com as referidas instituições comunitárias e internacionais, relativamente à revisão do Código de Processo Civil, tinha em vista o combate à acumulação de processos nos tribunais.

Depois de fazer uma breve incursão sobre a evolução do Código de Processo Civil de 1939, refere-se na exposição de motivos que a reforma de 1995/1996, com início de vigência em 1 de Janeiro de 1997, promoveu a primeira rotura com a ideologia de 1939, consagrando novos princípios, mas que, passados que são quinze anos, chegou o momento de apurar se essa radical transformação produziu os resultados adequados à obtenção de uma justiça cível eficaz e administrada em tempo útil, só podendo a resposta ser negativa.

Embora os meios colocados, quer humanos, quer financeiros e mesmo os físicos, não tenham sofrido qualquer quebra, as pendências processuais injustificadas aumentaram geometricamente, pelo que os operadores judiciais não têm motivos para sentir confortados com a justiça administrada depois daquela reforma, o que torna absolutamente necessário proceder a uma nova reforma para debelar aquilo que é classificado como *“os vícios que impõem as pendências patológicas, os atrasos injustificáveis e as irresponsabilidades consequentes”*.

No tocante à estrutura e conteúdo das normas, faz a exposição de motivos uma incursão detalhada pelos meandros do diploma, como se pode verificar pelo quadro seguinte, onde anotámos os artigos correspondentes aos enunciados da exposição e onde detectámos alguns erros e omissões que urge reparar, por uma de duas vias: ou pela consagração no articulado do postulado na exposição de motivos, ou pela eliminação nesta das passagens que não têm correspondência no articulado, como se explicita no quadro seguinte:

<i>Exposição de motivos</i>	<i>Artigos do Projeto e observ.</i>
<p>O Programa do XIX Governo Constitucional prevê como medida essencial a reforma do Processo Civil, mediante a redução das formas de processo e a simplificação do regime, assegurando eficácia e celeridade, apostando, ao mesmo tempo, na desformalização de procedimentos, na oralidade processual e na limitação das questões processuais relevantes, tornando o processo mais eficaz e compreensível pelas partes.</p> <p>Por um lado, como medidas essenciais prevê-se a criação de um novo paradigma para a acção declarativa e para a acção executiva, a consagração de novas regras de gestão e tramitação processual, nomeadamente a obrigatoriedade da realização da audiência <b>preliminar</b> tendo em vista a identificação do objecto do litígio e a enunciação dos temas da prova. Por outro lado, prevê-se ainda como essencial conferir maior eficácia à segunda instância para o exame da matéria de facto e reformar a acção executiva no sentido da sua extinção sempre que o título seja uma sentença, devendo a decisão judicial ser executada como incidente da acção. Por fim, o <i>Programa do Governo prevê que no caso de existir um título</i></p>	<p>(erro)</p> <p>Matéria Não contempla da no articulado</p>



*executivo diferente de sentença, deve ser criado um processo abreviado que permita a resolução célere dos processos.*

No âmbito do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica, celebrado entre a República Portuguesa e o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, no quadro do programa de auxílio financeiro a Portugal, o Governo assumiu o compromisso de rever o Código de Processo Civil.

O Código de Processo Civil é, por natureza, um dos mais sensíveis corpos normativos de qualquer ordenamento jurídico.

Desde logo, face à sua índole e à sua função paradigmática e inspiradora dos demais direitos adjectivos, sofre e beneficia de especial relevo na praxis judiciária; além disso, é nele que se busca o equilíbrio entre as funções do Estado e os direitos dos cidadãos, o que lhe confere uma adequada sensibilidade social, quer para os intervenientes processuais, quer para os cidadãos e ainda para as próprias empresas.

Não é por acaso que o Código de Processo Civil de 1939, obra por demais dirigente de toda a cultura forense em Portugal, foi, apesar da sua perfeição e do rigor que o informava, objecto de diversas alterações, as mais das vezes por causas e com intuítos meramente conjunturais ou com a finalidade de atualizar o léxico adotado, mas sempre sem pôr em causa a natureza dos seus princípios, a sua ideologia, o desenho da função das partes, das suas prerrogativas, responsabilidades e disciplina processual.

Do mesmo passo, até 1995/1996, nenhuma das reformas interpelou o legislador sobre o papel, a função e a natureza da atividade jurdicante do Estado.

Foi na reforma de 1995/1996, com início de vigência em 1 de Janeiro de 1997, que se promoveu a primeira rotura com a ideologia de 1939, consagrando-se novos princípios,

atribuindo-se ao juiz um papel dirigente e ativo, promovendo-se a igualdade substancial dos intervenientes processuais, com privilégio da verdade material, proibindo-se as decisões surpresa e revigorando-se o princípio do contraditório. Em suma, foi nesta reforma que se operou a viragem histórica e a atualização do direito adjetivo civil em Portugal.

Passados que são quinze anos, chegou o momento de apurar se essa radical transformação produziu os resultados adequados à obtenção de uma justiça cível eficaz e administrada em tempo útil. A resposta só pode ser negativa.

De facto, as pendências processuais injustificadas aumentaram geometricamente, os meios colocados, quer humanos, quer financeiros e mesmo os físicos, não sofreram qualquer quebra e, apesar disso, os magistrados judiciais, os magistrados do Ministério Público e os advogados estão longe de se sentirem confortados com a justiça administrada depois da reforma de 1995/1996.

É por demais evidente que se torna absolutamente necessário proceder a uma nova reforma para debelar os vícios que impõem as pendências patológicas, os atrasos injustificáveis e as irresponsabilidades consequentes.

Pode, hoje, concluir-se que a reforma de 1995/1996 erigiu corretamente os princípios orientadores do moderno processo civil, mas não colocou nas mãos dos intervenientes processuais os instrumentos adequados para o tornar eficaz, viabilizando os fins a que se tinha proposto.

É o que se visa agora, com a presente reforma, quando se preconizam e consagram os concretos deveres processuais, os infungíveis poderes de gestão, a inevitável responsabilização de todos os intervenientes, tudo de molde a viabilizar e conferir conteúdo útil aos princípios da verdade material, à cooperação funcional e ao primado da substância sobre a forma.

A presente reforma completa a de 1995/1996, pois não só não entra em rota de colisão com o que aquela hierarquizou, como preenche o vazio da sua concretização e, por essa via, como se disse, a completa.

Urge elencar as alterações e inovações consagradas, que visam alcançar tais objetivos e prosseguir as apontadas finalidades.

São implementadas medidas de simplificação processual e de reforço dos instrumentos de defesa contra o exercício de faculdades dilatórias.

A celeridade processual - indispensável à legitimação dos Tribunais perante a comunidade e instrumento indispensável à realização de uma das fundamentais dimensões do direito fundamental de acesso à justiça - passa necessariamente por uma nova cultura judiciária, envolvendo todos os participantes no processo, para a qual deverá contribuir decisivamente um novo modelo de processo civil, simples e flexível, despojado de injustificados formalismos e floreios adjectivos, centrado decisivamente na análise e resolução das questões essenciais ligadas ao mérito da causa. A consagração de um modelo deste tipo contribuirá decisivamente para inviabilizar e desvalorizar comportamentos processuais arcaicos, assentes na velha praxis de que as formalidades devem prevalecer sobre a substância do litígio e dificultar, condicionar ou distorcer a decisão de mérito.

O novo figurino da **audiência prévia** - designação ora dada à audiência a realizar após a fase dos articulados -, assente decisivamente num princípio de oralidade e concentração dos debates, pressupondo a intervenção activa de todos os intervenientes na lide, com vista a obter uma delimitação daquilo que é verdadeiramente essencial para a sua plena compreensão e justa resolução - conjugado com a regra da inadiabilidade e com a programação da audiência final, - é

591º

susceptível de potenciar esse resultado desejável.

De resto, a instituição de um novo modelo de preparação da audiência final irá repercutir-se também nas fases processuais situadas a montante, influenciando, desde logo, o modo de elaboração dos articulados, devendo as partes a concentrar-se na factualidade essencial e com relevo substantivo, assim se desincentivando a inútil prolixidade que, até agora - face a um processo civil desmesuradamente rígido e preclusivo -, derivava da necessidade de neles se incluírem todos os factos e circunstâncias - essenciais ou instrumentais - mais tarde levados ao questionário. Como é sabido, fruto de uma visão assaz formalista e fundamentalista do ónus de alegação, o entendimento prevalecente na prática forense vem sendo o de que qualquer omissão ou imprecisão na alegação implica o risco de privação do direito à prova sobre matéria que o fluir do pleito viesse a revelar. Agora, homenagear o mérito e a substância em detrimento da mera formalidade processual, confere-se às partes a prerrogativa de articularem os factos essenciais que sustentam as respectivas pretensões, ficando reservada a possibilidade de, ao longo de toda a tramitação, naturalmente amputada de momentos inúteis, vir a entrar nos autos todo um acervo factual merecedor de consideração pelo tribunal com vista à justa composição do litígio.

Para além das consequências deste novo modelo, importa **desincentivar o uso de faculdades dilatórias pelas partes** processando-se tal objectivo em três patamares sucessivos,

599º

532º

face a comportamentos de diferentes gravidades. **O primeiro** deles, associado a actuações que visam produzir uma artificiosa complexização da matéria litigiosa - por exemplo, injustificável prolixidade das peças processuais produzidas, totalmente inadequada à real complexidade da matéria do pleito, ou manifestamente excessiva indicação de meios de prova - deve dar lugar à aplicação de taxa de justiça correspondente à dos processos de especial complexidade.

533º

**O segundo** traduz-se na aplicação à parte de uma taxa sancionatória excepcional, sancionando comportamentos abusivos - acção, oposição, requerimento, recurso, reclamação ou incidente manifestamente improcedentes - censuráveis enquanto decorrentes de exclusiva falta de prudência ou diligência da parte que os utiliza - sem que, todavia, a gravidade do juízo de censura formulado os permita incluir no âmbito da litigância de má-fé.

Noutra  
sede  
legal

Finalmente, **o terceiro patamar** compreende o instituto da litigância de má fé, no qual se incluem os comportamentos gravemente violadores dos deveres de boa fé processual e de cooperação, prevendo-se no Regulamento das Custas Processuais um valor para a multa correspondente suficientemente gravoso e desmotivador, muito superior ao previsto para a taxa sancionatória agravada

Independentemente do sancionamento dos comportamentos dilatórios da parte, são instituídos os mecanismos processuais aptos a preveni-los, permitindo pôr-lhes termo prontamente: para além das normas limitativas do direito ao recurso quanto a meras decisões interlocutórias, de reduzido relevo para os direitos fundamentais das partes, anteriormente referidas, é reduzida a possibilidade de suscitar incidentes pós-decisórios - aclarações ou pretensas nulidades da decisão final - a coberto dos quais se prolonga artificialmente o curso da lide. Assim, **elimina-se o incidente de aclaração ou esclarecimento**

Não  
localizado

de pretensas e, nas mais das vezes, ficcionadas e inexistentes obscuridades ou ambiguidades da decisão reclamada - apenas se consentindo ao interessado arguir, pelo meio próprio, a nulidade da sentença que seja efectivamente ininteligível.

Além disso, cabendo recurso ordinário da decisão, todas as nulidades de que aquela eventualmente padeça não-de ser suscitadas na alegação de recurso, devendo o juiz «a quo» pronunciar-se sobre elas - suprindo-as, se for caso disso - antes da subida dos autos ao tribunal «ad quem». Apenas nos casos em que não seja possível o recurso é que se permite a reclamação autónoma perante o próprio juiz que proferiu a decisão reclamada.

Na mesma linha, reforça-se o regime de defesa contra as demoras abusivas após o julgamento do recurso, até agora constante do artigo 720.º, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 303/07, de 24 de Agosto, que passa a ser imediatamente aplicável a todos os recursos (extracção de traslado onde se processa o incidente anómalo, baixando os autos para prosseguirem no tribunal recorrido, apenas sendo proferida decisão naquele traslado depois de a parte pagar todas as custas e multas que originou com o seu comportamento abusivo).

E, em complemento deste regime processual, estabelece-se que o mesmo é aplicável, com as necessárias adaptações, a incidentes anómalos e dilatórios, suscitados perante quaisquer decisões irrecorríveis proferidas em 1.ª instância.

Relativamente aos despachos interlocutórios em que se apreciem nulidades secundárias, até agora previstas no art. 201.º, apenas se admite recurso quando este tiver por fundamento específico a violação dos princípios básicos da igualdade e do contraditório ou a nulidade invocada tiver influência manifesta no julgamento do mérito, por contenderem com a aquisição processual e factos ou com a

619º

Não  
localizado

197º

admissibilidade de meios probatórios.

À semelhança do que está previsto para a resolução dos conflitos de competência, estabelece-se que o meio impugnatório adequado para questionar a decisão que aprecie a *competência* relativa do tribunal é, não a via do recurso, mas a reclamação para o presidente do tribunal superior, propiciando a resolução célere de todas as questões suscitadas, nomeadamente, em sede de fixação da competência territorial.

Importa-se para o processo comum o regime de **citação de ausentes em parte incerta** instituído no regime processual experimental, prevendo-se que a citação edital determinada pela incerteza do lugar em que o citando se encontra é feita por afixação de edital seguida da publicação de anúncio em página informática de acesso público - substituindo esta publicação em suporte informático os tradicionais anúncios, publicados na imprensa escrita

Mantém-se e reforça-se o poder de direcção do processo pelo juiz e o **princípio do inquisitório** (de particular relevo na eliminação das faculdades dilatórias, no activo suprimento da generalidade da falta de pressupostos processuais, na instrução da causa e na efectiva e activa direcção da audiência).

Mantém-se e **amplia-se o princípio da adequação formal**, em termos de permitir a prática dos actos que melhor se ajustem aos fins do processo, bem como as necessárias adaptações, quando a tramitação processual prevista na lei não se adequa às especificidades da causa ou não seja a mais eficiente.

Importa-se para o processo comum o **princípio da gestão processual**, consagrado e testado no âmbito do regime processual experimental, conferindo ao juiz um poder autónomo de direcção activa do processo, podendo determinar a adopção dos mecanismos de simplificação e agilização

653º/5

al.a)

erro

243º

6º

7º

8º

processual que, respeitando os princípios fundamentais da igualdade das partes e do contraditório, garantam a composição do litígio em prazo razoável.

Quer num caso, quer noutra, até como forma de incentivar o efectivo exercício dos correspondentes poderes, não é admitido recurso das decisões que, em termos prudenciais e relativamente discricionários, o juiz profira em sede de adequação formal e de gestão processual. No entanto, não descurando uma visão participada do processo, impõe-se que tais decisões sejam antecedidas da audição das partes.

É ainda uma visão participada do processo que justifica a inexistência de excepções ao princípio segundo o qual ao juiz não é lícito decidir questões de facto ou de direito, ainda que de conhecimento, sem que as partes tenham tido a possibilidade de sobre elas se pronunciarem.

Ainda em consonância com o princípio da prevalência do mérito sobre meras questões de forma, em conjugação com o assinalado reforço dos poderes de direcção, agilização, adequação e gestão processual do juiz, toda a actividade processual deve ser orientada para propiciar a obtenção de decisões que privilegiem o mérito ou substância sobre a forma, cabendo suprir-se o erro na qualificação pela parte do meio processual utilizado e evitar deficiências ou irregularidades puramente adjectivas que impeçam a composição do litígio ou acabem por distorcer o conteúdo da sentença de mérito, condicionado pelo funcionamento de desproporcionadas cominações ou preclusões processuais.

Confere-se um particular relevo à disciplina dos **procedimentos cautelares** e dos procedimentos autónomos urgentes, introduzindo-se na lei de processo relevantes inovações.

É previsto um procedimento urgente autónomo e auto-suficiente, destinado a possibilitar a obtenção de uma decisão

Não  
localizado

148º

Não  
localizado  
especifica  
mente

1026º e



particularmente célere que, em tempo útil, assegure a tutela efectiva do direito fundamental de personalidade dos entes singulares. Assim, opera-se um rejuvenescimento e alargamento dos mecanismos processuais de tutela da personalidade, no sentido de decretar, no mais curto espaço de tempo, as providências concretamente adequadas a evitar a consumação de qualquer ameaça ilícita e directa à personalidade física ou moral do ser humano ou a atenuar, ou a fazer cessar, os efeitos de ofensa já cometida, com a execução nos próprios autos

1027º

Quanto à **disciplina dos procedimentos cautelares**, quebra-se o princípio segundo a qual estes são sempre dependência de uma causa principal, proposta pelo requerente para evitar a caducidade da providência cautelar decretada em seu benefício, **evitando que tenha de se repetir inteiramente, no âmbito da acção principal, a mesma controvérsia que acabou de ser apreciada e decidida no âmbito do procedimento cautelar** – obstando aos custos e demoras decorrentes desta duplicação de procedimentos, nos casos em que, apesar das menores garantias formais, a decisão cautelar haja, na prática, solucionado o litígio que efectivamente opunha as partes.

365º

372º

a

374º

Para alcançar tal objectivo, consagra-se o regime de inversão do contencioso, conduzindo a que, em determinadas situações, a decisão cautelar se possa consolidar como definitiva composição do litígio, se o requerido não demonstrar, em acção por ele proposta e impulsionada, que a decisão cautelar não devia ter, afinal, essa vocação de definitividade.

Assim, estabelece-se que o juiz, na decisão que decreta a providência e mediante requerimento, pode dispensar o requerente do ónus de propositura da acção principal se a matéria adquirida no procedimento lhe permitir formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado e

se a natureza da providência decretada for adequada a realizar a composição definitiva do litígio

A dispensa pode ser requerida até ao encerramento da audiência final; tratando-se de procedimento sem contraditório prévio, pode o requerido opor-se à inversão do contencioso conjuntamente com a impugnação da providência decretada, decidindo o juiz - na decisão em que aprecie a oposição subsequente do requerido - acerca da manutenção ou revogação da inversão do contencioso inicialmente decretada, constituindo tal apreciação jurisdicional complemento e parte integrante da decisão inicialmente proferida.

374º

Logo que transite em julgado a decisão que haja decretado a providência cautelar e invertido o contencioso, é o requerido notificado com a admoção de que, querendo, deverá intentar a acção destinada a impugnar a existência do direito acautelado nos 30 dias subsequentes à notificação, sob pena de a providência decretada se consolidar como solução definitiva do litígio

Noutro plano da tutela cautelar, faculta-se ao credor a possibilidade de obter o decretamento de arresto, sem necessidade de demonstração do justo receio de perda da garantia patrimonial, do bem que foi transmitido mediante negócio jurídico quando estiver em dívida, no todo ou em parte, o preço da respectiva aquisição.

399º

Ao nível dos incidentes de **intervenção de terceiros**, opera-se algumas restrições.

Desde logo, elimina-se a intervenção coligatória activa, ou seja, a possibilidade de titulares de direitos paralelos e meramente conexos com o do autor deduzirem supervenientemente as suas pretensões, autónomas relativamente ao pedido do autor, na acção pendente, perturbando o andamento desta, ao obrigarem a reformular toda a fase dos articulados, já processada ou em curso,

320º do  
actual  
CPC

restando-lhes, neste caso, a possibilidade de, intentando a sua própria acção, requererem subsequentemente a apensação de acções, de modo a propiciar um julgamento conjunto.

Depois, nos casos **de intervenção acessória provocada** - em que o réu chama a intervir um terceiro, estranho à relação material controvertida, com base na invocação contra ele de um possível direito de regresso, que lhe permitirá ressarcir-se do prejuízo que lhe cause a perda da demanda -, confere-se ao juiz um amplo poder para, em termos relativamente discricionários, mediante decisão irrecorrível, pôr liminarmente termo ao incidente, quando entenda que o mesmo, tendo finalidades dilatórias, por não corresponder a um interesse sério e efectivo do réu, perturba indevidamente o normal andamento do processo.

325º

Além disso, nos casos de oposição provocada - em que o réu, aceitando sem reserva o débito que lhe é exigido, invoca apenas dúvida fundada sobre a identidade da pessoa do credor a quem deve realizar o pagamento, chamando a intervir o terceiro que se arroga ou possa arrogar-se a qualidade de credor -, prescreve-se que o réu deve proceder logo à consignação em depósito da quantia ou coisa devida, só assim se exonerando do processo, prosseguindo então o litígio entre os dois possíveis credores.

341º

São reforçados os poderes do juiz para rejeitar intervenções injustificadas ou dilatórias e providenciar pela apensação de causas conexas. Deste modo, pendendo em juízo, ainda que em tribunais distintos, acções conexas - sem que as partes as tivessem agregado num único processo, através da dedução dos incidentes de intervenção de terceiros ou da formulação oportuna de pedido reconvenicional -, estabelece-se que o juiz deve providenciar, em regra, e mesmo officiosamente, pela sua agregação num mesmo processo, de modo a possibilitar a respectiva instrução e discussão conjuntas - com evidentes

**ganhos de economia processual e de prevenção do risco de serem proferidas decisões diferentes ou contraditórias sobre matéria parcialmente coincidente**

**Procede-se à reformulação do regime da competência internacional dos tribunais portugueses, articulando-a com o disposto no art. 22.º do Reg. 44/2001.**

**No que respeita aos factores de atribuição da competência internacional, estabelece-se que os tribunais portugueses são internacionalmente competentes: quando a acção possa ser proposta em tribunal português segundo as regras de competência territorial estabelecidas na lei portuguesa; quando o direito invocado não possa tornar-se efectivo senão por meio de acção proposta em território português ou se verifique para o autor dificuldade apreciável na propositura da acção no estrangeiro, desde que entre o objecto do litígio e a ordem jurídica portuguesa haja um elemento ponderoso de conexão, pessoal ou real.**

**Relativamente aos casos situados no âmbito da competência exclusiva dos tribunais portugueses, determina-se que esta só ocorre: em matéria de direitos reais sobre imóveis e de arrendamento de imóveis situados em território português; todavia, em matéria de contratos de arrendamento de imóveis celebrados para uso pessoal temporário por um período máximo de seis meses consecutivos, são igualmente competentes os tribunais do Estado-Membro da União Europeia onde o requerido tiver domicílio, desde que o arrendatário seja uma pessoa singular e o proprietário e o arrendatário tenham domicílio no mesmo Estado-Membro; em matéria de validade, de nulidade ou de dissolução das sociedades ou outras pessoas colectivas que tenham a sua sede em Portugal, bem como em matéria de validade ou**

O  
“Reg.”dev  
eria estar  
melhor  
identificad  
o

76º e  
segs.

Já  
consta  
do actual  
art. 65º

Este  
parágrafo é  
a  
transcrição  
do art. 81º

nulidade das decisões dos seus órgãos; para determinar essa sede, o tribunal português aplica as suas regras de direito internacional privado; em matéria de validade de inscrições em registos públicos conservados em Portugal; em matéria de execuções sobre imóveis situados em território português; em matéria de insolvência relativa a pessoas domiciliadas em Portugal ou a pessoas colectivas ou sociedades cuja sede esteja situada em território português.

Procede-se ao reforço do princípio da concentração do processo ou do recurso num mesmo juiz.

Na acção declarativa, como decorrência da eliminação da intervenção do tribunal colectivo, é o juiz da causa o competente, quer para a fase intermédia do processo (conduzindo a audiência prévia e programando a audiência final), quer para a fase mais adiantada do processo (dirigindo a audiência final e proferindo sentença, valorando a prova produzida, definindo os factos provados em juízo e aplicando o direito a todos os factos provados).

Em reforço deste princípio de unidade e tendencial concentração do julgador, estabelece-se que, nos casos de transferência ou promoção, o juiz perante quem decorreu a audiência elabora também a sentença: o juiz transferido ou promovido no decurso de audiência final não se limitará a completar a audiência em curso (como actualmente sucede, para evitar a necessidade de repetição da prova perante um novo juiz), devendo também proferir a sentença.

No que respeita aos tribunais superiores, estabelece-se identicamente como regra a manutenção do relator, no caso de ter de ser reformulada a decisão recorrida e, na sequência de tal reformulação, de vir a ser interposto e apreciado um novo recurso: se, em consequência de anulação ou revogação da decisão recorrida ou do exercício pelo Supremo Tribunal de Justiça em sede de revista, tiver de ser proferida nova decisão

605º

220º

no tribunal recorrido e dela for interposta e admitida nova apelação ou revista, o recurso é, sempre que possível, distribuído ao mesmo relator.

Operada a uma importante reformulação das regras relativas às formas do processo declarativo comum, que passa a ter forma única.

É eliminado o processo sumário, cuja tramitação era, apesar de tudo, estruturalmente similar à da acção ordinária. É também eliminado o processo sumaríssimo, cujo campo de aplicação estava, no essencial e há vários anos, absorvido pelo regime dos procedimentos destinados a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos regulado pelo Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, diploma que se manterá em vigor, assinalando-se expressamente que os procedimentos aí instituídos prevalecem face ao processo declarativo comum.

No que respeita à tramitação da acção declarativa, as alterações introduzidas visam assegurar a concentração processual, em termos de a lide, cumprida a fase dos articulados, se desenvolver em torno de duas audiências: a audiência prévia e a audiência final.

No que respeita à **tramitação da acção declarativa**, as alterações introduzidas visam assegurar a concentração processual, em termos de a lide, cumprida a fase dos articulados, se desenvolver em torno de duas audiências: a audiência prévia e a audiência final.

Há um manifesto investimento na **audiência prévia**, entendida como meio essencial para operar o princípio da cooperação, do contraditório e da oralidade. Tem-se presente que a audiência preliminar, instituída em 1995/1996, ficou aquém do que era esperado, mas há também a convicção de que, além da inusitada resistência de muitos profissionais forenses, certos aspectos da regulamentação processual acabaram, eles

549º

Não  
localizado

591º e  
segs.

próprios, por dificultar a efectiva implantação desta audiência no quotidiano forense.

Concluída a fase dos articulados, o processo é feito conclusivo ao juiz, cabendo a este, antes de convocar a audiência prévia, verificar se há motivos para proferir despacho pré-saneador, consagrando-se na lei a designação que a doutrina e a jurisprudência vinham dando a este despacho. O âmbito do despacho é clarificado e ampliado. Continuando a destinar-se a providenciar pelo suprimento de excepções dilatórias e pelo aperfeiçoamento dos articulados, fica estabelecido o carácter vinculado desse despacho quanto ao aperfeiçoamento fáctico dos articulados. Além disso, tal despacho será adequado a determinar a junção de documentos com vista a permitir a apreciação de excepções dilatórias ou o conhecimento, no todo ou em parte, do mérito da causa no despacho saneador.

A **audiência prévia** é, por princípio, obrigatória, porquanto só não se realizará nas acções não contestadas que tenham prosseguido em regime de revelia inoperante e nas acções que devam findar no despacho saneador pela procedência de uma excepção dilatória, desde que esta tenha sido debatida nos articulados.

No que respeita aos seus fins, a audiência prévia tem como objecto: a tentativa de conciliação das partes; o exercício de contraditório, sob o primado da oralidade, relativamente às matérias a decidir no despacho saneador que as partes não tenham tido a oportunidade de discutir nos articulados; o debate oral, destinado a suprir eventuais insuficiências ou imprecisões na factualidade alegada e que hajam passado o crivo do despacho pré-saneador; a prolação de despacho saneador, apreciando excepções dilatórias e conhecendo imediatamente, no todo ou em parte, do mérito da causa; a prolação, após debate, de despacho destinado a identificar o objecto do litígio e a enunciar os temas da prova.

593º

e

594º

Além disso, a **audiência prévia** destina-se, quando a acção haja de prosseguir, a programar os actos a realizar na audiência final, estabelecendo-se o número de sessões e a sua provável duração, bem assim designando-se as respectivas datas.

594º

Numa perspectiva de flexibilidade, mas nunca descurando a assinalada visão participada do processo, prevê-se que o juiz, em certos casos, possa dispensar a realização da **audiência prévia**. Nessa hipótese, o juiz proferirá despacho saneador, proferirá despacho a identificar o objecto do litígio e a enunciar os temas da prova, programando e agendando ainda os actos a realizar na audiência final (estabelecendo o número de sessões e a sua provável duração). Notificadas as partes, se algumas delas pretender reclamar do que foi decretado pelo juiz (excepção feita ao despacho saneador, cuja impugnação haverá de ser feita por via de recurso, nos termos gerais), o meio próprio é requerer a realização da audiência prévia destinada a tratar dos pontos sob reclamação.

Cumprе аcentuar que se encontra aqui um dos mais emblemáticos pilares desta reforma, que se revela num duplo plano. Por um lado, corta-se radicalmente com o passado, pondo termo a uma prática assente na estabilização, logo após os articulados, dos factos provados (especificação, até 1995/1996; matéria de facto assente, desde então) e dos factos a provar (questionário, durante décadas; base instrutória, nos últimos quinze anos). São conhecidas e reconhecidas as restrições decorrentes de uma concepção assente num rígido esquema de ónus e preclusões. É sabido que tal concepção tem por efeito condicionar a prova e limitar os poderes cognitivos do tribunal, assim se criando sérios obstáculos à desejada adequação da sentença à realidade extraprocessual. Por outro lado, fica claro que nesta fase intermédia do processo do que se trata é de, primeiro, identificar o objecto do litígio, segundo, de enunciar os temas da prova. Quanto ao



objecto do litígio, a sua identificação corresponde a antecipar para aqui aquilo que, até agora, só surgia na sentença, sendo salutar e proveitoso, quer para as partes, quer para o juiz, esta sinalização depois de finda a etapa dos articulados.

Relativamente aos temas da prova a enunciar, não se trata mais de uma quesitação atomística e sincopada de pontos de facto, outrossim de permitir que a instrução, dentro dos limites definidos pela causa de pedir e pelas excepções deduzidas, decorra sem barreiras artificiais, com isso se assegurando a livre investigação e consideração de toda a matéria com atinência para a decisão da causa. Quando, mais adiante, o juiz vier a decidir a vertente fáctica da lide, aquilo que importará é que tal decisão expresse o mais fielmente possível a realidade histórica tal como esta, pela prova produzida, se revelou nos autos. Estamos perante um novo paradigma que, por isso mesmo, tem necessárias implicações, seja na eliminação de preclusões quanto à alegação de factos, seja na eliminação de um nexos directo entre os depoimentos testemunhais e concretos pontos de facto pré-definidos, seja ainda na inexistência de uma decisão judicial que, tratando a vertente fáctica da lide, se limite a “responder” a questões (não formuladas, aliás).

Também em sede de **direito probatório** são introduzidas relevantes modificações.

O limite ao **número de testemunhas** é fixado em 10 para cada parte, sendo admissíveis outras tantas em caso de reconvenção. De todo o modo, em conformidade com o princípio do inquisitório, é prevista a possibilidade de o juiz admitir um número superior de testemunhas, quando a natureza e a extensão dos temas da prova o justifiquem.

Prevê-se a possibilidade de prestarem declarações em audiência as próprias partes, quando - face, nomeadamente, à natureza pessoal dos factos a averiguar - tal diligência se

513º

Não  
localizado

justifique, as quais são livremente valoradas pelo juiz, na parte em que não representem confissão.

Em consonância com o princípio da inadiabilidade da audiência final, visando disciplinar a produção de prova documental, é estabelecido que os documentos podem ser apresentados até 20 dias antes da data em que se realize a audiência final, assim se assegurando o oportuno contraditório e obviando a intuítos exclusivamente dilatórios.

Cria-se um **novο meio de prova, que se designa por verificações não judiciais qualificadas**: sempre que seja legalmente admissível a inspecção judicial, mas o juiz entenda que se não justifica, face à natureza da matéria ou à relevância do litígio, a percepção directa dos factos pelo tribunal, pode ser incumbido técnico ou pessoa qualificada de proceder aos actos de inspecção de coisas ou locais ou de reconstituição de factos e de apresentar o seu relatório, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos anteriores. Sem prejuízo das atestações realizadas por autoridade ou oficial público, as verificações não judiciais qualificadas são livremente apreciadas pelo tribunal. Permite-se, deste modo, que sejam averiguados com acrescida eficácia e fiabilidade factos que - não implicando o juízo científico que subjaz à prova pericial - possam ser melhor fixados ou esclarecidos por entidade isenta e imparcial e tecnicamente apetrechada (evitando o habitual recurso à falível prova testemunhal para a sua determinação e dispensando inspecções judiciais que não sejam proporcionais ao relevo e natureza da matéria litigiosa).

Quanto à disciplina da **audiência final**, estabelecem-se alterações fundamentais no quadro legal vigente.

Consagra-se o **princípio da inadiabilidade da audiência final**, a qual deverá realizar-se na data designada, salvo se houver impedimento do tribunal, faltar algum dos advogados sem que o juiz tenha providenciado pela marcação mediante acordo

496º

599º e  
segs.

603º

prévio ou ocorrer motivo que constitua justo impedimento, nos estritos termos até agora previstos no art. 146.º. Para essa inadiabilidade muito contribuirá a audiência prévia, pois uma das suas finalidades é o agendamento da audiência final.

Deste modo - a menos que não haja sido assegurado o acordo de agendas -, é praticamente seguro que a audiência final se realizará efectivamente, evitando a frustração das deslocações dos advogados, das partes, das testemunhas e demais intervenientes ao tribunal e permitindo uma gestão racional e segura da agenda por parte do juiz e dos advogados, que podem estar seguros de que as diligências agendadas com toda a probabilidade se irão realizar.

Por outro lado - e em consonância com este regime - prescreve-se que a **suspensão da instância por acordo das**

275º/4

**partes** - permitida por períodos que, na sua totalidade, não excedam três meses - está condicionada a que dela que não resulte o adiamento da audiência final já agendada, estabelecendo-se que, neste caso, a suspensão não prejudica os actos de instrução e as demais diligências preparatórios da audiência final.

278º/4

Consagra-se a regra de que a audiência final é sempre gravada (pelo menos, em sistema sonoro), devendo apenas ser assinalados na acta o início e o termo de cada depoimento, informação, esclarecimento, requerimento e respectiva resposta, despacho, decisão e alegações orais. Esta solução, que tem a vantagem de permitir que a audiência decorra de modo contínuo, não exclui a possibilidade de o juiz determinar que a secretaria proceda, finda a audiência, à transcrição de requerimentos e respectivas respostas, despachos e decisões.

157º

Elimina-se a intervenção do colectivo - aliás, desde 2000, praticamente inexistente nas acções cíveis -, passando todo o julgamento da causa, nos seus aspectos factuais e jurídicos, a decorrer perante o juiz singular a que está distribuído o

599º

**processo.**

**Desta unicidade do juiz singular na fase de julgamento decorrem potencialidades significativas de simplificação e racionalização do processado, na medida em que passa a ser o mesmo julgador.**

**Na linha de concentração processual que marca esta reforma, é abolida a cisão entre alegações sobre a matéria de facto e alegações sobre o aspecto jurídico da causa. Deste modo, finda a produção de prova, terão lugar as alegações orais nas quais os advogados exporão as conclusões, de facto e de direito, que hajam extraído da prova produzida.**

**Na mesma linha de concentração processual, prevê-se que, finda a audiência final, o processo seja concluso ao juiz para prolação de sentença, no prazo de 30 dias.**

**Marcando mais uma profunda alteração com o regime precedente, e até como decorrência da inovação expressa na enunciação dos temas da prova, deixará de haver um momento processual exclusivamente reservado para uma pronúncia do juiz sobre a matéria de facto. Com efeito, será na própria sentença, em sede de fundamentação de facto, que o juiz deverá declarar quais os factos que julga provados e quais os que julga não provados, por referência à prova produzida, por um lado, e por referência aos demais elementos dos autos, por outro. No que toca à apreciação da prova, continuando a vigorar o princípio da livre valoração, prescreve-se que o juiz deverá compatibilizar toda a matéria de facto adquirida e extrair dos factos apurados as presunções impostas por lei ou por regras de experiência.**

**Para reforçar a concentração processual, consagra-se a regra de que, não sendo possível a audiência final concluir-se num dia, não pode exceder 30 dias a suspensão, sob pena de perder eficácia a produção de prova produzida.**

**Em conformidade com tal previsão, é estabelecido que,**

604º

613º

607º

606º/4

613º/2

quando a complexidade das questões de direito a decidir na sentença impeça a observância do prazo para a sua prolação, deve o juiz, nesse prazo, proferir decisão sobre a matéria de facto, sob pena de perder eficácia a produção de prova produzida.

No domínio dos **recursos**, entendeu-se que a recente intervenção legislativa, operada pelo Decreto-Lei nº 303/2007, de 24 de Agosto, desaconselhava uma remodelação do quadro legal instituído.

Ainda assim, cuidou-se de reforçar os poderes da 2.<sup>a</sup> instância em sede de reapreciação da matéria de facto impugnada. Para além de manter os poderes cassatórios - que lhe permitem anular a decisão recorrida, se esta não se encontrar devidamente fundamentada ou se mostrar que é insuficiente, obscura ou contraditória -, são substancialmente incrementados os poderes e deveres que lhe são conferidos quando procede à reapreciação da matéria de facto, com vista a permitir-lhe alcançar a verdade material.

Com efeito, se os elementos constantes do processo, incluindo a gravação da prova produzida na audiência final, não forem suficientes para a Relação formar a sua própria convicção sobre os pontos da matéria de facto impugnados, tem a possibilidade de, mesmo oficiosamente: ordenar a renovação da produção da prova quando houver dúvidas sérias sobre a credibilidade do depoente ou sobre o sentido do seu depoimento; ordenar, em caso de dúvida fundada sobre a prova realizada, a produção de novos meios de prova.

Por outro lado, procedeu-se a um ajustamento das condições em que se dá como verificada a “dupla conforme”, em termos de impedir o recurso de revista, já que, diferentemente do regime ora vigente, é exigido que o acórdão da Relação confirme a decisão proferida na 1.<sup>a</sup> instância, sem voto de vencido e sem fundamentação essencialmente diferente.

663º

672º

Relativamente à **acção executiva**, mantendo-se o figurino introduzido pela reforma de 2003, assente na figura do agente de execução, a intervenção legislativa é feita em diversos planos.

Desde logo, **é revisto do elenco dos títulos executivos**. É conhecida a tendência verificada nas últimas décadas, com especial destaque para a reforma de 1995/1996, no sentido de reduzir os requisitos de exequibilidade dos documentos particulares e, com isso, permitir ao respetivo portador o imediato acesso à acção executiva. Se é certo que tal solução teve por efeito reduzir significativamente a instauração de acções declarativas, a experiência mostra que também implicou o aumento do risco de execuções injustas, risco esse potenciado pela circunstância de as últimas alterações legislativas terem permitido cada vez mais hipóteses de a execução se iniciar pela penhora de bens do executado, postergando-se o contraditório. Associando-se a isto uma realidade que, embora estranha ao processo civil, não pode ser ignorada, como seja o funcionamento um tanto desregrado do crédito ao consumo, suportado em documentos vários cuja conjugação é invocada para suportar a instauração de acções executivas, é fácil perceber que a discussão não havida na acção declarativa (dispensada a pretexto da existência de título executivo) acabará por eclodir mais à frente, em sede de oposição à execução. Afigura-se incontroverso o nexo entre o progressivo aumento do elenco de títulos executivos e o aumento exponencial de execuções, a grande maioria das quais não antecedida de qualquer controlo sobre o crédito invocado, nem antecedida de contraditório

Considerando que, neste momento, funciona adequadamente o procedimento de injunção, entende-se que os pretensos **créditos suportados em meros documentos particulares devem passar pelo crivo da injunção**, com a dupla vantagem de logo

704º

704º

Cfr. 46º  
do actual

assegurar o contraditório e de, caso não haja oposição do requerido, tornar mais segura a subsequente execução, instaurada com base no título executivo assim formado. Como é evidente, se houver oposição do requerido, isso implicará a conversão do procedimento de injunção numa acção declarativa, que culminará numa sentença, nos termos gerais. Deste modo, relativamente ao regime que tem vigorado, opta-se por retirar exequibilidade aos documentos particulares, qualquer que seja a obrigação que titulem. Ressalvam-se os títulos de crédito, dotados de segurança e fiabilidade no comércio jurídico em termos de justificar a possibilidade de o respectivo credor poder aceder logo à via executiva. Ainda dentro dos títulos de crédito, consagra-se a sua exequibilidade como meros quirógrafos, desde que sejam alegados no requerimento executivo os factos constitutivos da relação subjacente.

CPC

A propósito do **acesso à acção executiva**, consagra-se a possibilidade de os cidadãos recorrerem ao sistema público de justiça, requerendo que o oficial de justiça desempenhe as funções de agente de execução, em dois casos: em execuções para a cobrança de créditos de valor não superior ao dobro da alçada do tribunal de 1.ª instância, desde que não resultem de uma actividade comercial ou industrial; em execuções destinadas à cobrança de créditos laborais de valor não superior à alçada da Relação.

723º/1 d)  
e e)

Cuida-se da **clara repartição de competências entre o juiz, a secretaria e o agente de execução**, estabelecendo-se que a este cabe efectuar todas as diligências do processo executivo que não estejam atribuídas à secretaria ou sejam da competência do juiz. É de esperar que, em definitivo, os intervenientes processuais assumam e observem a repartição de competências fixada na lei, por forma a evitar intervenções ou actos desnecessários, gerando perdas de tempo numa

720º

tramitação que se quer célere e eficiente.

Como não podia deixar de ser, faz-se depender de decisão judicial os actos conexos com o princípio da reserva de juiz ou susceptíveis de afectar direitos fundamentais das partes ou de terceiros. Assim, além de lhe competir proferir despacho liminar, quando este deva ter lugar, julgar a oposição à execução e à penhora, verificar e graduar créditos, decidir reclamações de atos e impugnações de decisões do agente de execução, é exclusiva atribuição do juiz: adequar o valor da penhora de vencimentos à situação económica e familiar do executado; tutelar os interesses do executado quando estiver em causa a sua habitação; designar administrador para proceder à gestão ordinária do estabelecimento comercial penhorado; autorizar o fraccionamento do prédio penhorado; aprovar as contas na execução para prestação de facto; autorizar a venda antecipada de bens penhorados, em caso de deterioração ou depreciação ou quando haja vantagem na antecipação da venda; decidir o levantamento da penhora em sede de oposição incidental do exequente a esse levantamento, perante o agente de execução, na sequência de pedido de herdeiro do devedor.

A designação do agente de execução continua a poder ser feita pelo exequente no requerimento executivo, cabendo isso à secretaria quando o exequente não tenha designado agente de execução ou tal designação fique sem efeito.

A cessação de funções do agente de execução pode resultar de substituição promovida pelo exequente, devendo este expor o motivo da substituição, ou de destituição pelo órgão com competência disciplinar sobre os agentes de execução, com fundamento em atuação processual dolosa ou em violação reiterada dos deveres que lhe são impostos pelo respectivo estatuto

724º/e)

740º/b

705º/4

784º/3

761º/1

872º/3

816º/1

746º/3

721º/1

Não é novo

721º/4



No que toca à **tramitação do processo executivo comum para pagamento de quantia certo**, **retoma-se a distinção**

551º/1

(abandonada, sem proveito, em 2003), **entre forma ordinária e forma sumária**. **A forma sumária** - caracterizada por penhora imediata, com dispensa da intervenção liminar do juiz e da citação prévia do executado, sendo o requerimento executivo remetido, sem autuação e por via electrónica, para o agente de execução - empregar-se-á quando o título executivo for uma decisão arbitral ou judicial (quando esta não deva ser executada no próprio processo), um requerimento de injunção ao qual tinha sido aposta fórmula executória, um título extrajudicial de obrigação pecuniária vencida, garantida por hipoteca ou penhor, ou um título extrajudicial de obrigação pecuniária vencida cujo valor não exceda o dobro da alçada do tribunal de 1ª instância. Na **forma ordinária**, assegura-se a intervenção liminar do juiz e a citação do executado em momento anterior à penhora. Em face desta nova formulação, haverá um maior controlo judicial na fase introdutória da execução, pois execuções que até agora principiavam pela penhora passarão a ser submetidas a despacho liminar, o que reforçará as garantias do executado. Ainda assim, nas execuções que devam seguir a forma ordinária, é prevista a possibilidade de o exequente obter a **dispensa de citação prévia do executado**, com carácter de urgência, se demonstrar a verificação dos requisitos do justo receio da perda da garantia patrimonial, aplicando-se, de seguida, a tramitação do processo executivo sumário.

551º/2

Inova-se no que respeita à execução de sentença, consagrando-se a regra de que a execução de decisão judicial condenatória corre nos próprios autos, iniciando-se mediante simples requerimento, independentemente da pluralidade de fins da execução, com a possibilidade de penhora de bens suficientes para cobrir a quantia resultante da eventual

727º

728º/1

627º

**conversão das execuções, a indemnização pelo dano e a quantia devida a título de sanção pecuniária compulsória.**

**No âmbito da oposição à execução, é repristinada a terminologia tradicional do processo civil português (embargos de executado, embargante e embargado), a qual, sem motivo válido, foi abolida pela revisão de 2003.**

**Relativamente à oposição mediante embargos, os respectivos fundamentos continuam condicionados pelo título dado à execução, sendo de assinalar que, tratando-se de execução fundada em requerimento de injunção ao qual tenha sido aposta fórmula executória, o executado é admitido a alegar todos os fundamentos que possam ser invocados como defesa no processo de declaração.**

**É afastada a hipótese de suspensão automática da execução, por mero efeito do recebimento dos embargos de executado. Deste modo, em regra, o recebimento dos embargos só suspenderá a execução mediante a prestação de caução. Contudo, quando o bem penhorado for a casa de habitação efectiva do executado, o juiz pode determinar que a venda aguarde a decisão a proferir em 1ª instância sobre a oposição.**

**No domínio das previsões sobre a penhora e os regimes de penhorabilidade, há também alterações a destacar.**

**Consagra-se expressamente que respeita à parte líquida a impenhorabilidade de dois terços de vencimentos ou salários, prestações periódicas ou prestações de qualquer natureza que assegurem a subsistência do executado (v. g., rendas e rendimentos de propriedade intelectual). E fixa-se a regra da impenhorabilidade do montante equivalente a um salário mínimo nacional, quando o executado não tenha outro rendimento e o crédito exequendo não seja de alimentos (se for, é impenhorável apenas o equivalente à pensão social de regime não contributivo).**

**Assegura-se a comunicabilidade da dívida exequenda ao**

Exs.:  
347º,858º,  
403º

861º+732º

350º+864º

740º/1

740º/5

551º/3 c)

<p><b>cônjuge do executado, nos títulos extrajudiciais apenas subscritos por um dos cônjuges, criando-se, na própria execução, um incidente declarativo, a fim de estender a eficácia do título ao cônjuge do executado, com a suspensão da venda dos bens próprios do executado e dos bens comuns até à decisão do incidente.</b></p>	<p>725º/1 e) 727º/7 743º/3</p>
<p><b>É abandonada a determinação legal de uma ordem de prioridade quanto aos bens penhoráveis, por se tratar de matéria que só pode ser decidida de forma casuística. Ao mesmo tempo, é estabelecido que o agente de execução deverá respeitar as indicações do exequente quanto aos bens que este pretende ver prioritariamente penhorados, salvo se elas violarem normas imperativas ou ofenderem o princípio da proporcionalidade da penhora.</b></p>	<p>753º/1 753º/2</p>
<p><b>Na penhora de depósitos bancários, é abolida a necessidade de despacho judicial, prevendo-se que a penhora é efectuada por comunicação electrónica dirigida pelo agente de execução às instituições legalmente autorizadas a receber depósitos nas quais o executado disponha de conta aberta. É encurtado para dois dias úteis o prazo para observância, também por comunicação electrónica, do dever de informação ao agente de execução quanto ao montante bloqueado, aos saldos existentes ou à não existência de conta ou saldo.</b></p>	<p>782º/1 782º/8</p>
<p><b>Na penhora de veículos automóveis, no sentido de evitar a ocultação e o uso do veículo a penhorar, prevê-se que a penhora seja precedida de imobilização do veículo, sendo estabelecida a regra da sua remoção.</b></p>	<p>770º/2</p>

<p>No intuito de evitar que as execuções se prolonguem no tempo, muitas das vezes artificialmente (isto é, quando não há razões para esperar a satisfação do crédito exequendo), decorridos três meses sobre o momento do início das diligências para penhora, terá lugar a extinção da execução, se não forem encontrados bens penhoráveis, sem prejuízo da renovação da instância, desde que o exequente venha a indicar bens à penhora. Visando ultrapassar um factor susceptível de dificultar, atrasar e onerar essa extinção da execução, nos casos em que a citação do executado não anteceda a penhora, prevê-se que, frustrada a citação pessoal, não haja lugar à citação edital, ocorrendo outrossim a extinção da execução.</p>	752º/2
<p>Quanto às diligências necessárias para a realização do pagamento, as mesmas devem ser efectuadas, obrigatoriamente, no prazo de três meses a contar da penhora, independentemente do prosseguimento do apenso da verificação e graduação de créditos.</p>	857º/4
<p>Nos casos de penhora de rendimentos periódicos, não tendo havido oposição, ou depois de ter sido julgada improcedente, o agente de execução, após o desconto das quantias devidas a título de despesas da execução, deverá entregar directamente ao exequente das quantias já depositadas e adjudicar as quantias vincendas, notificando a entidade pagadora para o efeito.</p>	798º/1
<p>No regime da venda por proposta em carta fechada, é consagrada a possibilidade de o exequente adquirir o bem, abrindo-se logo licitação entre o exequente e o proponente do maior preço.</p>	781º/4
<p>Face à proliferação de situações de sobreendividamento, é admitida a celebração de um plano global de pagamentos entre exequente, executado e credores reclamantes, envolvendo, designadamente, moratórias ou perdões, substituição, total ou parcial de garantias, com a conseqüente suspensão da</p>	822º/5
	812º

execução.

No âmbito da **execução para entrega de coisa certa** e para prestação de facto, o processo comum continua a seguir forma única.

No entanto, na execução para entrega de coisa certa, se o título executivo for uma decisão judicial, só depois de feita a entrega terá lugar a notificação do executado para deduzir oposição, seguindo-se, com as necessárias adaptações os termos da execução pecuniária na forma sumária.

Quando o exequente pretenda a prestação de um facto conjuntamente com o pagamento de quantia certa ou com a entrega de coisa certa, a interpelação do executado para tem lugar em conjunto com a sua notificação para deduzir oposição ao pagamento ou à entrega.

O acervo das alterações ora introduzidas permite classificar esta reforma como a mais profunda realizada no processo civil português desde 1939, o que, só por si, justifica que estejamos perante um novo código de processo civil, com nova sistematização, sendo de referir a transferência das disposições relativas aos princípios gerais para os preceitos iniciais e a deslocação das disposições relativas à instrução do processo, bem como a eliminação de processos especiais que, actualmente, já não se justificam. Tal opção tem, além do mais, a vantagem de pôr fim à autêntica “manta de retalhos” em que está transformado o diploma, pejado de preceitos revogados e preceitos aditados (muitos deles também já revogados).

Afigura-se evidente que as alterações introduzidas envolvem a responsabilização de todos os intervenientes processuais em moldes e com consequências bem mais agudas e relevantes do que as que actualmente estão em vigor.

Muito do que hoje se verbera na justiça cível prende-se com a ausência de consequências e cominações para os entraves e

552º/2

+

730º

627º/4

protelamentos injustificados que, quase livremente, podem ser postos em prática por todos os atores judiciais.

Naturalmente, uma reforma como a que ora se preconiza exige de todos uma elevada autodisciplina, uma rigorosa consciência da sua responsabilidade profissional, o que se não esgota apenas na atuação de qualquer um dos intervenientes processuais.

A reforma contempla uma vasta e profunda responsabilização de todos, recaindo sobre a inadimplência comportamental consequências que não permitirão a irresponsabilidade.

Se é verdade, como se disse, que as audiências serão, por regra, inadiáveis e que a programação da audiência final imporá a todos (juízes, advogados, partes e testemunhas) uma rigorosa disciplina, também não poderia a reforma deixar de impor que no processo se assinale expressamente a inobservância de um prazo para a prática de acto pelo juiz ou pela secretaria, logo que decorram, respectivamente, três meses ou dez dias sobre o termo do prazo fixado para a prática desse ato, consignando-se a concreta razão da sua inobservância.

Há razões sérias para esperar que, por via da presente reforma, o processo civil português se abra à modernidade e se liberte de amarras perfeitamente desajustadas e desfasadas, pois que juízes e advogados, cidadãos e empresas, passarão a ter em sua mão o instrumento adequado para obter uma decisão em prazo razoável e mediante um processo equitativo, como nos impõe a nossa lei fundamental.

603º/1

158º/3

## **2 – O anterior projecto de revisão**

### **2.1 – A Comissão para a Reforma do processo Civil**

Já em Março do corrente ano, a solicitação igualmente do Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, este Conselho Superior pronunciou-se sobre as conclusões da “Comissão Para a Reforma do Processo Civil”, que se consubstanciavam na apresentação de um vasto conjunto de alterações ao Código de Processo Civil.

Nessa altura tivemos a oportunidade de dizer que o assunto justificava uma reforma de maior fôlego, que não se compadecia com alterações circunstanciais, conjunturais, tantas vezes, contraditórias entre si.

Dissemos então que, datando o Código de Processo Civil a reformar de 1961, representa este, no entanto, pouco mais do que um mero aperfeiçoamento do Código de Processo Civil de 1939, que introduziu no Direito português o regime da oralidade e o período de saneamento processual.

Aludimos, então, às múltiplas, fragmentárias e contraditórias reformas que sucederam, desde 1961, sendo a actual revisão a 43ª revisão posterior ao Decreto-Lei 329-A/95 de 12 de Dezembro, sendo que antes de 1995 se contabilizavam, pelo menos, outras 27 alterações, o que, tudo somado, são cerca de setenta profundas modificações desde a entrada em vigor do Código de Processo Civil.

Salientámos então que, face ao desajustamento entre a realidade normativa e a evolução social, é inquestionável, entre a comunidade científica e entre os operadores judiciários, a necessidade e a importância de um novo Código de Processo Civil.

O projecto que agora se nos apresenta, embora apresente uma estrutura formal diferente da anterior proposta – desde logo pela renumeração de todos os artigos – ficará aquém de um novo código, embora não se ignore que o prazo extremamente limitado imposto ao Governo, em virtude dos compromissos assumidos pelo Estado Português no âmbito do Memorando de Entendimento, poderá não ter permitido uma solução diferente.

Aliás, a propósito da renumeração total dos artigos do código, é muito duvidoso que a solução proposta apresente vantagens. Na verdade, se, por um lado, todo o articulado fica mais “arrumado”, sem artigos em branco e sem sequências de artigos identificados por números seguidos de letras, por outro lado cria uma enorme dificuldade no manuseamento do diploma, para os operadores judiciários em geral.

Com esta solução, torna-se mais difícil a aferição da doutrina e da jurisprudência, sedimentada ao longo de décadas, à nova realidade normativa.

Não se tratando de um novo código, não fará grande sentido renumerar a totalidade dos artigos e, pesando os pós e os contras da solução, parece-nos que teria sido preferível manter a numeração anterior.



Também dissemos então – o que se reafirma - que um aspecto decisivo para a prossecução do princípio da celeridade processual tem a ver com a reorganização judiciária e que, mais do que uma alteração extensa do Código de Processo Civil, seria fundamental promover a Reforma do Mapa Judiciário.

Ora, nesse particular, temos de reconhecer os avanços feitos neste capítulo entre o momento da anterior pronúncia e a actualidade, uma vez que, simultaneamente com a apreciação destas alterações ao processo civil, está este Conselho a pronunciar-se, também, sobre dois diplomas que corporizam a aludida reforma do mapa judiciário – a Lei de Organização dos Serviços Judiciários e a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

## **2.2 – Comparação do actual projecto com o oriundo da Comissão para a Reforma do Processo Civil**

### **2.2.1 – Na generalidade**

O Projecto de Código de Processo Civil agora apresentado introduz significativas alterações ao anterior anteprojecto que foi sujeito a consulta pública em Fevereiro/Março de 2012.

Como se refere na parte final da exposição de motivos *“o acervo das alterações ora introduzidas permite classificar esta reforma como a mais profunda realizada no processo civil português desde 1939, o que, só por si, justifica que estejamos perante um novo código de processo civil, com nova sistematização, sendo de referir a transferência das disposições relativas aos princípios gerais para os*

*preceitos iniciais e a deslocação das disposições relativas à instrução do processo, bem como a eliminação de processos especiais que, actualmente, já não se justificam”.*

A nova sistematização afigura-se-nos inteiramente adequada, sendo certo também que, no tocante ao processo de execução, se mantém basicamente o teor do anteprojecto anterior, sobre o qual o Conselho Superior do Ministério Público já emitiu parecer em Março de 2012.

Em linhas gerais, o presente projecto, apesar de seguir as orientações que já constavam do anteprojecto, introduziu alterações relevantes, suprimindo o processo sumário e estabelecendo uma forma única de processo, alterando a designação de audiência preliminar para audiência prévia e enfatizando ainda mais a essencialidade de tal diligência, sendo ainda de sublinhar a introdução de duas disposições inovatórias no tocante à audiência e à sentença – artigos 606º e 613º, correspondentes aos artigos 656º e 658º do CPC vigente – nos quais se prevê a perda de eficácia da prova em termos semelhantes aos do processo penal, o que, salvo melhor opinião, merece sérias reservas.

### **2.2.2 – Na especialidade**

A comparação do actual projecto com o actual código foi difícil e morosa, dada a nova renumeração dos artigos. A comparação entre ambos, que serviu de instrumento de trabalho, consta do Anexo.

Por outro lado, da comparação do actual projecto com o apresentado em Fevereiro/Março, e com as sugestões de alteração que então apresentámos, constatamos que poucas das nossas sugestões foram acolhidas no actual projecto.

Em seguida, expõem-se as conclusões alcançadas do confronto entre o texto do projecto do novo Código de Processo Civil (CPC) e o texto do Parecer exarado pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) a 1 de Março de 2012 sobre o então anteprojecto de novo Código de Processo Civil. Por forma a facilitar a compreensão da exposição, partir-se-á da numeração do articulado que consta do parecer a que se fará corresponder a numeração actualizada do articulado do projecto de CPC. Onde não existe número do artigo recorrer-se-á ao número de página do anterior Parecer do CSMP:

a) *1º parágrafo – pág. 35 = art. 7º, n.º 3*

O parecer refere-se ao novo art. 7º, n.º 3 (Princípio da adequação formal) que não contempla a sugestão do CSMP pois manteve a total inadmissibilidade de recurso da decisão aqui proferida.

b) *Art. 102º = art. 114º*

Sugestão não aceite, pois a referência à violação de pacto privativo de jurisdição mantém-se.

c) *Art. 248º = art. 243º*

Sugestão parcialmente aceite pois mantém-se a afixação de edital em termos a regulamentar mais tarde mas a esta segue-se a publicação electrónica do edital.

d) *Art. 264º = art. 5º*

Sugestão ultrapassada porque o texto do art. 5º é completamente diferente do texto do actual art. 264º.

e) *Art. 397º-A = art. 372º*

Sugestão não aceite pois mantém-se a dispensa do ónus de propositura da acção principal.

f) *Art. 411º = art. 399º*

Sugestão não aceite pois o texto da epígrafe mantém-se.

g) *Art. 447º-A = art. 450º*

Sugestão não aceite pois o texto mantém-se.

h) *Art. 490º = art. 575º, n.º 2 in fine*

Sugestão não aceite pois a possibilidade de prova posterior poder afastar a admissão por acordo mantém-se.

i) *Art. 508º, n.º 3 = art. 591º, n.º 3*

Do texto do parecer não decorrem sugestões.

j) *Art. 508º, n.º 6 = art. 591º, n.º 6*

Sugestão não aceite pois continua expresso que não cabe recurso deste despacho.

k) *Arts. 508º-A a 508º-C = arts 592º a 594º*

Do texto do parecer não decorrem sugestões.

Do actual projecto resulta que a audiência preliminar prevista no anteprojecto passou a ser designada no projecto por audiência prévia.

l) *Art. 522º-C = art. 157º, n.º 4*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

m) *Art. 615º-A = art. 496º*

Desconhece-se se esta sugestão será aceite em sede de uma futura alteração ao Código Civil.

n) *Art. 638º, n.º 1 = art. 518º*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto, não tendo sido esclarecida a interrogação constante do parecer.

o) *Art. 653º, n.º 2 = art. 607º, n.º 4*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

p) *Art. 675º-A e art. 712º = arts. 627º e 663, n.º 2, al. b)*

Do texto do parecer não decorrem sugestões.

q) *Art. 39º = art. 64º*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

r) *Art. 98º, n.º 2 = art. 110º, n.º 2*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

s) *Art. 110º, n.º 2 = art. 121º em conexão com o Art. 319º, n.º 1 = art. 313º, n.º 1*

Sugestão aceite pois do art. 313º, n.º 1 do projecto desapareceu a referência ao tribunal singular.

t) *Art. 111º = art. 122º*

Sugestão aceite pois do art. 122º desapareceu a referência ao n.º 5.

u) *Arts 248º e 249º = arts 243º e 244º em conexão com o Art. 250º, n.º 1 = art. 245º*

Sugestão aceite pois desapareceu a referência aos casos de diminuta importância do art. 243º do projecto.

v) *Art. 567º-A = art. 468º*

Sugestão aceite pois a expressão “subsecção anterior” do art. 468º, n.º 2 foi substituída pela expressão “secção anterior”.

w) *Art. 712º = art. 663º*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

x) *Art. 46º = art. 704º*

Sugestão aceite pois do texto do art. 704º do projecto desapareceram os documentos particulares como títulos executivos.

y) *Segundo parágrafo – pág. 48*

Sugestão aceite pois foi eliminado o Subtítulo III do Título II relativo ao processo sumaríssimo.

z) *Terceiro parágrafo – pág. 48*

Sugestão aceite pois a numeração do articulado foi acertada.

aa) *Art. 861º-A = art. 782º*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

bb) *Art. 865º = art. 790º*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

cc) *Segundo parágrafo – pág. 52 = arts 797º e 808º*

Do texto do parecer não decorrem sugestões.

dd) *Art. 871º = art. 796º*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

ee) *Art. 865º, n.º 2 = art. 790º*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

ff) *Art. 808º-C (Não foi possível encontrar a devida correspondência no articulado do actual CPC)*

Sugestão não aceite pois o texto não sofreu alterações em face do que já constava do anteprojecto.

### **3 – O novo projecto**

#### **3.1 – Normas inovadoras**

Creemos que não serão de repetir aqui as considerações que já constam do anterior parecer do CSMP sobre o anteprojecto, relativamente às disposições que



não sofreram alteração, pelo que iremos abordar apenas as normas agora inovadas e aquelas que nos suscitam maiores dúvidas ou perplexidades.

**- 1 - Artº 14º nº 2 – (actual artº 124º )**

*Causas de impedimento nos tribunais colectivos*

Para além da própria epígrafe da norma, faz-se referência a “tribunal colectivo de comarca” quando foi totalmente suprimida a intervenção do tribunal colectivo, pelo que certamente se tratará de lapso.

**- 2 - Artº114º nº 1 – (actual artº 102º nº 1 )**

*Regime de arguição – Legitimidade e oportunidade*

Prevê-se a impossibilidade de conhecimento oficioso pelo tribunal da incompetência absoluta decorrente “da violação de pacto privativo de jurisdição” quando tal violação não determina uma situação de incompetência absoluta (artº 113º ) mas sim de incompetência relativa (artº 119º ).

Assim, uma vez que se pretende excluir do conhecimento oficioso a violação de pacto privativo de jurisdição, como resulta expressamente do disposto no artº 579º, cremos que, porventura, seria de melhor técnica consagrar tal excepção no artº 121º, referente ao conhecimento da incompetência relativa.

**- 3 - Artº 158º nº 3 – (actual artº 160º )**

*Prazo para os actos dos magistrados*

Esta nova disposição prevê que “decorridos 3 meses sobre o termo do prazo fixado para a prática do acto próprio do juiz, sem que o mesmo tenha sido praticado, deve o juiz consignar a concreta razão da inobservância do prazo”.

Apesar do relevo que é conferido a esta inovação na parte final da exposição de motivos, cremos que se deveria ser ainda mais exigente no caso de ocorrer um excesso do prazo superior a 3 meses ( por exemplo mais de 6 meses ) , situação em que se justificaria porventura prever um mecanismo semelhante ao fixado no artº 105º do Código de Processo Penal (comunicações ao presidente do tribunal e ao Conselho Superior da Magistratura ).

- 4 - **Artº 299º nº 2 ( actual artº 305º nº2 )**

*Atribuição de valor à causa e sua influência*

Refere-se que se atenderá ao valor para determinar a forma de processo comum, o que se deverá a mero lapso, uma vez que se passou a prever no artº 549º a existência de uma única forma de processo – “ o processo comum de declaração segue forma única” .

- 5 - **Artº 313º - (actual artº 319º )**

*Consequências da decisão do incidente de valor*

A norma mantém redacção idêntica à do actual artº 319º, apesar de ter passado a haver uma única forma de processo, o que se mostra incongruente, nomeadamente no domínio da incompetência em razão do valor. Aliás, idêntica

incongruência se verifica também no artº 110º nº 2 (actual artº 98º nº 2 ) , o que, porventura, se poderá justificar com eventuais alterações que venham a ser feitas na LOFTJ, face à futura organização judicial e à existência ou não de tribunais de pequena e média instância cível.

**- 6 - Artº 372º - (disposição nova )**

*Inversão do contencioso*

Prevê-se a possibilidade de, a seu requerimento, o A. da providência cautelar ser dispensado de propor a acção principal, se for possível formar convicção segura da existência do direito acautelado e a natureza da providência decretada for adequada a realizar a composição definitiva do litígio.

Na exposição de motivos refere-se que o objectivo desta norma foi evitar “ que tenha de se repetir inteiramente, no âmbito da acção principal, a mesma controvérsia que acabou de ser apreciada e decidida no âmbito do procedimento cautelar – obstando aos custos e demoras decorrentes desta duplicação de procedimentos...”.

Contudo, parece-nos muito duvidoso que se consiga qualquer diminuição de custos e demoras, dado que, afinal, o que sucede é que se transfere para o requerido o ónus de interpor a acção principal – artº 374º.

Creemos, aliás, que, pelo contrário, será provável vir a verificar-se um aumento da litigância no âmbito das providências cautelares, pois será sempre bastante sedutor para o A. tentar obter por essa via de natureza urgente uma decisão definitiva.

Veja-se que, no âmbito da jurisdição administrativa, onde desde 2004 se previu, no artº 121º do CPTA “a antecipação do juízo sobre a causa principal” se assistiu a grande aumento de entradas de processos cautelares, o que teve como consequência um maior atraso na movimentação dos processos não urgentes ( e só 6 anos depois, a partir de 2010, é que se assistiu a uma diminuição da entrada de processos cautelares, como pode ver-se nos respectivos relatórios anuais da PGR ).

Por outro lado, prevê-se no nº 2 desta norma ser admissível o requerimento do A. (de dispensa de propor a acção principal ) “até ao encerramento da audiência final” , o que se nos afigura poder colocar o requerido perante uma decisão-surpresa, pelo que seria eventualmente preferível que tal requerimento devesse ter lugar logo na petição inicial.

A manter-se a redacção proposta, o requerido poderá eventualmente alegar a existência de violação do contraditório e requerer a produção de mais prova, o que irá causar demora na fase de audiência de julgamento.

**- 7 - Artº 375º - ( actual artº 388º )**

*Contraditório subsequente ao decretamento da providência*

Verifica-se um lapso no seu nº 3 ao referir “número anterior” quando manifestamente se pretende referir o nº 1 da norma e não o nº 2 .

**- 8 - Artº 379º nº 4 – (actual artº 392º )**

### *Aplicação subsidiária aos procedimentos nominados*

O nº 4 deste artigo prevê a aplicação subsidiária do regime de inversão do contencioso a apenas alguns dos procedimentos cautelares especificados, “...bem como às demais providências previstas em lei avulsa que tenham carácter antecipatório dos efeitos da acção principal”.

A definição do “carácter antecipatório” pode ser objecto de dúvidas jurisprudenciais, que, aliás são bem visíveis na jurisprudência dos tribunais administrativos, pelo que se nos afigura que seria porventura mais adequado recorrer à definição já usada na parte final do artº 372º nº 1, onde não se faz distinção entre providências antecipatórias ou conservatórias, antes se referindo “se a natureza da providência decretada for adequada a realizar a composição definitiva do litígio”.

### **- 9 - Artº 468º - (disposição nova)**

#### *Declarações de parte*

A norma admite a prestação de declarações das partes como forma do seu dever de cooperação (artº 419º), prova que pode ser requerida “até ao início das alegações orais em 1ª instância”.

Creemos que se trata de prazo excessivamente alargado, devendo talvez ser antes fixado de acordo com o previsto para a prova testemunhal no artº 553º nº 2 – juntamente com a petição, a contestação e a réplica – e no artº 598º - até 20 dias antes da data em que se realiza a audiência de julgamento.

- 10 - **Artº 518º - (actual artº 638º)**

*Regime do depoimento*

A testemunha depõe sobre o tema da prova, sem sujeição a factos individualizados, sendo de sublinhar que deixou de existir qualquer disposição semelhante ao actual artº 633º - não há, pois, qualquer restrição ao número de testemunhas que podem depor sobre cada facto, o que é consequência precisamente de se ter eliminado a existência de qualquer base instrutória integrada por factos individualizados, como decorre do artº 597º que prevê apenas aquilo que designa como “identificar o objecto do litígio e enunciar os temas da prova”.

Assim, as dificuldades na condução do depoimento serão decorrentes da própria fluidez do conceito “temas da prova”, que não se encontra minimamente definido.

- 11 - **Artº 553º - actual artº 467º**

*Requisitos da petição inicial*

O nº 2 desta norma refere que o A. deve “quando seja admissível recurso da decisão final, requerer a gravação da audiência” , o que se deve claramente a lapso, dado que se estabeleceu no artº 157º nº 1 que “ a audiência final de acções, incidentes e procedimentos cautelares é sempre gravada”.

Igual lapso se verifica no artº573º al. d).

- 12 - **Artº 594º - actual artº 508º-B**

### *Dispensa da audiência prévia*

Prevê-se que o juiz possa dispensar a realização da audiência prévia se a mesma se destinar apenas aos fins das alíneas d) e f) do artº 592º - proferir despacho saneador e proferir despacho de enunciação dos temas da prova ( anterior elaboração da base instrutória ).

Deixa de se exigir para a dispensa a justificação da simplicidade da causa, mas, por outro lado, também não se permite a dispensa na situação prevista na al.b) do nº 1 do artº 592º - discussão das excepções dilatórias ou quando tencione conhecer do mérito.

Porém, é de sublinhar a norma constante do nº 3 que obriga à realização da audiência prévia se qualquer das partes reclamar dos despachos proferidos na sequencia da dispensa da mesma .

### - 13 - **Artº 595º - (actual artº 595º)**

#### *Tentativa de conciliação*

Altera-se a redacção desta norma nos seus vários números, sendo de sublinhar a alteração introduzida no seu nº4 que impõe que “ frustrando-se, total ou parcialmente a conciliação ficam consignadas em acta as concretas soluções sugeridas pelo juiz” o que, salvo melhor opinião, põe em causa a posição de imparcialidade do juiz e só contribuirá para que tal diligência seja , na maior parte das vezes, infrutífera.

### - 14 - **Artº 606º - (actual artº 656º)**

### *Publicidade e continuidade da audiência*

Esta norma determina no seu nº 4 que “se não for possível retomar a audiência neste prazo (30 dias ), perde eficácia a produção de prova já realizada”.

Importa-se, assim, o regime vigente no Código de Processo Penal, que, salvo melhor opinião, se não justifica no âmbito do processo civil.

Na exposição de motivos refere-se que tal regra se destina a “ reforçar a concentração processual” . Contudo, cremos que os seus efeitos poderão ser contraproducentes, uma vez que estamos perante um processo de partes que não pode ser tratado de forma idêntica ao processo penal .

Afigura-se-nos que seria porventura bastante para obter maior concentração processual manter apenas o regime previsto no artº 613º , que exige que seja proferida em 30 dias a decisão de apreciação da prova.

### **- 15 - Artº 613º - (actual artº 658º)**

#### *Prazo da sentença*

Apesar do que supra referimos quanto ao artº 606º, cremos que se mostra ajustado impor a prolação da decisão sobre a matéria de facto no prazo de 30 dias, sob pena de perda de eficácia da prova.

Tal conduz, porém, a que, na prática, venha a generalizar-se a opção concedida no nº 2 de serem proferidas duas decisões distintas – a relativa à apreciação da matéria de facto ( primeira parte do nº 4 do artº 607º ) e a sentença propriamente dita – ao contrário do que o legislador parece pretender, de



concentrar na própria sentença quer a apreciação de facto quer a de direito, como se afirma no artº 607º nº3.

- 16 - **Artº 618º (actual artº 618º)**

*Processamento subsequente*

O nº 4 e o nº 6 desta norma prevêem agora formas distintas de impugnar a decisão que defira a arguição de nulidade ou de reforma da sentença – o actual artº 670º nº 4 previa simplesmente a possibilidade de recurso por parte do recorrido/prejudicado.

O artº 618º nº 4 dispõe que o recorrido (no caso de o recorrente ter obtido o suprimento da nulidade e desistido do recurso) pode “ requerer a subida dos autos para decidir da admissibilidade da alteração da introduzida na sentença, assumindo a partir desse momento a posição de recorrente”. Parece, pois, que se tratará de mero requerimento, suscitando-se, porém, alguma dúvida sobre se terá de apresentar alegações ou pagar taxa de justiça.

Contudo, no caso de a nulidade ser arguida perante o juiz que proferiu a sentença por esta não admitir recurso ordinário, o artº 618º nº 6, prevê que a parte prejudicada pode interpor recurso mesmo que a causa esteja compreendida na alçada do tribunal, apesar de não suspender a exequibilidade da sentença.

- 17 - **Artº 627º - (disposição nova)**

*Execução da decisão judicial condenatória*

Creemos que a execução da decisão nos próprios autos muito contribuirá para a celeridade e credibilidade da justiça; contudo, será necessário realizar as alterações na orgânica judiciária que permitam uma efectiva resolução do correspondente acréscimo de trabalho executivo na área cível.

- 18 - **Artº 630º - (actual artº 678º)**

*Decisões que admitem recurso*

A norma veio acrescentar ao elenco das decisões de que é sempre admissível recurso a constante do seu nº 2 al. d) – “ Do acórdão da Relação que esteja em contradição com outro, dessa ou de diferente Relação, sobre a mesma questão fundamental de direito e do qual não caiba recurso ordinário por motivo estranho à alçada do tribunal, salvo se a orientação nele adoptada já tiver sido seguida pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Por sua vez, o artº 672º nº 2 al. b) veio alterar o disposto no actual artº 721º nº 2 , passando a dispor que os acórdãos interlocutórios da Relação podem ser objecto de revista quando : “ a) nos casos em que o recurso é sempre admissível” e “b) quando estejam em contradição com outro já transitado em julgado, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, salvo se tiver sido proferido acórdão de uniformização de jurisprudência com ele conforme”.

Parece-nos que não se mostra fácil compatibilizar estas duas disposições.

Na verdade, cremos que existirá eventual lapso no facto de a 1ª norma – artº630º nº 2 al. d) – fazer apenas referência à exigência da mesma questão

fundamental de direito, não referindo a exigência de se estar no domínio da mesma legislação.

Por outro lado, certamente se suscitarão dúvidas quanto à interpretação da parte final da norma “salvo se a orientação nele adoptada já tiver sido seguida pelo Supremo Tribunal de Justiça”.

Esta redacção permitirá defender, porventura, que basta a existência de um único acórdão do STJ concordante com o acórdão da Relação de que se pretende recorrer para impedir a admissibilidade do recurso de revista, o que, parece-nos, não terá sido a intenção do legislador .

- 19 - **Artº 672º - (actual artº 721º)**

*Decisões que comportam revista*

O artº 672º nº 3 procede a uma alteração significativa à admissibilidade da revista em consequência da “dupla conforme”.

Para além de a tornar admissível nos casos em que o acórdão da Relação tenha sido proferido com fundamentação essencialmente diferente, ressalva expressamente ao casos em que o recurso é sempre admissível, previstos no artº 630º nº 2, pelo que se verifica um alargamento sensível da admissibilidade da revista, mitigando o princípio da “dupla conforme”, o que se nos afigura ser de louvar.

É de salientar ainda que são suprimidos diversos processos especiais sobre os quais apenas se refere na exposição de motivos que “ actualmente já não se justificam” , do mesmo modo que se exclui também a regulamentação do processo

de inventário, apesar de não se encontrar ainda vigente novo regime para o processo de inventário.

## **4 – A acção executiva**

No que diz respeito à acção executiva, o “Projecto de Novo Código de Processo Civil” introduz alterações que serão tratadas de acordo com a seguinte sistematização:

1. pressuposto específico formal
2. intervenientes na acção executiva
3. tramitação
4. penhora
5. pagamento
6. outras considerações

### **1. Pressuposto específico formal**

A reforma do processo civil pretende suprimir a força executiva dos documentos particulares e reconhecer expressamente a força executiva dos títulos de crédito prescritos.

A supressão da força executiva dos documentos particulares constitui um retrocesso na tendência recente de alargamento do elenco dos títulos executivos. Trata-se de uma alteração suscetível de críticas desde logo porque não são conhecidos dados

estatísticos que permitam associar uma maior percentagem de procedência de oposições quando se executam títulos documentos particulares.

A circunstância de o documento particular ser título não obsta a que o executado apresente oposição à execução, sendo certo que os fundamentos de que pode lançar mão são exatamente os mesmos que poderia invocar em sede de ação declarativa.

O argumento de que o documento particular não deveria viabilizar dispensa de citação prévia não implica de modo nenhum que se suprima a sua força executiva, bastando para tal que a alteração se circunscreva à adaptação do atual art. 812.º-C, als. c) e d) do Código de Processo Civil (CPC).

Deve dizer-se que a eliminação da anterior al. c) do art. 46.º, n.º 1 não implica que todos os documentos particulares deixem de ser títulos já que se mantém a exequibilidade de títulos resultante de disposição especial (atual art. 704.º, n.º 1, al. d) que continua a sustentar, por exemplo, a força executiva da ata da assembleia de condomínio – art. 6.º, n.º 1 do DL 268/94, de 25 de outubro).

A existência de documento particular de que resulte a constituição ou reconhecimento da obrigação faz presumir a existência de um conflito de interesses não substancial. Nessa medida, parece adequado que a intervenção jurisdicional tenha lugar no âmbito da ação executiva e por iniciativa do devedor / executado.

É positivo o efeito clarificador da alteração respeitante aos títulos de créditos “meros quirógrafos”, que aliás consagra a solução que já era maioritariamente seguida pela jurisprudência dos tribunais superiores (a título de exemplo, Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 15.3.2012, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) como Proc. n.º 227/10.7TBBGC-A.P1.S1).

## **2. Intervenientes**

Afigura-se positiva a alteração respeitante à possibilidade de intervenção do oficial de justiça a desempenhar as funções de agente de execução nas execuções de valor não superior ao dobro da alçada do tribunal de 1.<sup>a</sup> instância em que sejam exequentes pessoas singulares, e que tenham por objeto créditos não resultantes de uma actividade comercial ou industrial, e nas execuções de valor não superior à alçada da Relação, se o crédito exequendo for de natureza laboral (art. 723.º, n.º 1, als. d) e e)). Esta solução não exclui a possibilidade de intervenção do agente de execução (intervirá o agente de execução ou oficial de justiça de acordo com a opção do próprio exequente) mas faculta ao exequente (credor que apenas pontualmente recorre ao tribunal, com litígios de pequena dimensão) instrumentos que lhe permitem contornar eventuais dificuldades de interação com o agente de execução. Nesta parte o projecto de reforma coincide com a solução (temporariamente vigente) do art. 19.º do DL 226/2008, de 20 de novembro, e alarga a solução que atualmente vigora para os beneficiários de proteção jurídica (art. 35.º-A da L 34/2004, de 29 de julho).

É positivo o efeito clarificador da alteração que se pretende introduzir com o art. 720.º projeto, muito embora essa solução fosse já consensualmente respeitada na prática. Contudo, devem acautelar-se expressamente situações de fronteira em que pode causar estranheza a competência que se atribui ao agente de execução (por exemplo, o requerimento do exequente para chamar à execução o devedor no caso de dívida provida de garantia real sobre bens de terceiro, nos termos do art. 71.º, n.º 3 do projeto; ou o requerimento do exequente que chama à execução o devedor subsidiário, nos termos do art. 747.º, n.º 5 do projeto).

O critério a seguir na repartição de competências deve ter sempre presente que ao juiz compete dirimir conflitos substanciais, exercer sindicância sobre atos do agente de execução e decidir questões de particular importância.

Impor-se ao exequente a indicação dos motivos da substituição do agente de execução constitui uma medida totalmente inconsequente e inócua, já que a destituição do agente de execução continua a operar por iniciativa não motivada do exequente (art. 721.º, n.º 4 do projecto).

### **3. Tramitação**

A divisão da ação executiva em execução sumária e ordinária afigura-se desprovida de significado útil e absolutamente contrária ao espírito global da reforma do processo civil. Com efeito, enquanto a exposição de motivos enuncia propósitos de simplificação e redução das formas de processo, na ação executiva o movimento aparenta ser de sentido contrário. Por outro lado, aquilo que separa as novas formas sumária e ordinária alcançar-se-ia sem esforço reformando o Código apenas na parte respeitante à fase inicial da ação declarativa, nomeadamente no que se refere à opção entre citação prévia, dispensa de citação prévia e remessa para despacho liminar.

Concretamente sugere-se a manutenção das prerrogativas do agente de execução de recusa do requerimento executivo ou remessa para despacho liminar tal como estão hoje consagradas nos arts. 811.º, n.º 1 e 812.º-D do CPC. Sendo o processo remetido para despacho liminar competirá ao juiz de execução indeferir liminarmente o requerimento executivo (no todo ou em parte) (arts. 812.º-E, n.os 1, 2 e 4), convidar o exequente ao seu aperfeiçoamento (art. 812.º-E, n.º 3) ou viabilizar o prosseguimento dos autos. Caso viabilize, o juiz deve determinar que o agente de execução efetue a citação do executado (art. 812.º-E) ou a penhora (caso a remessa para despacho liminar tenha tido fundamento nas als. e) a g) do art. 812.º-D e, cumulativamente, caso a hipótese prática se insira ao mesmo tempo no art. 812.º-C).

Deve haver lugar a penhora com dispensa de citação prévia nas hipóteses enunciadas no art. 812.º-C bem como nas hipóteses em que o caso prático não se enquadra no art. 812.º-C mas o juiz autoriza a inversão de ordem, tutelando cautelarmente a posição do exequente.

Deve haver lugar a citação prévia do executado nos casos do art. 812.º-F, n.º 2 e nas hipóteses em que o caso prático se insere no art. 812.º-C, optando contudo o exequente pela realização de citação antes da penhora (art. 812.º-F, n.º 1, *in fine*). A citação prévia (não condicionada a despacho liminar) será também o caminho a seguir nas hipóteses que não se inserem nem no art. 812.º-C, nem no art. 812.º-D.

A tramitação que se propõe para a ação executiva quando o título é sentença corresponde ao desenvolvimento da figura processual já contemplada pelo atual art. 675.º-A do CPC e 48.º da Portaria 331-B/2009, de 30 de março. Inova em dois aspectos: em primeiro lugar, preconiza que a ação executiva corra nos próprios autos e não por apenso; em segundo lugar, admite a possibilidade de cumulação de execuções de espécies diferentes (arts. 627.º e 711.º do projecto). Seria prudente clarificar a redação do art. 711.º do projeto no sentido de deixar claro (se for esse o caso) que a possibilidade nele contemplada inclui a hipótese de os pedidos deverem ser executados por execuções com fins diferentes. Compreende-se e saúda-se o propósito de simplificação (o exequente deixa de se obrigado a propor e gerir múltiplas execuções) mas fica a dúvida sobre a tramitação que segue a ação executiva em caso de cumulação de execuções com fins diferentes.

Não se vislumbra vantagem na recuperação da expressão “embargos de executado” para a oposição à execução, tanto mais que a expressão oposição à execução não é de utilização recente.



Pelo contrário, é extremamente positiva a alteração no que se refere ao leque de fundamentos de oposição quando o título seja injunção. Por um lado, esta alteração vem pôr cobro às dúvidas de interpretação em torno do atual art. 814.º, n.º 2 do CPC na parte em que refere “desde que o procedimento de formação desse título admita oposição pelo requerido” (não se percebia em que situações a injunção se tornava título escapando à possibilidade de contraditório pelo requerido); por outro lado, sempre se afigurou temerário restringir o leque de fundamentos de oposição equiparando-os à sentença, tanto mais que a injunção pode não pressupor um ato de citação *stricto sensu* (veja a possibilidade de notificação prevista no art. 12.º, n.os 3, 4 e 5 do Regime Anexo ao DL 269/98, de 1 de setembro) (a propósito desta questão vejam-se também os Acs. do Tribunal Constitucional n.os 283/2011 e 658/2006 ou o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 3.7.2012, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) com o n.º de processo 19664/11.3YYLSB-A.C1).

A apresentação de oposição à execução passa a ter efeito suspensivo apenas na hipótese de ser prestada caução, produção de princípio de prova quanto à genuinidade da assinatura em documento particular (recorde-se que foi abolida a força executiva dos documentos particulares tal como se encontrava prevista no atual art. 46.º, n.º 1, al. c) o que significa que esta norma deixará de ter aplicação prática significativa) ou em caso de impugnação da exigibilidade ou liquidação da obrigação exequenda sempre que o juiz entenda que a suspensão se justifica. Caso tenha sido apresentada oposição sendo o bem penhorado casa de habitação efectiva do embargante, o juiz pode determinar que a venda aguarde a decisão de 1.ª instância dos embargos (art. 735.º do projecto).

É igualmente muito positiva a previsão de um incidente com estrutura declarativa para a apreciação do requerimento de comunicabilidade da dívida. O esquema do atual

art. 825.º, n.os 2 a 6 do CPC parece permitir que a comunicabilidade seja afastada por mera declaração de não aceitação (sem qualquer fundamentação) do cônjuge do executado o que frustra injustificadamente as perspectivas de atuação deste instituto (art. 743.º do projecto).

Faz sentido não forçar a citação edital em execuções que devam ser julgadas extintas por não terem sido identificados bens do executado. Trata-se de generalizar a possibilidade que já constava do atual art. 832.º, n.º 3 do CPC, sendo certo que aqui, sempre que do registo informático de execuções resultasse uma anterior execução terminada sem pagamento integral, o executado não era sequer citado. Compreende-se e acompanha-se o intuito de evitar que se pratiquem atos totalmente inócuos do ponto de vista dos interesses envolvidos na ação mas lamenta-se a circunstância de a regra se aplicar apenas nos processos que seguem a forma sumária (art. 857.º, n.º 4 do projecto). O prazo de 3 meses é claramente excessivo face ao considerável acervo de informação de que actualmente dispõe o agente de execução e ao modo (facilitado) como acede a essa informação, no que se refere à pesquisa de bens do executado.

#### **4. Penhora**

É positivo que se esclareça que os limites estipulados à penhora de vencimentos dizem respeito a valores líquidos (art. 740.º, n.º 1 do projecto), assim como é positivo que se abandone o estabelecimento de uma ordem imperativa de bens a penhorar deixando prevalecer, dentro de certos limites, a indicação dada pelo exequente (art. 753.º, n.os 1 e 2 do projeto). Também não se vislumbra obstáculo à penhora de contas bancárias sem dependência de prévio despacho do juiz de execução (art. 782.º do projecto) ou à regra de que os veículos automóveis penhorados devem ser

removidos com a imobilização a anteceder o registo da apreensão (art. 770.º, n.º 2 do projecto).

Não se vê utilidade na fixação do prazo de 3 meses para extinguir a execução caso não sejam encontrados bens; aliás, o prazo afigura-se excessivo (face ao tipo de pesquisas que devem ser efetuadas) e inócuo (dado que a execução pode sempre ser reaberta assim que sejam posteriormente identificados outros bens) (arts. 752.º, 852.º, n.º 5 e 851.º, n.º 1, als. c) do projecto).

## **5. Pagamento**

Na fase do pagamento introduzem-se alterações que não são prejudiciais como sejam a possibilidade de estipulação de um plano de pagamentos abrangendo todos os credores e não apenas o exequente (art. 812.º do projecto), a preferência atribuída ao exequente na aquisição do bem, se necessário com licitação entre exequente e proponente do maior preço (art. 822.º, n.º 5 do projecto) ou o estabelecimento de um prazo para (início ou conclusão?) as diligências de venda (art. 798.º, n.º 1 do projecto).

Não é positivo o afastamento do agente de execução em caso de penhora de rendimentos periódicos já que se perde quem prontamente possa prestar contas dos valores que vão sendo pagos por ordem da execução (art. 781.º, n.º 3 do projecto).

## **6. Outras considerações**

No que se refere à liquidez, o art. 717.º, n.º 5 do projecto reproduz a prerrogativa que já constava do art. 47.º, n.º 2 da Lei da Arbitragem Voluntária (aprovada pela L

63/2011, de 14 de dezembro) omitindo contudo a possibilidade de a liquidação ser efectuada por decisão complementar do próprio tribunal arbitral.

O projeto também não esclarece quais são as decisões judiciais que condenem em termos genéricos e cuja liquidação não deve ser efetuada na própria ação declarativa (art. 47.º, n.º 5 e 378.º, n.º 2 do actual CPC ou 705.º, n.º 6 e 361, n.º 2 do projecto).

É positiva a alteração relativa à extinção da execução por não pagamento das provisões devidas ao agente de execução (art. 722.º, n.os 2 e 3 do projecto), regime que substitui o injustificadamente mais complexo esquema de regras atualmente contemplado no art. 15.º-A da Portaria n.º 331-B, de 30 de março. Mas parece excessivo que se associe expressamente o início da instância executiva ao pagamento da taxa de justiça. Esta inovação representa a importação da solução que está em vigor para o requerimento de injunção (art. 725.º, n.º 6 do projeto e art. 5.º, n.º 1 ,al. a) da Portaria n.º 220-A/2008, de 4 de março).

É igualmente positiva (porque clarificadora, sobretudo nesta questão em que prática judiciária não era uniforme) a atribuição de força executiva à nota discriminativa de honorários e despesas do agente de execução, sendo certo que às partes deve ser sempre conferida a possibilidade de impugnar esse valor na ação em que foram realizadas as diligências de execução, isto é, em fase prévia àquela em que o título já está formado (art. 722.º, n.º 5 do projecto).

Não se acompanha a obrigatoriedade de envio do original do título de crédito ao tribunal sem que esse original tenha sido expressamente solicitado (art. 725.º, n.º 5 do projecto que substitui o atual art. 810.º, n.º 6, al. a) do CPC).

Suscita a dúvidas a circunstância de se manter a regra da tramitação eletrónica das ações executivas e, ao mesmo tempo, dispensar-se a autuação apenas nas execuções sumárias (arts. 713.º, n.º 1 e 857.º, n.º 1 do projeto). Do mesmo modo e

no mesmo contexto, ficam dúvidas sobre o significado e alcance do art. 552.º, n.º 5 do projeto, nos termos do qual *“O processo de execução corre em tribunal quando seja requerida ou decorra da lei a prática de ato da competência da secretaria ou do juiz e até à prática do mesmo”*. É que a ação executiva continuará a ser uma ação judicial (aliás, será ainda mais ação judicial do que é atualmente, sobretudo se se considerar a forma ordinária).

## **5 - NOTA FINAL**

Poder-se-á afirmar, com segurança, que a presente Reforma pretende, antes do mais, retoma os grandes princípios que tinham constituído as pedras angulares da alteração operada pelo Dec.- Lei nº 329-A/95, de 12 de Dezembro: a consideração de que *“a celeridade processual passa necessariamente por uma nova cultura judiciária, envolvendo todos os participantes no processo, para o qual deverá contribuir decisivamente um novo modelo de processo civil, simples, flexível, despojado de injustificados formalismos (...) centrado decisivamente na análise e resolução das questões essenciais ligadas ao mérito da causa* (cfr. exposição de motivos). Para esse efeito, pretende-se *“um novo figurino da audiência preliminar, assente decisivamente num princípio de oralidade e concentração dos debates, pressupondo a intervenção activa de todos os intervenientes na lide, com vista a obter uma delimitação daquilo que é verdadeiramente essencial (...)*.

As soluções são, pois, de continuidade e não de rotura.

Pretende-se, enfim, tal como já o havia pretendido o legislador de 1995, alterar o paradigma do processo civil, objectivo que é, em absoluto, consensual, mas que nos parece difícil de atingir, pelo menos dentro dos prazos estabelecidos/impostos para a presente reforma.

O legislador da Reforma continua a apostar na audiência preliminar, agora denominada audiência prévia, como fase essencial do processo comum ordinário.

Por via da realização dessa diligência, constituir-se-á, acredita-se, uma verdadeira *comunidade de trabalho* no âmbito da qual o decisor e os representantes das partes, fazendo atuar o princípio da cooperação, tentam conciliar-se, exercem o contraditório, sob o primado da oralidade, relativamente às matérias a decidir no saneador, procedem ao debate oral, destinado a suprir as insuficiências ou imprecisões da factualidade alegada, é proferido despacho saneador, no qual serão apreciadas as excepções dilatórias ou é conhecido de imediato, no todo ou em parte, do mérito da causa e define-se o objecto do litígio e procede-se à enunciação das questões essenciais de facto que constituem o tema da prova.

Todas serão acordes no sentido de que seria excelente se a audiência preliminar lograsse obter este resultado. No entanto, existirá igual unanimidade na constatação de que estes fins apenas raríssimas vezes serão atingidos. E isto por uma simples razão: os operadores judiciais são, em geral, avessos a uma diligência intermédia com o conteúdo que a lei assinala à audiência prévia.

A isto acresce, o facto, não despreciando, da notória falta de uma cultura jurídica de oralidade, de todos termos sido habituados a pensar perante a palavra escrita, de inexistirem nos tribunais espaços físicos que possibilitem um real espaço de trabalho (as audiências preliminares são efectuados no gabinete do juiz, as mais das vezes sem lugar para todos se sentarem e sempre com os imprescindíveis papéis pousados no colo), tudo se somando a esta circunstância inultrapassável: existirá (quase) sempre uma parte a quem a celeridade, o acordo e a eficiência não interessa de todo e que tudo fará para que a decisão que o venha a vincular seja proferida o mais tarde possível. Por estas e outras razões, as audiências preliminares (quase) nunca são profícuas e essa percepção acaba por criar a convicção generalizada que essa diligência se resolve numa perda de tempo – o que determina que os processos não sejam antecipadamente preparados com suficiência, facto que, por sua vez igualmente contribui para o respectivo inêxito. Por outro lado, inexistente, e continuará a inexistir, qualquer tipo de sanção (processual, pecuniária ou outras) que onere a parte que obste a que esta diligência atinja os fins para que foi instituída.

Face ao exposto, resultará ociosa a conclusão que esta fase do processo, que se diz crucial para a facilitação do julgamento e conseqüente celeridade processual, não irá, com toda a probabilidade, alcançar o fim a que se destina, além do mais, porque não se “reconformam” operadores judiciários com a facilidade com que se reformam diplomas. É certo que a circunstância de anteriormente os diversos intervenientes processuais não terem aderido a este modelo não deve, por si só, obstar a que nele não se insista. Mas será igualmente acertado que não se espere (pelo menos com convicção) que a insistência venha a produzir um resultado muito diferente daquele que hoje ocorre.

Apesar de nos questionarmos se, dada a manutenção do paradigma do Código de 1939, estamos perante um novo código, ou perante um código alterado, não nos restam dúvidas, todavia, de que, seja qual for a resposta, estamos perante um código melhor.

Ou seja, mesmo tratando-se do mesmo código, estamos perante mudanças donde decorrerão vantagens inquestionáveis: simplificam-se efectivamente alguns procedimentos, eliminam-se processos especiais obsoletos, torna-se mais claro o que não raras vezes se encontrava envolto numa desnecessária e complexa bruma, e não de somenos importância, resolve-se tudo numa linguagem mais perceptível e escurrita.

Em conclusão, parece-nos que as alterações propostas vão no sentido correcto, embora não se deva fechar a porta à possibilidade de, a médio prazo, e com base nos ensinamentos que resultarem da aplicação destas alterações, se poder pensar num diploma totalmente novo, muito mais simplificado e susceptível de, não só romper, mas também impossibilitar procedimentos e modos de actuação que se encontram absolutamente enraizados em todos os que utilizam este instrumento processual civil.

Tal só será porventura possível quando o legislador, livre de apertados calendários impostos por razões de Estado, tiver finalmente o tempo suficiente para, sem peias, e em conjunto com a comunidade científica, pensar num novo paradigma para o processo civil.



Lisboa, 31 de Outubro de 2012

**Em anexo: Quadro de correspondência entre artigos do actual CPC e do projecto**



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

ANEXO

Novo projecto de Código de Processo Civil

Actual Código de Processo Civil

**LIVRO I**  
*Da ação, das partes e do Tribunal*

**LIVRO I**  
*Da acção*

**TÍTULO I**  
*Das disposições e dos princípios fundamentais*

**TÍTULO I**  
*Da acção em geral*

**CAPÍTULO I**  
**Das disposições fundamentais**

*Artigo 1º*  
*Proibição de autodefesa*

Artigo 1º  
Proibição de autodefesa

*Artigo 2º*  
*Garantia de acesso aos tribunais*

Artigo 2º  
Garantia de acesso aos tribunais

*Artigo 3º*  
*Necessidade do pedido e da contradição*

Artigo 3º  
Necessidade do pedido e da contradição

*Artigo 4º*  
*Igualdade das partes*

Artigo 3º-A  
Igualdade das partes

*Artigo 5º*  
*Ónus de alegação das partes e poderes de cognição do tribunal*

*Artigo 6º*  
*Poder de direção do processo e princípio do inquisitório*

Artigo 265º  
Poder de direção do processo e princípio do inquisitório

*Artigo 7º*

*Princípio da adequação formal*

Artigo 265º-A  
Princípio da adequação formal

*Artigo 8º*  
*Princípio da gestão processual*

*Artigo 9º*  
*Princípio da cooperação*

Artigo 266º  
Princípio da cooperação

*Artigo 10º*  
*Dever de boa fé processual*

Artigo 266º-A  
Dever de boa fé processual

*Artigo 11º*  
*Dever de recíproca correção*

Artigo 266º-B  
Dever de recíproca correção

**TÍTULO II**  
*Das garantias da imparcialidade*

**LIVRO II**  
**Da competência e das garantias da imparcialidade**

**CAPÍTULO I**  
*Impedimentos*

**CAPÍTULO VI**  
**Das garantias da imparcialidade**

**SECÇÃO I**  
**Impedimentos**

*Artigo 12º*  
*Casos de impedimento do juiz*

Artigo 122º  
Casos de impedimento do juiz

*Artigo 13º*  
*Dever do juiz impedido*

Artigo 123º  
Dever do juiz impedido

*Artigo 14º*  
*Causas de impedimento nos tribunais coletivos*

Artigo 124º  
Causas de impedimento nos tribunais coletivos

*Artigo 15º*  
*Impedimentos do Ministério Público e dos funcionários da secretaria*

Artigo 125º  
Impedimentos do Ministério Público e dos funcionários da secretaria

**CAPÍTULO II**  
**Suspeições**

**Artigo 16º**  
**Pedido de escusa por parte do juiz**

**Artigo 17º**  
**Fundamento da suspeição**

**Artigo 18º**  
**Prazo para a dedução da suspeição**

**Artigo 19º**  
**Como se deduz e processa a suspeição**

**Artigo 20º**  
**Julgamento da suspeição**

**Artigo 21º**  
**Suspeição oposta a juiz da Relação ou do Supremo**

**Artigo 22º**  
**Influência da arguição na marcha do processo**

**Artigo 23º**  
**Procedência da escusa ou da suspeição**

**Artigo 24º**  
**Suspeição oposta aos funcionários da secretaria**

**Artigo 25º**  
**Contagem do prazo para a dedução**

**Artigo 26º**  
**Processamento do incidente**

**SECÇÃO II**  
**Suspeições**

**Artigo 126º**  
**Pedido de escusa por parte do juiz**

**Artigo 127º**  
**Fundamento da suspeição**

**Artigo 128º**  
**Prazo para a dedução da suspeição**

**Artigo 129º**  
**Como se deduz e processa a suspeição**

**Artigo 130º**  
**Julgamento da suspeição**

**Artigo 131º**  
**Suspeição oposta a juiz da Relação ou do Supremo**

**Artigo 132º**  
**Influência da arguição na marcha do processo**

**Artigo 133º**  
**Procedência da escusa ou da suspeição**

**Artigo 134º**  
**Suspeição oposta aos funcionários da secretaria**

**Artigo 135º**  
**Contagem do prazo para a dedução**

**Artigo 136º**  
**Processamento do incidente**

**TÍTULO III**  
*Das espécies de ações*

*Artigo 27º*  
*Espécies de ações, consoante o seu fim*

Artigo 4º  
Espécies de acções, consoante o seu fim

**TÍTULO IV**  
*Das partes*

**LIVRO I**  
**Da acção**

**TÍTULO I**  
**Da acção em geral**

**CAPÍTULO I**  
*Personalidade e capacidade judiciária*

**CAPÍTULO II**  
**Das partes**

**Secção I**  
**Personalidade e capacidade judiciária**

*Artigo 28º*  
*Conceito e medida da personalidade judiciária*

Artigo 5º  
Conceito e medida da personalidade judiciária

*Artigo 29º*  
*Extensão da personalidade judiciária*

Artigo 6º  
Extensão da personalidade judiciária

*Artigo 30º*  
*Personalidade judiciária das sucursais*

Artigo 7º  
Personalidade judiciária das sucursais

*Artigo 31º*  
*Sanação da falta de personalidade judiciária*

Artigo 8º  
Sanação da falta de personalidade judiciária

*Artigo 32º*  
*Conceito e medida da capacidade judiciária*

Artigo 9º  
Conceito e medida da capacidade judiciária

*Artigo 33º*  
*Suprimento da incapacidade*

Artigo 10º  
Suprimento da incapacidade

**Artigo 34º**  
**Representação por curador especial ou provisório**

Artigo 11º  
Representação por curador especial ou provisório

**Artigo 35º**  
**Desacordo entre os pais na representação do menor**

Artigo 12º  
Desacordo entre os pais na representação do menor

**Artigo 36º**  
**Capacidade judiciária dos inabilitados**

Artigo 13º  
Capacidade judiciária dos inabilitados

**Artigo 37º**  
**Representação das pessoas impossibilitadas de receber citação**

Artigo 14º  
Representação das pessoas impossibilitadas de receber citação

**Artigo 38º**  
**Defesa do ausente e do incapaz pelo Ministério Público**

Artigo 15º  
Defesa do ausente e do incapaz pelo Ministério Público

**Artigo 39º**  
**Representação dos incertos**

Artigo 16º  
Representação dos incertos

**Artigo 40º**  
**Representação de incapazes e ausentes pelo Ministério Público**

Artigo 17º  
Representação de incapazes e ausentes pelo Ministério Público

**Artigo 41º**  
**Representação do Estado**

Artigo 20º  
Representação do Estado

**Artigo 42º**  
**Representação das outras pessoas coletivas e das sociedades**

Artigo 21º  
Representação das outras pessoas coletivas e das sociedades

**Artigo 43º**  
**Representação das entidades que careçam de personalidade jurídica**

Artigo 22º  
Representação das entidades que careçam de personalidade jurídica

**Artigo 44º**  
***Suprimento da incapacidade judiciária e da irregularidade de representação***

**Artigo 45º**  
***Iniciativa do juiz do suprimento***

**Artigo 46º**  
***Falta de autorização ou de deliberação***

**CAPÍTULO II**  
***Legitimidade das partes***

**Artigo 47º**  
***Conceito de legitimidade***

**Artigo 48º**  
***Ações para a tutela de interesses difusos***

**Artigo 49º**  
***Litisconsórcio voluntário***

**Artigo 50º**  
***Litisconsórcio necessário***

**Artigo 51º**  
***Ações que têm de ser propostas por ambos ou contra ambos os cônjuges***

**Artigo 52º**  
***O litisconsórcio e a ação***

**Artigo 53º**  
***Coligação de autores e de réus***

**Artigo 23º**  
**Suprimento da incapacidade judiciária e da irregularidade de representação**

**Artigo 24º**  
**Iniciativa do juiz do suprimento**

**Artigo 25º**  
**Falta de autorização ou de deliberação**

**SECÇÃO II**  
**Legitimidade das partes**

**Artigo 26º**  
**Conceito de legitimidade**

**Artigo 26º-A**  
**Ações para a tutela de interesses difusos**

**Artigo 27º**  
**Litisconsórcio voluntário**

**Artigo 28º**  
**Litisconsórcio necessário**

**Artigo 28º-A**  
**Ações que têm de ser propostas por ambos ou contra ambos os cônjuges**

**Artigo 29º**  
**O litisconsórcio e a ação**

**Artigo 30º**  
**Coligação de autores e de réus**

**Artigo 54º**  
***Obstáculos à coligação***

**Artigo 55º**  
***Suprimento da coligação ilegal***

**Artigo 56º**  
***Pluralidade subjetiva subsidiária***

**CAPÍTULO III**  
***Patrocínio judiciário***

**Artigo 57º**  
***Constituição obrigatória de advogado***

**Artigo 58º**  
***Falta de constituição de advogado***

**Artigo 59º**  
***Representação nas causas em que não é obrigatória a constituição de advogado***

**Artigo 60º**  
***Como se confere o mandato judicial***

**Artigo 61º**  
***Conteúdo e alcance do mandato***

**Artigo 62º**  
***Poderes gerais e especiais dos mandatários judiciais***

**Artigo 63º**  
***Confissão de factos feita pelo mandatário***

**Artigo 64º**  
***Revogação e renúncia do mandato***

**Artigo 31º**  
**Obstáculos à coligação**

**Artigo 31º-A**  
**Suprimento da coligação ilegal**

**Artigo 31º-B**  
**Pluralidade subjetiva subsidiária**

**SECÇÃO III**  
**Patrocínio judiciário**

**Artigo 32º**  
**Constituição obrigatória de advogado**

**Artigo 33º**  
**Falta de constituição de advogado**

**Artigo 34º**  
**Representação nas causas em que não é obrigatória a constituição de advogado**

**Artigo 35º**  
**Como se confere o mandato judicial**

**Artigo 36º**  
**Conteúdo e alcance do mandato**

**Artigo 37º**  
**Poderes gerais e especiais dos mandatários judiciais**

**Artigo 38º**  
**Confissão de factos feita pelo mandatário**

**Artigo 39º**  
**Revogação e renúncia do mandato**



**Artigo 65º**  
*Falta, insuficiência e irregularidade do mandato*

**Artigo 66º**  
*Patrocínio a título de gestão de negócios*

**Artigo 67º**  
*Assistência técnica aos advogados*

**Artigo 68º**  
*Nomeação oficiosa de advogado*

**Artigo 69º**  
*Nomeação oficiosa de solicitador*

**CAPÍTULO IV**  
*Disposições especiais sobre execuções*

**Artigo 70º**  
*Legitimidade do exequente e do executado*

**Artigo 71º**  
*Desvios à regra geral da determinação da legitimidade*

**Artigo 72º**  
*Exequibilidade da sentença contra terceiros*

**Artigo 73º**

**Artigo 40º**  
Falta, insuficiência e irregularidade do mandato

**Artigo 41º**  
Patrocínio a título de gestão de negócios

**Artigo 42º**  
Assistência técnica aos advogados

**Artigo 43º**  
Nomeação oficiosa de advogado

**LIVRO I**  
**Da acção**

**TÍTULO II**  
**Da acção executiva**

**CAPÍTULO II**  
**Das partes**

**Artigo 55º**  
Legitimidade do exequente e do executado

**Artigo 56º**  
Desvios à regra geral da determinação da legitimidade

**Artigo 57º**  
Exequibilidade da sentença contra terceiros

**Artigo 58º**

**Coligação**

**Artigo 74º**  
**Legitimidade do Ministério Público como exequente**

**Artigo 75º**  
**Patrocínio judiciário obrigatório**

**TÍTULO V**  
**Do Tribunal**

**CAPÍTULO I**  
**Das disposições gerais sobre competência**

**Artigo 76º**  
**Competência internacional**

**Artigo 77º**  
**Fatores determinantes da competência na ordem interna**

**Artigo 78º**  
**Competência territorial**

**Artigo 79º**  
**Alteração da competência**

**CAPÍTULO II**  
**Da competência internacional**

**Artigo 80º**  
**Fatores de atribuição da competência**

**Coligação**

**Artigo 59º**  
**Legitimidade do Ministério Público como exequente**

**Artigo 60º**  
**Intervenção obrigatória de advogado**  
*(Só mudou a epígrafe; o texto do Artigo mantém-se)*

**LIVRO II**  
**Da competência e das garantias da imparcialidade**

**CAPÍTULO I**  
**Das disposições gerais sobre competência**

**Artigo 61.º**  
**Competência internacional – Elementos que a condicionam**

**Artigo 62º**  
**Fatores determinantes da competência na ordem interna**

**Artigo 63º**  
**Competência territorial**

**Artigo 64º**  
**Alteração da competência**

**CAPÍTULO II**  
**Da competência internacional**

**Artigo 65º**  
**Fatores de atribuição da competência**

*internacional*

*Artigo 81º*  
*Competência exclusiva dos tribunais portugueses*

**CAPÍTULO III**  
**Da competência interna**

**SECÇÃO I**  
**Competência em razão da matéria**

*Artigo 82º*  
*Competência dos tribunais judiciais*

*Artigo 83º*  
*Tribunais de competência especializada*

**SECÇÃO II**  
**Competência em razão da hierarquia**

*Artigo 84º*  
*Tribunais de 1º Instância*

*Artigo 85º*  
*Relações*

*Artigo 86º*  
*Supremo*

**SECÇÃO III**  
**Competência em razão do território**

*Artigo 87º*  
*Foro da situação dos bens*

*Artigo 88º*

internacional

Artigo 65º-A  
Competência exclusiva dos tribunais portugueses

**CAPÍTULO III**  
**Da competência interna**

**SECÇÃO I**  
**Competência em razão da matéria**

Artigo 66º  
Competência dos tribunais judiciais

Artigo 67º  
Tribunais de competência especializada

**SECÇÃO III**  
**Competência em razão da hierarquia**

Artigo 70º  
Tribunais de 1º Instância

Artigo 71º  
Relações

Artigo 72º  
Supremo

**SECÇÃO IV**  
**Competência territorial**  
**(Só mudou a epígrafe)**

Artigo 73º  
Foro da situação dos bens

Artigo 74º

**Competência para o cumprimento da obrigação**

**Competência para o cumprimento da obrigação**

**Artigo 89°**  
**Divórcio e separação**

**Artigo 75°**  
**Divórcio e separação**

**Artigo 90°**  
**Ação de honorários**

**Artigo 76°**  
**Ação de honorários**

**Artigo 91°**  
**Regulação e repartição de avaria grossa**

**Artigo 78°**  
**Regulação e repartição de avaria grossa**

**Artigo 92°**  
**Perdas e danos por abalroação de navios**

**Artigo 79°**  
**Perdas e danos por abalroação de navios**

**Artigo 93°**  
**Salários por salvação ou assistência de navios**

**Artigo 80°**  
**Salários por salvação ou assistência de navios**

**Artigo 94°**  
**Extinção de privilégios sobre navios**

**Artigo 81°**  
**Extinção de privilégios sobre navios**

**Artigo 95°**  
**Procedimentos cautelares e diligências antecipadas**

**Artigo 83°**  
**Procedimentos cautelares e diligências antecipadas**

**Artigo 96°**  
**Notificações avulsas**

**Artigo 84°**  
**Notificações avulsas**

**Artigo 97°**  
**Regra geral**

**Artigo 85°**  
**Regra geral**

**Artigo 98°**  
**Regra geral para as pessoas coletivas e sociedades**

**Artigo 86°**  
**Regra geral para as pessoas coletivas e sociedades**

**Artigo 99°**  
**Pluralidade de réus e cumulação de pedidos**

**Artigo 87°**  
**Pluralidade de réus e cumulação de pedidos**

**Artigo 100°**

**Artigo 88°**

**Competência para o julgamento dos recursos**

**Artigo 101º**

**Ações em que seja parte o juiz, seu cônjuge ou certos parentes**

**SECÇÃO IV**

**Disposições especiais sobre execuções**

**Artigo 102º**

**Competência para a execução fundada em sentença**

**Artigo 103º**

**Execução de sentença proferida por tribunais superiores**

**Artigo 104º**

**Execução por custas, multas e indenizações**

**Artigo 105º**

**Execução por custas, multas e indenizações derivadas de condenação em tribunais superiores**

**Artigo 106º**

**Regra geral de competência em matéria de execuções**

**Artigo 107º**

**Execução fundada em sentença estrangeira**

**CAPÍTULO IV**

**Da extensão e modificações da competência**

**Artigo 108º**

**Competência do tribunal em relação às questões incidentais**

**Competência para o julgamento dos recursos**

**Artigo 89º**

**Ações em que seja parte o juiz, seu cônjuge ou certos parentes**

**SECÇÃO V**

**Disposições especiais sobre execuções**

**Artigo 90º**

**Competência para a execução fundada em sentença**

**Artigo 91º**

**Execução de sentença proferida por tribunais superiores**

**Artigo 92º**

**Execução por custas, multas e indenizações**

**Artigo 93º**

**Execução por custas, multas e indenizações derivadas de condenação em tribunais superiores**

**Artigo 94º**

**Regra geral de competência em matéria de execuções**

**Artigo 95º**

**Execução fundada em sentença estrangeira**

**CAPÍTULO IV**

**Da extensão e modificações da competência**

**Artigo 96º**

**Competência do tribunal em relação às questões incidentais**

*Artigo 109º*  
*Questões prejudiciais*

Artigo 97º  
Questões prejudiciais

*Artigo 110º*  
*Competência para as questões reconventionais*

Artigo 98º  
Competência para as questões reconventionais

*Artigo 111º*  
*Pactos privativo e atributivo de jurisdição*

Artigo 99º  
Pactos privativo e atributivo de jurisdição

*Artigo 112º*  
*Competência convencional*

Artigo 100º  
Competência convencional

**CAPÍTULO V**  
*Das garantias da competência*

**CAPÍTULO V**  
**Das garantias da competência**

**SECÇÃO I**  
*Incompetência absoluta*

**SECÇÃO I**  
**Incompetência absoluta**

*Artigo 113º*  
*Casos de incompetência absoluta*

Artigo 101º  
Casos de incompetência absoluta

*Artigo 114º*  
*Regime de arguição – legitimidade e oportunidade*

Artigo 102º  
Regime de arguição – legitimidade e oportunidade

*Artigo 115º*  
*Em que momento deve conhecer-se da incompetência*

Artigo 103º  
Em que momento deve conhecer-se da incompetência

*Artigo 116º*  
*Efeito da incompetência absoluta*

Artigo 105º  
Efeito da incompetência absoluta

*Artigo 117º*  
*Valor da decisão sobre incompetência absoluta*

Artigo 106º  
Valor da decisão sobre incompetência absoluta

**Artigo 118º**  
***Fixação definitiva do tribunal competente***

**SECCÃO II**  
***Incompetência relativa***

**Artigo 119º**  
***Em que casos se verifica***

**Artigo 120º**  
***Regime da arguição***

**Artigo 121º**  
***Conhecimento oficioso da incompetência relativa***

**Artigo 122º**  
***Instrução e julgamento da execução***

**Artigo 123º**  
***Regime no caso de pluralidade de réus***

**Artigo 124º**  
***Tentativa ilícita de desaforamento***

**Artigo 125º**  
***Regime da incompetência do tribunal de recurso***

**SECCÃO III**  
***Conflitos de jurisdição e competência***

**Artigo 126º**  
***Conflito de jurisdição e conflito de competência***

**Artigo 127º**  
***Regras para a resolução dos conflitos***

**Artigo 107º**  
**Fixação definitiva do tribunal competente**

**SECCÃO II**  
**Incompetência relativa**

**Artigo 108º**  
**Em que casos se verifica**

**Artigo 109º**  
**Regime da arguição**

**Artigo 110º**  
**Conhecimento oficioso da incompetência relativa**

**Artigo 111º**  
**Instrução e julgamento da execução**

**Artigo 112º**  
**Regime no caso de pluralidade de réus**

**Artigo 113º**  
**Tentativa ilícita de desaforamento**

**Artigo 114º**  
**Regime da incompetência do tribunal de recurso**

**SECCÃO III**  
**Conflitos de jurisdição e competência**

**Artigo 115º**  
**Conflito de jurisdição e conflito de competência**

**Artigo 116º**  
**Regras para a resolução dos conflitos**

*Artigo 128º*  
*Pedido de resolução do conflito*

Artigo 117º  
Pedido de resolução do conflito

*Artigo 129º*  
*Tramitação subsequente*

Artigo 117º-A  
Tramitação subsequente

*Artigo 130º*  
*Decisão*

Artigo 118º  
Decisão

*Artigo 131º*  
*Aplicação do processo a outros casos*

Artigo 121º  
Aplicação do processo a outros casos

**LIVRO II**  
*Do processo em geral*

**LIVRO III**  
**Do processo**

**TÍTULO I**  
*Dos atos processuais*

**TÍTULO I**  
**Das disposições gerais**

**CAPÍTULO I**  
**Dos actos processuais**

**CAPÍTULO I**  
*Atos em geral*

**SECÇÃO I**  
**Actos em geral**

**SECÇÃO I**  
*Disposições comuns*

**SUBSECÇÃO I**  
**Disposições comuns**

*Artigo 132º*  
*Princípio da limitação dos atos*

Artigo 137º  
Princípio da limitação dos actos

*Artigo 133º*  
*Forma dos atos*

Artigo 138º  
Forma dos actos

*Artigo 134º*  
*Tramitação eletrónica*

Artigo 138º-A  
Tramitação electrónica

*Artigo 135º*

Artigo 139º



*Língua a empregar nos atos*

Língua a empregar nos actos

*Artigo 136º*

*Tradução de documentos escritos em língua estrangeira*

Artigo 140º

Tradução de documentos escritos em língua estrangeira

*Artigo 137º*

*Participação de surdo, mudo ou surdo-mudo*

Artigo 141º

Participação de surdo, mudo ou surdo-mudo

*Artigo 138º*

*Lei reguladora da forma dos atos e do processo*

Artigo 142º

Lei reguladora da forma dos atos e do processo

*Artigo 139º*

*Quando se praticam os atos*

Artigo 143º

Quando se praticam os atos

*Artigo 140º*

*Regra da continuidade dos prazos*

Artigo 144º

Regra da continuidade dos prazos

*Artigo 141º*

*Modalidades do prazo*

Artigo 145º

Modalidades do prazo

*Artigo 142º*

*Justo impedimento*

Artigo 146º

Justo impedimento

*Artigo 143º*

*Prorrogabilidade dos prazos*

Artigo 147º

Prorrogabilidade dos prazos

*Artigo 144º*

*Prazo dilatatório seguido de prazo perentório*

Artigo 148º

Prazo dilatatório seguido de prazo peremptório

*Artigo 145º*

*Em que lugar se praticam os atos*

Artigo 149º

Em que lugar se praticam os actos

**SECÇÃO II**

*Atos das partes*

**SUBSECÇÃO II**

**Actos das partes**

*Artigo 146º*

Artigo 150º

*Apresentação a juízo dos atos processuais*

**Artigo 147º**  
*Comprovativo do pagamento de taxa de justiça*

**Artigo 148º**  
*Suprimento de deficiências formais de atos das partes*

**Artigo 149º**  
*Definição dos articulados*

**Artigo 150º**  
*Exigência de duplicados*

**Artigo 151º**  
*Regra geral sobre o prazo*

**SECÇÃO III**  
*Atos dos magistrados*

**Artigo 152º**  
*Manutenção da ordem nos atos dos magistrados*

**Artigo 153º**  
*Marcação de diligências*

**Artigo 154º**  
*Dever de administrar a justiça – conceito de sentença*

**Artigo 155º**  
*Requisitos externos da sentença e do despacho*

Apresentação a juízo dos atos processuais

Artigo 150º-A  
Comprovativo do pagamento de taxa de justiça

Artigo 151º  
Definição dos articulados

Artigo 152º  
Exigência de duplicados

Artigo 153º  
Regra geral sobre o prazo

**SUBSECÇÃO III**  
**Actos dos magistrados**

Artigo 154º  
Manutenção da ordem nos atos dos magistrados

Artigo 155º  
Marcação *e adiamento* de diligências

Artigo 156º  
Dever de administrar a justiça – conceito de sentença

Artigo 157º  
Requisitos externos da sentença e do despacho

**Artigo 156º**  
***Dever de fundamentar a decisão***

**Artigo 157º**  
***Gravação da audiência final e documentação dos demais atos presididos pelo juiz***

**Artigo 158º**  
***Prazo para os atos dos magistrados***

**SECCÃO IV**  
***Atos da secretaria***

**Artigo 159º**  
***Função e deveres das secretarias judiciais***

**Artigo 160º**  
***Âmbito territorial para a prática de atos de secretaria***

**Artigo 161º**  
***Composição de autos e termos***

**Artigo 162º**  
***Assinatura dos autos e dos termos***

**Artigo 163º**  
***Rubrica das folhas do processo***

**Artigo 164º**  
***Prazos para o expediente da secretaria***

**SECCÃO V**

**Artigo 158º**  
**Dever de fundamentar a decisão**

**Artigo 159.º**  
**Documentação dos actos presididos pelo juiz**  
**(O texto do Artigo corresponde aos nºs 7,8,e9 do Artigo 157º do projecto)**

**Artigo 160º**  
**Prazo para os actos dos magistrados**

**SUBSECCÃO IV**  
**Actos da secretaria**

**Artigo 161º**  
**Função e deveres das secretarias judiciais**

**Artigo 162º**  
**Âmbito territorial para a prática de actos de secretaria**

**Artigo 163º**  
**Composição de autos e termos**

**Artigo 164º**  
**Assinatura dos autos e dos termos**

**Artigo 165º**  
**Rubrica das folhas do processo**

**Artigo 166º**  
**Prazos para o expediente da secretaria**

**SUBSECCÃO V**

<i>Publicidade e acesso ao processo</i>	<b>Publicidade e acesso ao processo</b>
<i>Artigo 165º Publicidade do processo</i>	Artigo 167º Publicidade do processo
<i>Artigo 166º Limitações à publicidade do processo</i>	Artigo 168º Limitações à publicidade do processo
<i>Artigo 167º Confiança do processo</i>	Artigo 169º Confiança do processo
<i>Artigo 168º Falta de restituição do processo dentro do prazo</i>	Artigo 170º Falta de restituição do processo dentro do prazo
<i>Artigo 169º Direito ao exame em consequência de disposição legal ou despacho judicial</i>	Artigo 171º Direito ao exame em consequência de disposição legal ou despacho judicial
<i>Artigo 170º Dúvidas e reclamações</i>	Artigo 172º Dúvidas e reclamações
<i>Artigo 171º Registo da entrega dos autos</i>	Artigo 173º Registo da entrega dos autos
<i>Artigo 172º Dever de passagem de certidões</i>	Artigo 174º Dever de passagem de certidões
<i>Artigo 173º Prazo para a passagem das certidões</i>	Artigo 175º Prazo para a passagem das certidões
<b>SECÇÃO VI</b> <i>Comunicação dos atos</i>	<b>SUBSECÇÃO VI</b> <b>Comunicação dos actos</b>
<i>Artigo 174º Formas de requisição e comunicação dos atos</i>	Artigo 176º Formas de requisição e comunicação dos actos

**Artigo 175º**  
***Destinatários das cartas precatórias***

**Artigo 176º**  
***Regras sobre o conteúdo da carta***

**Artigo 177º**  
***Remessa, com carta, de autógrafos ou quaisquer gráficos***

**Artigo 178º**  
***Prazo para o cumprimento das cartas***

**Artigo 179º**  
***Expedição das cartas***

**Artigo 180º**  
***A expedição da carta e a marcha do processo***

**Artigo 181º**  
***Recusa legítima de cumprimento da carta precatória***

**Artigo 182º**  
***Recusa legítima de cumprimento da carta rogatória***

**Artigo 183º**  
***Processo de cumprimento da carta rogatória***

**Artigo 184º**  
***Poder do tribunal deprecado ou rogado***

**Artigo 185º**  
***Destina da carta depois de cumprida***

**Artigo 177º**  
**Destinatários das cartas precatórias**

**Artigo 178º**  
**Regras sobre o conteúdo da carta**

**Artigo 179º**  
**Remessa, com carta, de autógrafos ou quaisquer gráficos**

**Artigo 181º**  
**Prazo para o cumprimento das cartas**

**Artigo 182º**  
**Expedição das cartas**

**Artigo 183º**  
**A expedição da carta e a marcha do processo**

**Artigo 184º**  
**Recusa legítima de cumprimento da carta precatória**

**Artigo 185º**  
**Recusa legítima de cumprimento da carta rogatória**

**Artigo 186º**  
**Processo de cumprimento da carta rogatória**

**Artigo 184º**  
**Poder do tribunal deprecado ou rogado**

**Artigo 187º**  
**Destina da carta depois de cumprida**

*Artigo 186º*  
*Assinatura dos mandados*

Artigo 188º  
Assinatura dos mandados

*Artigo 187º*  
*Conteúdo do mandado*

Artigo 191º  
Conteúdo do mandado

**SECÇÃO VII**  
*Nulidade dos atos*

**SUBSECÇÃO VII**  
**Nulidade dos actos**

*Artigo 188º*  
*Ineptidão da petição inicial*

Artigo 193º  
Ineptidão da petição inicial

*Artigo 189º*  
*Anulação do processado posterior à petição*

Artigo 194º  
Anulação do processado posterior à petição

*Artigo 190º*  
*Quando se verifica a falta de citação*

Artigo 195º  
Quando se verifica a falta de citação

*Artigo 191º*  
*Suprimento da nulidade de falta de citação*

Artigo 196º  
Suprimento da nulidade de falta de citação

*Artigo 192º*  
*Falta de citação no caso de pluralidade de réus*

Artigo 197º  
Falta de citação no caso de pluralidade de réus

*Artigo 193º*  
*Nulidade da citação*

Artigo 198º  
Nulidade da citação

*Artigo 194º*  
*Dispensa de citação*

Artigo 198º-A  
Dispensa de citação

*Artigo 195º*  
*Erro na forma do processo ou no meio processual*

Artigo 199º  
Erro na forma do processo ou no meio processual

*Artigo 196º*  
*Falta de vista ou exame ao Ministério Público como parte acessória*

Artigo 200º  
Falta de vista ou exame ao Ministério Público como parte acessória

**Artigo 197º**  
**Regras gerais sobre a nulidade dos atos**

**Artigo 198º**  
**Nulidades de que o tribunal conhece oficiosamente**

**Artigo 199º**  
**Quem pode invocar e a quem é vedada a arguição da nulidade**

**Artigo 200º**  
**Até quando podem ser arguidas as nulidades principais**

**Artigo 201º**  
**Regra geral sobre o prazo da arguição**

**Artigo 202º**  
**Quando deve o tribunal conhecer das nulidades**

**Artigo 203º**  
**Regras gerais sobre o julgamento**

**Artigo 204º**  
**Não renovação do ato nulo**

**CAPÍTULO II**  
**Atos especiais**

**SECÇÃO I**

**Artigo 201º**  
**Regras gerais sobre a nulidade dos actos**

**Artigo 202º**  
**Nulidades de que o tribunal conhece oficiosamente**

**Artigo 203º**  
**Quem pode invocar e a quem é vedada a arguição da nulidade**

**Artigo 204º**  
**Até quando podem ser arguidas as nulidades principais**

**Artigo 205º**  
**Regra geral sobre o prazo da arguição**

**Artigo 206º**  
**Quando deve o tribunal conhecer das nulidades**

**Artigo 207º**  
**Regras gerais sobre o julgamento**

**Artigo 208º**  
**Não renovação do acto nulo**

**LIVRO III**  
**Do processo**

**TÍTULO I**  
**Das disposições gerais**

**CAPÍTULO I**  
**Dos actos processuais**

**SECÇÃO II**

*Distribuição*

**Actos especiais**

**SUBSECÇÃO I**  
*Disposições gerais*

**SUBSECÇÃO I**  
**Distribuição**

**DIVISÃO I**  
**Disposições gerais**

*Artigo 205º*  
*Fim da distribuição*

Artigo 209º  
Fim da distribuição

*Artigo 206º*  
*Distribuição por meios eletrónicos*

Artigo 209º-A  
Distribuição por meios eletrónicos

*Artigo 207º*  
*Falta ou irregularidade da distribuição*

Artigo 210º  
Falta ou irregularidade da distribuição

**SUBSECÇÃO II**  
*Disposições relativas à 1ª instância*

**DIVISÃO II**  
**Disposições relativas à 1ª instância**

*Artigo 208º*  
*Atos processuais sujeitos a distribuição na 1ª instância*

Artigo 211º  
Atos processuais sujeitos a distribuição na 1ª instância

*Artigo 209º*  
*Condições necessárias para a distribuição*

Artigo 213º  
Condições necessárias para a distribuição

*Artigo 210º*  
*Periodicidade da distribuição*

Artigo 214º  
Periodicidade da distribuição

*Artigo 211º*  
*Publicação*

Artigo 219º  
Publicação

*Artigo 212º*  
*Erro na distribuição*

Artigo 220º  
Erro na distribuição



**Artigo 213º**  
**Retificação da distribuição**

**Artigo 214º**  
**Espécies na distribuição**

**SUBSECÇÃO III**  
**Disposições relativas aos tribunais superiores**

**Artigo 215º**  
**Periodicidade e correções de erros de distribuição**

**Artigo 216º**  
**Espécies nas Relações**

**Artigo 217º**  
**Espécies no Supremo**

**Artigo 218º**  
**Como se faz a distribuição**

**Artigo 219º**  
**Segunda distribuição**

**Artigo 220º**  
**Manutenção do relator, no caso de novo recurso**

**SECÇÃO II**  
**Citação e notificações**

**SUBSECÇÃO I**  
**Disposições comuns**

**Artigo 221º**  
**Retificação da distribuição**

**Artigo 222º**  
**Espécies na distribuição**  
*(Apesar da identidade das epígrafes o conteúdo é diferente, tendo desaparecido a referência às acções de processo ordinário, sumário e sumaríssimo)*

**DIVISÃO III**  
**Disposições relativas aos tribunais superiores**

**Artigo 223º**  
**Periodicidade e correções de erros de distribuição**

**Artigo 224º**  
**Espécies nas Relações**

**Artigo 225º**  
**Espécies no Supremo**

**Artigo 226º**  
**Como se faz a distribuição**

**Artigo 227º**  
**Segunda distribuição**

**SUBSECÇÃO II**  
**Citação e notificações**

**DIVISÃO I**  
**Disposições comuns**

**Artigo 221º**  
***Funções da citação e da notificação***

**Artigo 222º**  
***Notificações oficiosas da secretaria***

**Artigo 223º**  
***Notificações entre os mandatários das partes***

**Artigo 224º**  
***Citação ou notificação dos agentes diplomáticos***

**Artigo 225º**  
***Citação ou notificação de incapazes e pessoas coletivas***

**Artigo 226º**  
***Lugar da citação ou da notificação***

**SUBSECÇÃO II**  
***Citação de pessoas singulares***

**Artigo 227º**  
***Modalidades da citação***

**Artigo 228º**  
***Regra da oficiosidade das diligências destinadas à citação***

**Artigo 229º**  
***Casos em que é admissível indeferimento liminar***

**Artigo 230º**

**Artigo 228º**  
Funções da citação e da notificação

**Artigo 229º**  
Notificações oficiosas da secretaria

**Artigo 229º-A**  
Notificações entre os mandatários das partes

**Artigo 230º**  
Citação ou notificação dos agentes diplomáticos

**Artigo 231º**  
Citação ou notificação de incapazes e pessoas coletivas

**Artigo 232º**  
Lugar da citação ou da notificação

**DIVISÃO II**  
**Citação de pessoas singulares**

**Artigo 233º**  
Modalidades da citação

**Artigo 234º**  
Regra da oficiosidade das diligências destinadas à citação

**Artigo 234º-A**  
Casos em que é admissível indeferimento liminar

**Artigo 235º**

***Elementos a transmitir obrigatoriamente ao citando***

***Artigo 231º***  
***Citação de pessoa singular por via postal***

***Artigo 232º***  
***Domicílio convencionado***

***Artigo 233º***  
***Data e valor da citação por via postal***

***Artigo 234º***  
***Citação por agente de execução ou funcionário judicial***

***Artigo 235º***  
***Citação com hora certa***

***Artigo 236º***  
***Advertência ao citando, quando a citação não haja sido na própria pessoa deste***

***Artigo 237º***  
***Incapacidade de facto do citando***

***Artigo 238º***  
***Ausência do citando em parte certa***

***Artigo 239º***  
***Ausência do citando em parte incerta***

***Artigo 240º***  
***Citação promovida pelo mandatário judicial***

**Elementos a transmitir obrigatoriamente ao citando**

***Artigo 236.º***  
***Citação por via postal***  
***(o texto segue de muito perto o do Projecto, mas no novo Artigo foram tiradas referências às pessoas colectivas)***

**Artigo 237º-A**  
**Domicílio convencionado**

**Artigo 238º**  
**Data e valor da citação por via postal**

**Artigo 239º**  
**Citação por agente de execução ou funcionário judicial**

**Artigo 240º**  
**Citação com hora certa**

**Artigo 241º**  
**Advertência ao citando, quando a citação não haja sido na própria pessoa deste**

**Artigo 242º**  
**Incapacidade de facto do citando**

**Artigo 243º**  
**Ausência do citando em parte certa**

**Artigo 244º**  
**Ausência do citando em parte incerta**

**Artigo 245º**  
**Citação promovida pelo mandatário judicial**

**Artigo 241º**  
***Regime e formalidades da citação promovida pelo mandatário judicial***

**Artigo 246º**  
**Regime e formalidades da citação promovida pelo mandatário judicial**

**Artigo 242º**  
***Citação do residente no estrangeiro***

**Artigo 247º**  
**Citação do residente no estrangeiro**

**Artigo 243º**  
***Formalidades da citação edital por incerteza do lugar***

**Artigo 248º**  
**Formalidades da citação edital por incerteza do lugar**

**Artigo 244º**  
***Conteúdo do edital e anúncio***

**Artigo 249º**  
**Conteúdo do edital e anúncio**

**Artigo 245º**  
***Contagem do prazo para a defesa***

**Artigo 250º**  
**Contagem do prazo para a defesa**

**Artigo 246º**  
***Formalidades da citação edital por incerteza das pessoas***

**Artigo 251º**  
**Formalidades da citação edital por incerteza das pessoas**

**Artigo 247º**  
***Junção ao processo do edital e anúncio***

**Artigo 252º**  
**Junção ao processo do edital e anúncio**

**Artigo 248º**  
***Dilação***

**Artigo 252º-A**  
**Dilação**

***SUBSECÇÃO III***  
***Citação de pessoas singulares***

***Artigo 249º***  
***Citação de pessoas colectivas***

***SUBSECÇÃO IV***

***DIVISÃO III***

*Notificações em processos pendentes*

**DIVISÃO I**  
*Notificações da secretaria*

*Artigo 250º*  
*Notificação às partes que constituíram mandatário*

*Artigo 251º*  
*Formalidades*

*Artigo 252º*  
*Notificações às partes que não constituam mandatário*

*Artigo 253º*  
*Notificação pessoal às partes ou seus representantes*

*Artigo 254º*  
*Notificações a intervenientes acidentais*

*Artigo 255º*  
*Notificações ao Ministério Público*

*Artigo 256º*  
*Notificações de decisões judiciais*

*Artigo 257º*  
*Notificações feitas em ato judicial*

**DIVISÃO II**  
*Notificações entre mandatários das partes*

*Artigo 258º*  
*Notificações entre os mandatários*

**Notificações em processos pendentes**

**SUBDIVISÃO I**  
**Notificações da secretaria**

*Artigo 253º*  
*Notificação às partes que constituíram mandatário*

*Artigo 254º*  
*Formalidades*

*Artigo 255º*  
*Notificações às partes que não constituam mandatário*

*Artigo 256º*  
*Notificação pessoal às partes ou seus representantes*

*Artigo 257º*  
*Notificações a intervenientes acidentais*

*Artigo 258º*  
*Notificações ao Ministério Público*

*Artigo 259º*  
*Notificações de decisões judiciais*

*Artigo 260º*  
*Notificações feitas em ato judicial*

**SUBDIVISÃO II**  
**Notificações entre mandatários das partes**

*Artigo 260º-A*  
*Notificações entre os mandatários*

**SUBSECÇÃO V**  
**Notificações avulsas**

**Artigo 259º**  
**Como se realizam**

**Artigo 260º**  
**Inadmissibilidade de oposição às notificações avulsas**

**Artigo 261º**  
**Notificação para revogação de mandato ou procuração**

**TÍTULO II**  
**Da instância**

**CAPÍTULO I**  
**Começo e desenvolvimento da instância**

**Artigo 262º**  
**Momento em que a ação se considera proposta**

**Artigo 263º**  
**Princípio da estabilidade da instância**

**Artigo 264º**  
**Modificação subjetiva pela intervenção de novas partes**

**Artigo 265º**  
**Outras modificações subjetivas**

**Artigo 266º**  
**Legitimidade do transmitente – substituição deste pelo adquirente**

**DIVISÃO IV**  
**Notificações avulsas**

**Artigo 261º**  
**Como se realizam**

**Artigo 262º**  
**Inadmissibilidade de oposição às notificações avulsas**

**Artigo 263º**  
**Notificação para revogação de mandato ou procuração**

**CAPÍTULO II**  
**Da instância**

**SECÇÃO I**  
**Começo e desenvolvimento da instância**

**Artigo 267º**  
**Momento em que a ação se considera proposta**

**Artigo 268º**  
**Princípio da estabilidade da instância**

**Artigo 269º**  
**Modificação subjetiva pela intervenção de novas partes**

**Artigo 270º**  
**Outras modificações subjetivas**

**Artigo 271º**  
**Legitimidade do transmitente – substituição deste pelo adquirente**

**Artigo 267º**  
***Alteração do pedido e da causa de pedir por acordo***

**Artigo 268º**  
***Alteração do pedido e da causa de pedir por falta de acordo***

**Artigo 269º**  
***Admissibilidade da reconvenção***

**Artigo 270º**  
***Apensação de ações***

**Artigo 271º**  
***Apensação de processos em fase de recurso***

## **CAPÍTULO II** ***Suspensão da instância***

**Artigo 272º**  
***Causas***

**Artigo 273º**  
***Suspensão por falecimento da parte***

**Artigo 274º**  
***Suspensão por falecimento ou impedimento do mandatário***

**Artigo 275º**  
***Suspensão por determinação do juiz ou por acordo das partes***

**Artigo 276º**  
***Mediação e suspensão da instância***

**Artigo 272º**  
***Alteração do pedido e da causa de pedir por acordo***

**Artigo 273º**  
***Alteração do pedido e da causa de pedir por falta de acordo***

**Artigo 274º**  
***Admissibilidade da reconvenção***

**Artigo 275º**  
***Apensação de ações***

**Artigo 275º-A**  
***Apensação de processos em fase de recurso***

## **SECÇÃO II** ***Suspensão da instância***

**Artigo 276º**  
***Causas***

**Artigo 277º**  
***Suspensão por falecimento da parte***

**Artigo 278º**  
***Suspensão por falecimento ou impedimento do mandatário***

**Artigo 279º**  
***Suspensão por determinação do juiz (apesar de não constar da epígrafe, o nº 4 já prevê a suspensão por acordo das partes)***

**Artigo 279º-A**  
***Mediação e suspensão da instância***

**Artigo 277º**  
***Incumprimento de obrigações tributárias***

**Artigo 280º**  
**Incumprimento de obrigações tributárias**

**Artigo 278º**  
***Regime da suspensão***

**Artigo 283º**  
**Regime da suspensão**

**Artigo 279º**  
***Como e quando cessa a suspensão***

**Artigo 284º**  
**Como e quando cessa a suspensão**

**CAPÍTULO III**  
***Extinção da instância***

**SECÇÃO IV**  
**Extinção da instância**

**Artigo 280º**  
***Causas de extinção da instância***

**Artigo 287º**  
**Causas de extinção da instância**

**Artigo 281º**  
***Casos de absolvição da instância***

**Artigo 288º**  
**Casos de absolvição da instância**

**Artigo 282º**  
***Alcance e efeitos da absolvição da instância***

**Artigo 289º**  
**Alcance e efeitos da absolvição da instância**

**Artigo 283º**  
***Compromisso arbitral***

**Artigo 290º**  
**Compromisso arbitral**

**Artigo 284º**  
***Deserção da instância e dos recursos***

**Artigo 291º**  
**Deserção da instância e dos recursos**

**Artigo 285º**  
***Renovação da instância***

**Artigo 292º**  
**Renovação da instância**

**Artigo 286º**  
***Liberdade de desistência, confissão e transação***

**Artigo 293º**  
**Liberdade de desistência, confissão e transação**

**Artigo 287º**  
***Efeito da confissão e da transação***

**Artigo 294º**  
**Efeito da confissão e da transação**



*Artigo 288º*  
*Efeito da desistência*

Artigo 295º  
Efeito da desistência

*Artigo 289º*  
*Tutela dos direitos do réu*

Artigo 296º  
Tutela dos direitos do réu

*Artigo 290º*  
*Desistência, confissão ou transação das pessoas coletivas, sociedades, incapazes ou ausentes*

Artigo 297º  
Desistência, confissão ou transação das pessoas coletivas, sociedades, incapazes ou ausentes

*Artigo 291º*  
*Confissão, desistência e transação no caso de litisconsórcio*

Artigo 298º  
Confissão, desistência e transação no caso de litisconsórcio

*Artigo 292º*  
*Limites objetivos da confissão, desistência e transação*

Artigo 299º  
Limites objetivos da confissão, desistência e transação

*Artigo 293º*  
*Como se realiza a confissão, desistência ou transação*

Artigo 300º  
Como se realiza a confissão, desistência ou transação

*Artigo 294º*  
*Nulidade e anulabilidade da confissão, desistência ou transação*

Artigo 301º  
Nulidade e anulabilidade da confissão, desistência ou transação

**TÍTULO III**  
*Dos incidentes da instância*

**CAPÍTULO III**  
**Dos incidentes da instância**

**CAPÍTULO I**  
*Disposições gerais*

**SECÇÃO I**  
**Disposições gerais**

*Artigo 295º*  
*Regra geral*

Artigo 302º  
Regra geral

**Artigo 296º**  
**Indicação das provas e oposição**

**Artigo 303º**  
**Indicação das provas e oposição**

**Artigo 297º**  
**Limite do número de testemunhas e registo dos depoimentos**

**Artigo 304º**  
**Limite do número de testemunhas e registo dos depoimentos**  
*(apesar da identidade da epígrafe, o conteúdo do preceito foi profundamente alterado)*

**Artigo 298º**  
**Alegações orais e decisão**

**CAPÍTULO II**  
**Verificação do valor da causa**

**SECÇÃO II**  
**Verificação do valor da causa**

**Artigo 299º**  
**Atribuição de valor à causa e sua influência**

**Artigo 305º**  
**Atribuição de valor à causa e sua influência**

**Artigo 300º**  
**Critérios gerais para a fixação do valor**

**Artigo 306º**  
**Critérios gerais para a fixação do valor**

**Artigo 301º**  
**Critérios especiais**

**Artigo 307º**  
**Critérios especiais**

**Artigo 302º**  
**Momento em que se atende para a determinação do valor**

**Artigo 308º**  
**Momento em que se atende para a determinação do valor**

**Artigo 303º**  
**Valor da ação no caso de prestações vincendas e periódicas**

**Artigo 309º**  
**Valor da ação no caso de prestações vincendas e periódicas**

**Artigo 304º**  
**Valor da ação determinado pelo valor do ato jurídico**

**Artigo 310º**  
**Valor da ação determinado pelo valor do ato jurídico**

**Artigo 305º**  
**Valor da ação determinado pelo valor da coisa**

**Artigo 306º**  
**Valor das ações sobre o estado das pessoas ou sobre interesses imateriais ou difusos**

**Artigo 307º**  
**Valor dos incidentes e dos procedimentos cautelares**

**Artigo 308º**  
**Poderes das partes quanto à indicação do valor**

**Artigo 309º**  
**Fixação do valor**

**Artigo 310º**  
**Valor dos incidentes**

**Artigo 311º**  
**Determinação do valor quando não sejam suficientes a vontade das partes e o poder do juiz**

**Artigo 312º**  
**Fixação do valor por meio da arbitragem**

**Artigo 313º**  
**Consequências da decisão do incidente do valor**

**CAPÍTULO III**  
**Intervenção de terceiros**

**SECÇÃO I**

**Artigo 311º**  
**Valor da ação determinado pelo valor da coisa**

**Artigo 312º**  
**Valor das ações sobre o estado das pessoas ou sobre interesses imateriais ou difusos**

**Artigo 313º**  
**Valor dos incidentes e dos procedimentos cautelares**

**Artigo 314º**  
**Poderes das partes quanto à indicação do valor**

**Artigo 315º**  
**Fixação do valor**

**Artigo 316º**  
**Valor dos incidentes**

**Artigo 317º**  
**Determinação do valor quando não sejam suficientes a vontade das partes e o poder do juiz**

**Artigo 318º**  
**Fixação do valor por meio da arbitragem**

**Artigo 319º**  
**Consequências da decisão do incidente do valor**

**SECÇÃO III**  
**Intervenção de terceiros**

**SUBSECÇÃO I**

*Intervenção principal*

**SUBSECÇÃO I**  
*Intervenção espontânea*

*Artigo 314º*  
*Intervenção de litisconsorte*

*Artigo 315º*  
*Posição do interveniente*

*Artigo 316º*  
*Intervenção por mera adesão*

*Artigo 317º*  
*Intervenção mediante articulado próprio*

*Artigo 318º*  
*Processamento subsequente*

**SUBSECÇÃO II**  
*Intervenção provocada*

*Artigo 319º*  
*Âmbito*

*Artigo 320º*  
*Efetivação do direito de regresso*

*Artigo 321º*  
*Oportunidade do chamamento*

*Artigo 322º*  
*Termos em que se processa*

*Artigo 323º*  
*Valor da sentença quanto ao chamado*

**Intervenção principal**

**DIVISÃO I**  
**Intervenção espontânea**

Artigo 321º  
Posição do interveniente

**DIVISÃO II**  
**Intervenção provocada**

Artigo 325º  
Âmbito

Artigo 326º  
Oportunidade do chamamento

Artigo 327º  
Termos em que se processa

Artigo 328º  
Valor da sentença quanto ao chamado

**SECÇÃO II**  
**Intervenção acessória**

**SUBSECÇÃO I**  
**Intervenção provocada**

**Artigo 324º**  
**Campo de aplicação**

**Artigo 325º**  
**Dedução do chamamento**

**Artigo 326º**  
**Termos subsequentes**

**Artigo 327º**  
**Tutela dos direitos de autor**

**SUBSECÇÃO II**  
**Intervenção acessória do Ministério Público**

**Artigo 328º**  
**Como se processa**

**SUBSECÇÃO III**  
**Assistência**

**Artigo 329º**  
**Conceito e legitimidade da assistência**

**Artigo 330º**  
**Intervenção e exclusão do assistente**

**Artigo 331º**  
**Posição do assistente – poderes e deveres gerais**

**SUBSECÇÃO II**  
**Intervenção acessória**

**DIVISÃO I**  
**Intervenção provocada**

**Artigo 330º**  
**Campo de aplicação**

**Artigo 331º**  
**Dedução do chamamento**

**Artigo 332º**  
**Termos subsequentes**

**Artigo 333º**  
**Tutela dos direitos de autor**

**DIVISÃO II**  
**Intervenção acessória do Ministério Público**

**Artigo 334º**  
**Como se processa**

**DIVISÃO III**  
**Assistência**

**Artigo 335º**  
**Conceito e legitimidade da assistência**

**Artigo 336º**  
**Intervenção e exclusão do assistente**

**Artigo 337º**  
**Posição do assistente – poderes e deveres gerais**

**Artigo 332º**  
*Posição especial do assistente*

**Artigo 338º**  
Posição especial do assistente

**Artigo 333º**  
*Provas utilizáveis pelo assistente*

**Artigo 339º**  
Provas utilizáveis pelo assistente

**Artigo 334º**  
*A assistência e a confissão, desistência ou transação*

**Artigo 340º**  
A assistência e a confissão, desistência ou transação

**Artigo 335º**  
*Valor da sentença quanto ao assistente*

**Artigo 341º**  
Valor da sentença quanto ao assistente

**SECÇÃO III**  
**Oposição**

**SUBSECÇÃO III**  
**Oposição**

**SUBSECÇÃO I**  
**Oposição espontânea**

**DIVISÃO I**  
**Oposição espontânea**

**Artigo 336º**  
*Conceito de oposição – até quando pode admitir-se*

**Artigo 342º**  
Conceito de oposição – até quando pode admitir-se

**Artigo 337º**  
*Dedução da oposição espontânea*

**Artigo 343º**  
Dedução da oposição espontânea

**Artigo 338º**  
*Posição do oponente – marcha do processo*

**Artigo 344º**  
Posição do oponente – marcha do processo

**Artigo 339º**  
*Marcha do processo após os articulados da oposição*

**Artigo 345º**  
Marcha do processo após os articulados da oposição

**Artigo 340º**  
*Atitude das partes quanto à oposição e seu*

**Artigo 346º**  
Atitude das partes quanto à oposição e seu

*reflexo na estrutura do processo*

**SUBSECÇÃO II**  
***Oposição provocada***

**Artigo 341º**  
***Oposição provocada***

**Artigo 342º**  
***Citação do oponente***

**Artigo 343º**  
***Consequência da inércia do citado***

**Artigo 344º**  
***Dedução do pedido por parte do oponente –  
marcha ulterior do processo***

**SUBSECÇÃO III**  
***Oposição mediante embargos de terceiros***

**Artigo 345º**  
***Fundamento dos embargos de terceiro***

**Artigo 346º**  
***Embargos de terceiro por parte dos cônjuges***

**Artigo 347º**  
***Dedução dos embargos***

**Artigo 348º**  
***Fase introdutória dos embargos***

**Artigo 349º**  
***Efeitos da rejeição dos embargos***

reflexo na estrutura do processo

**DIVISÃO II**  
**Oposição provocada**

Artigo 347º  
Oposição provocada

Artigo 348º  
Citação do oponente

Artigo 349º  
Consequência da inércia do citado

Artigo 350º  
Dedução do pedido por parte do oponente –  
marcha ulterior do processo

**DIVISÃO III**  
**Oposição mediante embargos de terceiros**

Artigo 351º  
Fundamento dos embargos de terceiro

Artigo 352º  
Embargos de terceiro por parte dos cônjuges

Artigo 353º  
Dedução dos embargos

Artigo 354º  
Fase introdutória dos embargos

Artigo 355º  
Efeitos da rejeição dos embargos

**Artigo 350º**  
***Efeitos do recebimento dos embargos***

**Artigo 356º**  
**Efeitos do recebimento dos embargos**

**Artigo 351º**  
***Processamento subsequente ao recebimento dos embargos***

**Artigo 357º**  
**Processamento subsequente ao recebimento dos embargos**

**Artigo 352º**  
***Caso julgado material***

**Artigo 358º**  
**Caso julgado material**

**Artigo 353º**  
***Embargos de terceiro com função preventiva***

**Artigo 359º**  
**Embargos de terceiro com função preventiva**

**CAPÍTULO IV**  
***Habilitação***

**SECÇÃO V**  
***Habilitação***

**Artigo 354º**  
***Quando tem lugar a habilitação – quem a pode promover***

**Artigo 371º**  
**Quando tem lugar a habilitação – quem a pode promover**

**Artigo 355º**  
***Regras comuns de processamento do incidente***

**Artigo 372º**  
**Regras comuns de processamento do incidente**

**Artigo 356º**  
***Processo a seguir no caso de a legitimidade já estar reconhecida em documento ou noutro processo***

**Artigo 373º**  
**Processo a seguir no caso de a legitimidade já estar reconhecida em documento ou noutro processo**

**Artigo 357º**  
***Habilitação no caso de a legitimidade ainda não estar reconhecida***

**Artigo 374º**  
**Habilitação no caso de a legitimidade ainda não estar reconhecida**

**Artigo 358º**  
***Habilitação no caso de incerteza de pessoas***

**Artigo 375º**  
**Habilitação no caso de incerteza de pessoas**



*Artigo 359º*  
*Habilitação do adquirente ou cessionário*

Artigo 376º  
Habilitação do adquirente ou cessionário

*Artigo 360º*  
*Habilitação perante os tribunais superiores*

Artigo 377º  
Habilitação perante os tribunais superiores

**CAPÍTULO V**  
**Liquidação**

**SECÇÃO VI**  
**Liquidação**

*Artigo 361º*  
*Ónus de liquidação*

Artigo 378º  
Ónus de liquidação

*Artigo 362º*  
*Dedução da liquidação*

Artigo 379º  
Dedução da liquidação

*Artigo 363º*  
*Termos posteriores do incidente*

Artigo 380º  
Termos posteriores do incidente

*Artigo 364º*  
*Liquidação por árbitros*

Artigo 380º-A  
Liquidação por árbitros

**TÍTULO IV**  
**Dos procedimentos cautelares**

**CAPÍTULO IV**  
**Dos procedimentos cautelares**

**CAPÍTULO I**  
**Procedimento cautelar comum**

**SECÇÃO I**  
**Procedimento cautelar comum**

*Artigo 365º*  
*Âmbito das providências cautelares não especificadas*

Artigo 381º  
Âmbito das providências cautelares não especificadas

*Artigo 366º*  
*Urgência do procedimento cautelar*

Artigo 382º  
Urgência do procedimento cautelar

*Artigo 367º*  
*Relação entre o procedimento cautelar e ação principal*

Artigo 383º  
Relação entre o procedimento cautelar e ação principal

**Artigo 368º**  
**Processamento**

**Artigo 384º**  
**Processamento**

**Artigo 369º**  
**Contraditório do requerido**

**Artigo 385.º**  
**Contraditório do requerido**

**Artigo 370º**  
**Audiência final**

**Artigo 386º**  
**Audiência final**

**Artigo 371º**  
**Deferimento e substituição da providência**

**Artigo 387º**  
**Deferimento e substituição da providência**

**Artigo 372º**  
**Inversão do contencioso**

**Artigo 373º**  
**Recursos**

**Artigo 374º**  
**Propositura da ação principal pelo requerido**

**Artigo 375º**  
**Contraditório subsequente ao decretamento da providência**

**Artigo 388º**  
**Contraditório subsequente ao decretamento da providência**

**Artigo 376º**  
**Caducidade da providência**

**Artigo 389º**  
**Caducidade da providência**

**Artigo 377º**  
**Responsabilidade do requerente**

**Artigo 390º**  
**Responsabilidade do requerente**

**Artigo 378º**  
**Garantia penal da providência**

**Artigo 391º**  
**Garantia penal da providência**

**Artigo 379º**  
**Aplicação subsidiária aos procedimentos**

**Artigo 392º**  
**Aplicação subsidiária aos procedimentos**

*nominados*

**CAPÍTULO II**

*Procedimentos cautelares especificados*

**SECÇÃO I**

*Restituição provisória da posse*

*Artigo 380º*

*Em que casos tem lugar a restituição provisória da posse*

*Artigo 381º*

*Termos em que a restituição é ordenada*

*Artigo 382º*

*Defesa da posse mediante providência não especificada*

**SECÇÃO II**

*Suspensão de deliberações sociais*

*Artigo 383º*

*Pressupostos e formalidades*

*Artigo 384º*

*Contestação e decisão*

*Artigo 385º*

*Inversão do contencioso*

*Artigo 386º*

*Suspensão das deliberações da assembleia de condóminos*

**SECÇÃO III**

*Alimentos provisórios*

nominados

**SECÇÃO II**

**Procedimentos cautelares especificados**

**SUBSECÇÃO I**

**Restituição provisória da posse**

Artigo 393º

Em que casos tem lugar a restituição provisória da posse

Artigo 394º

Termos em que a restituição é ordenada

Artigo 395º

Defesa da posse mediante providência não especificada

**SUBSECÇÃO II**

**Suspensão de deliberações sociais**

Artigo 396º

Pressupostos e formalidades

Artigo 397º

Contestação e decisão

Artigo 398º

Suspensão das deliberações da assembleia de condóminos

**SUBSECÇÃO III**

**Alimentos provisórios**

*Artigo 387º*  
*Fundamento*

Artigo 399º  
Fundamento

*Artigo 388º*  
*Procedimento*

Artigo 400º  
Procedimento

*Artigo 389º*  
*Alcance da decisão*

Artigo 401º  
Alcance da decisão

*Artigo 390º*  
*Regime especial da responsabilidade do*  
*requerente*

Artigo 402º  
Regime especial da responsabilidade do  
requerente

**SECÇÃO IV**  
*Arbitramento de reparação provisória*

**SUBSECÇÃO IV**  
**Arbitramento de reparação provisória**

*Artigo 391º*  
*Fundamento*

Artigo 403º  
Fundamento

*Artigo 392º*  
*Processamento*

Artigo 404º  
Processamento

*Artigo 393º*  
*Caducidade da providência e repetição das*  
*quantias pagas*

Artigo 405º  
Caducidade da providência e repetição das  
quantias pagas

**SECÇÃO V**  
*Arresto*

**SUBSECÇÃO V**  
**Arresto**

*Artigo 394º*  
*Fundamentos*

Artigo 406º  
Fundamentos

*Artigo 395º*  
*Processamento*

Artigo 407º  
Processamento

**Artigo 396º**  
**Termos subsequentes**

**Artigo 397º**  
**Arresto de navios e sua carga**

**Artigo 398º**  
**Caso especial de caducidade**

**Artigo 399º**  
**Arresto especial com dispensa do justo receio de insolvabilidade**

**SECÇÃO VI**  
**Embargo de obra nova**

**Artigo 400º**  
**Fundamento do embargo – embargo extrajudicial**

**Artigo 401º**  
**Embargo por parte de pessoas coletivas públicas**

**Artigo 402º**  
**Obras que não podem ser embargadas**

**Artigo 403º**  
**Como se faz ou ratifica o embargo**

**Artigo 404º**  
**Autorização da continuação da obra**

**Artigo 405º**  
**Como se reage contra a inovação abusiva**

**Artigo 408º**  
**Termos subsequentes**

**Artigo 409º**  
**Arresto de navios e sua carga**

**Artigo 410º**  
**Caso especial de caducidade**

**SUBSECÇÃO VI**  
**Embargo de obra nova**

**Artigo 411º**  
**Fundamento do embargo – embargo extrajudicial**

**Artigo 412º**  
**Embargo por parte de pessoas coletivas públicas**

**Artigo 413º**  
**Obras que não podem ser embargadas**

**Artigo 418º**  
**Como se faz ou ratifica o embargo**

**Artigo 419º**  
**Autorização da continuação da obra**

**Artigo 420º**  
**Como se reage contra a inovação abusiva**

**SECÇÃO VII**  
**Arrolamento**

**Artigo 406º**  
**Fundamento**

**Artigo 407º**  
**Legitimidade**

**Artigo 408º**  
**Processo para o decretamento da providência**

**Artigo 409º**  
**Como se faz o arrolamento**

**Artigo 410º**  
**Casos de imposição de selos**

**Artigo 411º**  
**Quem deve ser o depositário**

**Artigo 412º**  
**Arrolamentos especiais**

**TÍTULO V**  
**Da instrução do processo**

**SUBSECÇÃO VII**  
**Arrolamento**

**Artigo 421º**  
**Fundamento**

**Artigo 422º**  
**Legitimidade**

**Artigo 423º**  
**Processo para o decretamento da providência**

**Artigo 424º**  
**Como se faz o arrolamento**

**Artigo 425º**  
**Casos de imposição de selos**

**Artigo 426º**  
**Quem deve ser o depositário**

**Artigo 427º**  
**Arrolamentos especiais**

**LIVRO III**  
**Do processo**

**TÍTULO II**  
**Do processo de declaração**

**SUBTÍTULO I**  
**Do processo ordinário**

**CAPÍTULO III**  
**Da instrução do processo**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições gerais**

**Artigo 413º**  
**Objeto da instrução**

**Artigo 414º**  
**Factos que não carecem de alegação ou prova**

**Artigo 415º**  
**Provas atendíveis**

**Artigo 416º**  
**Princípio a observar em casos de dúvida**

**Artigo 417º**  
**Princípio da audiência contraditória**

**Artigo 418º**  
**Apresentação de coisas móveis ou imóveis**

**Artigo 419º**  
**Dever de cooperação para a descoberta da verdade**

**Artigo 420º**  
**Dispensa de confidencialidade pelo juiz da causa**

**Artigo 421º**  
**Produção antecipada de prova**

**Artigo 422º**  
**Forma da antecipação da prova**

**Artigo 423º**

**SECÇÃO I**  
**Disposições gerais**

**Artigo 513º**  
**Objecto da instrução**  
*(O texto é diferente)*

**Artigo 514º**  
**Factos que não carecem de alegação ou prova**

**Artigo 515º**  
**Provas atendíveis**

**Artigo 516º**  
**Princípio a observar em casos de dúvida**

**Artigo 517º**  
**Princípio da audiência contraditória**

**Artigo 518º**  
**Apresentação de coisas móveis ou imóveis**

**Artigo 519º**  
**Dever de cooperação para a descoberta da verdade**

**Artigo 519º-A**  
**Dispensa de confidencialidade pelo juiz da causa**

**Artigo 520º**  
**Produção antecipada de prova**

**Artigo 521º**  
**Forma da antecipação da prova**

**Artigo 522º**

*Valor extraprocessual das provas*

**Artigo 424º**  
*Registos dos depoimentos prestados  
antecipadamente ou por carta*

**CAPÍTULO II**  
*Prova por documentos*

**Artigo 425º**  
*Momento da apresentação*

**Artigo 426º**  
*Efeitos da apresentação posterior de  
documentos*

**Artigo 427º**  
*Apresentação em momento posterior*

**Artigo 428º**  
*Junção de pareceres*

**Artigo 429º**  
*Notificação à parte contrária*

**Artigo 430º**  
*Exibição de reproduções cinematográficas e de  
registos fonográficos*

**Artigo 431º**  
*Documentos em poder da parte contrária*

**Artigo 432º**  
*Não apresentação do documento*

Valor extraprocessual das provas

Artigo 522º-A  
Registos dos depoimentos prestados  
antecipadamente ou por carta

**SECÇÃO II**  
**Prova por documentos**

Artigo 523º  
Momento da apresentação

**Artigo 524º**  
*Apresentação em momento posterior  
(Corresponde ao nº 1 do actual art. 524º)*

Artigo 525º  
Junção de pareceres

Artigo 526º  
Notificação à parte contrária

Artigo 527º  
Exibição de reproduções cinematográficas e de  
registos fonográficos

Artigo 528º  
Documentos em poder da parte contrária

Artigo 529º  
Não apresentação do documento



**Artigo 433°**  
***Escusa do notificado***

Artigo 530°  
Escusa do notificado

**Artigo 434°**  
***Documentos em poder de terceiro***

Artigo 531°  
Documentos em poder de terceiro

**Artigo 435°**  
***Sanções aplicáveis ao notificado***

Artigo 532°  
Sanções aplicáveis ao notificado

**Artigo 436°**  
***Recusa de entrega justificada***

Artigo 533°  
Recusa de entrega justificada

**Artigo 437°**  
***Ressalva da escrituração comercial***

Artigo 534°  
Ressalva da escrituração comercial

**Artigo 438°**  
***Requisição de documentos***

Artigo 535°  
Requisição de documentos

**Artigo 439°**  
***Sanções aplicáveis às partes e a terceiros***

Artigo 537°  
Sanções aplicáveis às partes e a terceiros

**Artigo 440°**  
***Despesas provocadas pela requisição***

Artigo 538°  
Despesas provocadas pela requisição

**Artigo 441°**  
***Notificação às partes***

Artigo 539°  
Notificação às partes

**Artigo 442°**  
***Legalização dos documentos passados em país estrangeiro***

Artigo 540°  
Legalização dos documentos passados em país estrangeiro

**Artigo 443°**  
***Cópia de documentos de leitura difícil***

Artigo 541°  
Cópia de documentos de leitura difícil

**Artigo 444º**  
***Junção e restituição de documentos e pareceres***

**Artigo 542º**  
**Junção e restituição de documentos e pareceres**

**Artigo 445º**  
***Documentos indevidamente recebidos ou tardiamente apresentados***

**Artigo 543º**  
**Documentos indevidamente recebidos ou tardiamente apresentados**

**Artigo 446º**  
***Impugnação da genuinidade de documento***

**Artigo 544º**  
**Impugnação da genuinidade de documento**

**Artigo 447º**  
***Prova***

**Artigo 545º**  
**Prova**

**Artigo 448º**  
***Ilisão da autenticidade ou da força probatória de documento***

**Artigo 546º**  
**Ilisão da autenticidade ou da força probatória de documento**

**Artigo 449º**  
***Arguição pelo apresentante***

**Artigo 547º**  
**Arguição pelo apresentante**

**Artigo 450º**  
***Resposta***

**Artigo 548º**  
**Resposta**

**Artigo 451º**  
***Instrução e julgamento***

**Artigo 549º**  
**Instrução e julgamento**

**Artigo 452º**  
***Processamento como incidente***

**Artigo 550º**  
**Processamento como incidente**

**Artigo 453º**  
***Falsidade de ato judicial***

**Artigo 551º-A**  
**Falsidade de ato judicial**

**CAPÍTULO III**  
***Prova por confissão e por declarações das partes***

**SECÇÃO I**

**SECÇÃO III**

***Prova por confissão das partes***

***Artigo 454°  
Depoimento de parte***

***Artigo 455°  
De quem pode ser exigido***

***Artigo 456°  
Factos sobre que pode recair***

***Artigo 457°  
Depoimento do assistente***

***Artigo 458°  
Momento e lugar do depoimento***

***Artigo 459°  
Impossibilidade de comparência no tribunal***

***Artigo 460°  
Ordem dos depoimentos***

***Artigo 461°  
Prestação do juramento***

***Artigo 462°  
Interrogatório***

***Artigo 463°  
Respostas do depoente***

***Artigo 464°  
Intervenção dos advogados***

***Artigo 465°  
Redução a escrito do depoimento de parte***

***Prova por confissão das partes***

***Artigo 552°  
Depoimento de parte***

***Artigo 553°  
De quem pode ser exigido***

***Artigo 554°  
Factos sobre que pode recair***

***Artigo 555°  
Depoimento do assistente***

***Artigo 556°  
Momento e lugar do depoimento***

***Artigo 557°  
Impossibilidade de comparência no tribunal***

***Artigo 558°  
Ordem dos depoimentos***

***Artigo 559°  
Prestação do juramento***

***Artigo 560°  
Interrogatório***

***Artigo 561°  
Respostas do depoente***

***Artigo 562°  
Intervenção dos advogados***

***Artigo 563°  
Redução a escrito do depoimento de parte***

**Artigo 466º**  
***Declaração de nulidade ou anulação da confissão***

**Artigo 566º**  
**Declaração de nulidade ou anulação da confissão**

**Artigo 467º**  
***Irretratabilidade da confissão***

**Artigo 567º**  
**Irretratabilidade da confissão**

**SECÇÃO II**  
***Prova por declaração de parte***

**Artigo 468º**  
***Declarações de parte***

**CAPÍTULO IV**  
***Prova pericial***

**SECÇÃO IV**  
**Prova pericial**

**SECÇÃO I**  
***Designação dos peritos***

**SUBSECÇÃO I**  
**Designação dos peritos**

**Artigo 469º**  
***Quem realiza a perícia***

**Artigo 568º**  
**Quem realiza a perícia**

**Artigo 470º**  
***Perícia colegial***

**Artigo 569º**  
**Perícia colegial**

**Artigo 471º**  
***Desempenho da função de perito***

**Artigo 570º**  
**Desempenho da função de perito**

**Artigo 472º**  
***Obstáculos à nomeação dos peritos***

**Artigo 571º**  
**Obstáculos à nomeação dos peritos**

**Artigo 473º**  
***Verificação dos obstáculos à nomeação***

**Artigo 572º**  
**Verificação dos obstáculos à nomeação**

**Artigo 474º**  
***Nova nomeação de peritos***

**Artigo 573º**  
**Nova nomeação de peritos**

**Artigo 475º**  
***Peritos estranhos à comarca***

**Artigo 574º**  
**Peritos estranhos à comarca**

**SECCÃO II**  
***Proposição e objeto da prova pericial***

**SUBSECCÃO II**  
**Proposição e objeto da prova pericial**

**Artigo 476º**  
***Desistência da diligência***

**Artigo 576º**  
**Desistência da diligência**

**Artigo 477º**  
***Indicação do objeto da perícia***

**Artigo 577º**  
**Indicação do objeto da perícia**

**Artigo 478º**  
***Fixação do objeto da perícia***

**Artigo 578º**  
**Fixação do objeto da perícia**

**Artigo 479º**  
***Perícia oficiosamente determinada***

**Artigo 579º**  
**Perícia oficiosamente determinada**

**SECCÃO III**  
***Realização da perícia***

**SUBSECCÃO III**  
**Realização da perícia**

**Artigo 480º**  
***Fixação do começo da diligência***

**Artigo 580º**  
**Fixação do começo da diligência**

**Artigo 481º**  
***Prestação de compromisso pelos peritos***

**Artigo 581º**  
**Prestação de compromisso pelos peritos**

**Artigo 482º**  
***Atos de inspeção por parte dos peritos***

**Artigo 582º**  
**Atos de inspeção por parte dos peritos**

**Artigo 483º**  
***Meios à disposição dos peritos***

**Artigo 583º**  
**Meios à disposição dos peritos**

**Artigo 484º**  
***Exame de reconhecimento de letra***

**Artigo 584º**  
**Exame de reconhecimento de letra**

**Artigo 485º**  
**Fixação de prazo para a apresentação de relatório**

**Artigo 486º**  
**Relatório pericial**

**Artigo 487º**  
**Reclamações contra o relatório pericial**

**Artigo 488º**  
**Comparência dos peritos na audiência final**

**SECÇÃO IV**  
**Segunda perícia**

**Artigo 489º**  
**Realização de segunda perícia**

**Artigo 490º**  
**Regime da segunda perícia**

**Artigo 491º**  
**Valor da segunda perícia**

**CAPÍTULO V**  
**Inspeção judicial**

**Artigo 492º**  
**Fim da inspeção**

**Artigo 493º**  
**Intervenção das partes**

**Artigo 494º**  
**Intervenção de técnico**

**Artigo 585º**  
Fixação de prazo para a apresentação de relatório

**Artigo 586º**  
Relatório pericial

**Artigo 587º**  
Reclamações contra o relatório pericial

**Artigo 588º**  
Comparência dos peritos na audiência final

**SUBSECÇÃO IV**  
**Segunda perícia**

**Artigo 589º**  
Realização de segunda perícia

**Artigo 590º**  
Regime da segunda perícia

**Artigo 591º**  
Valor da segunda perícia

**SECÇÃO V**  
**Inspeção judicial**

**Artigo 612º**  
Fim da inspeção

**Artigo 613º**  
Intervenção das partes

**Artigo 614º**  
Intervenção de técnico

**Artigo 495º**  
**Auto de inspeção**

**Artigo 615º**  
**Auto de inspeção**

**Artigo 496º**  
**Verificações não judiciais qualificadas**

**CAPÍTULO VI**  
**Prova testemunhal**

**SECÇÃO VI**  
**Prova testemunhal**

**SECÇÃO I**  
**Inabilidades para depor**

**SUBSECÇÃO I**  
**Inabilidades para depor**

**Artigo 497º**  
**Capacidade para depor como testemunha**

**Artigo 616º**  
**Capacidade para depor como testemunha**

**Artigo 498º**  
**Impedimentos**

**Artigo 617º**  
**Impedimentos**

**Artigo 499º**  
**Recusa legítima a depor**

**Artigo 618º**  
**Recusa legítima a depor**

**SECÇÃO II**  
**Produção da prova testemunhal**

**SUBSECÇÃO II**  
**Produção da prova testemunhal**

**Artigo 500º**  
**Rol de testemunhas – desistência de inquirição**

**Artigo 619º**  
**Rol de testemunhas – desistência de inquirição**

**Artigo 501º**  
**Designação do juiz como testemunha**

**Artigo 620º**  
**Designação do juiz como testemunha**

**Artigo 502º**  
**Lugar e momento da inquirição**

**Artigo 621º**  
**Lugar e momento da inquirição**

**Artigo 503º**  
**Inquirição no local da questão**

**Artigo 622º**  
**Inquirição no local da questão**

**Artigo 504°**  
***Inquirição por teleconferência***

**Artigo 505°**  
***Prerrogativas de inquirição***

**Artigo 506°**  
***Inquirição ao Presidente da República***

**Artigo 507°**  
***Inquirição de outras entidades***

**Artigo 508°**  
***Pessoas impossibilitadas de comparecer por doença***

**Artigo 509°**  
***Designação das testemunhas para inquirição e notificação***

**Artigo 510°**  
***Consequências do não comparecimento da testemunha***

**Artigo 511°**  
***Adiamento da inquirição***

**Artigo 512°**  
***Substituição de testemunhas***

**Artigo 513°**  
***Limite do número de testemunhas***

**Artigo 514°**  
***Ordem dos depoimentos***

**Artigo 623°**  
***Inquirição por teleconferência***

**Artigo 624°**  
***Prerrogativas de inquirição***

**Artigo 625°**  
***Inquirição ao Presidente da República***

**Artigo 626°**  
***Inquirição de outras entidades***

**Artigo 627°**  
***Pessoas impossibilitadas de comparecer por doença***

**Artigo 628°**  
***Designação das testemunhas para inquirição (O Artigo 509° acrescenta um n° 2 sobre a notificação das testemunhas)***

**Artigo 629°**  
***Consequências do não comparecimento da testemunha***

**Artigo 630°**  
***Adiamento da inquirição***

**Artigo 631°**  
***Substituição de testemunhas***

**Artigo 632°**  
***Limite do número de testemunhas (O texto apresenta muitas alterações)***

**Artigo 634°**  
***Ordem dos depoimentos***



**Artigo 515º**  
***Juramento e interrogatório preliminar***

**Artigo 635º**  
**Juramento e interrogatório preliminar**

**Artigo 516º**  
***Fundamentos da impugnação***

**Artigo 636º**  
**Fundamentos da impugnação**

**Artigo 517º**  
***Incidente da impugnação***

**Artigo 637º**  
**Incidente da impugnação**

**Artigo 518º**  
***Regime do depoimento***

**Artigo 638º**  
**Regime do depoimento**

**Artigo 519º**  
***Inquirição por acordo das partes***

**Artigo 638º-A**  
**Inquirição por acordo das partes**

**Artigo 520º**  
***Depoimento apresentado por escrito***

**Artigo 639º**  
**Depoimento apresentado por escrito**

**Artigo 521º**  
***Requisitos de forma***

**Artigo 639º-A**  
**Requisitos de forma**

**Artigo 522º**  
***Comunicação direta do tribunal com o depoente***

**Artigo 639º-B**  
**Comunicação direta do tribunal com o depoente**

**Artigo 523º**  
***Contradita***

**Artigo 640º**  
**Contradita**

**Artigo 524º**  
***Como se processa***

**Artigo 641º**  
**Como se processa**

**Artigo 525º**  
***Acareação***

**Artigo 642º**  
**Acareação**

**Artigo 526º**  
***Como se processa***

**Artigo 643º**  
**Como se processa**

**Artigo 527º**  
**Abono das despesas e indemnização**

**Artigo 528º**  
**Inquirição por iniciativa do tribunal**

**TÍTULO VI**  
**Das custas, multas e indemnização**

**CAPÍTULO I**  
**Custas – Princípios gerais**

**Artigo 529º**  
**Regra geral em matéria de custas**

**CAPÍTULO II**  
**Regras especiais**

**Artigo 530º**  
**Regras relativas ao litisconsórcio e coligação**

**Artigo 531º**  
**Custas processuais**

**Artigo 532º**  
**Taxa de justiça**

**Artigo 644º**  
**Abono das despesas e indemnização**

**Artigo 645º**  
**Inquirição por iniciativa do tribunal**

**LIVRO III**  
**Do processo**

**TÍTULO I**  
**Das disposições gerais**

**CAPÍTULO VII**  
**Das custas, multas e indemnização**

**SECÇÃO I**  
**Custas – Princípios gerais**

**Artigo 446º**  
**Regra geral em matéria de custas**

**SECÇÃO II**  
**Regras especiais**

**Artigo 446º-A**  
**Regras relativas ao litisconsórcio e coligação**

**Artigo 447º**  
**Custas processuais**

**Artigo 447º-A**  
**Taxa de justiça**  
*(O texto do artigo 532º do Projecto altera o actual art. 447º-A, introduzindo uma nova al. ao respectivo nº 7)*

**Artigo 533º**  
**Taxa sancionatória excepcional**

**Artigo 447º-B**  
**Taxa sancionatória excepcional**  
*(O texto do artigo 533º do Projecto altera o actual art. 447º-B)*

**Artigo 534º**  
**Encargos**

**Artigo 447º-C**  
**Encargos**

**Artigo 535º**  
**Custas de parte**

**Artigo 447º-D**  
**Custas de parte**

**Artigo 536º**  
**Atos e diligências que não entram na regra geral das custas**

**Artigo 448º**  
**Atos e diligências que não entram na regra geral das custas**

**Artigo 537º**  
**Responsabilidade do autor pelas custas**

**Artigo 449º**  
**Responsabilidade do autor pelas custas**

**Artigo 538º**  
**Repartição das custas**

**Artigo 450º**  
**Repartição das custas**

**Artigo 539º**  
**Custas no caso de confissão, desistência ou transação**

**Artigo 451º**  
**Custas no caso de confissão, desistência ou transação**

**Artigo 540º**  
**Custas devidas pela intervenção acessória e assistência**

**Artigo 452º**  
**Custas devidas pela intervenção acessória e assistência**

**Artigo 541º**  
**Custas dos procedimentos cautelares, dos incidentes e das notificações**

**Artigo 453º**  
**Custas dos procedimentos cautelares, dos incidentes e das notificações**

**Artigo 542º**  
**Pagamento dos honorários pelas custas**

**Artigo 454º**  
**Pagamento dos honorários pelas custas**

**Artigo 543º**  
**Garantia de pagamento das custas**

**Artigo 455º**  
**Garantia de pagamento das custas**

**CAPÍTULO III**  
*Multas e indemnização*

*Artigo 544º*  
*Responsabilidade no caso de má fé – noção de má fé*

*Artigo 545º*  
*Conteúdo da indemnização*

*Artigo 546º*  
*Responsabilidade do representante de incapazes*

*Artigo 547º*  
*Responsabilidade do mandatário*

**TÍTULO VII**  
*Das formas do processo*

**CAPÍTULO I**  
*Disposições gerais*

*Artigo 548º*  
*Processo comum e processos especiais*

**CAPÍTULO II**  
*Processo de declaração*

*Artigo 549º*

**SECÇÃO III**  
**Multas e indemnização**

Artigo 456º  
Responsabilidade no caso de má fé – noção de má fé

Artigo 457º  
Conteúdo da indemnização

*Artigo 458º*  
*Responsabilidade do representante de incapazes*  
*(As alterações implicaram o desaparecimento da referência a pessoas colectivas ou sociedades)*

Artigo 459º  
Responsabilidade do mandatário

**CAPÍTULO VIII**  
**Das formas do processo**

**SECÇÃO I**  
**Disposições gerais**

Artigo 460º  
Processo comum e processos especiais

**SECÇÃO II**  
**Processo de declaração**  
*Apesar da identidade da epígrafe, o conteúdo é diferente. Os actuais Artigos 461º a 464º foram substituídos pelos Artigos 549º e 550º do Projecto.*

*O artigo 549º do projecto veio instituir uma*

*Forma do processo comum*

*forma única de processo comum de declaração, desaparecendo assim as actuais formas de processo de declaração ordinário, sumário (actuais arts. 783º a 792º) e sumaríssimo (actuais arts. 793º a 800º)*

*Artigo 550º*

*Disposições reguladoras do processo especial*

**CAPÍTULO III**  
**Processo de execução**

**SECÇÃO III**  
**Processo de execução**

*Artigo 551º*

*Forma do processo comum*

*Artigo 552º*  
*Disposições reguladoras*

*Artigo 466º*  
*Disposições reguladoras*  
*(O texto do projecto apresenta alterações ao texto do actual Artigo)*

**LIVRO III**  
**Do processo de declaração**

**LIVRO III**  
**Do processo**

**TÍTULO I**  
**Dos articulados**

**TÍTULO II**  
**Do processo de declaração**

**CAPÍTULO I**  
**Petição inicial**

**CAPÍTULO I**  
**Dos articulados**

*Artigo 553º*  
*Requisitos da petição inicial*

**SECÇÃO I**  
**Petição inicial**

*Artigo 467º*  
*Requisitos da petição inicial*

*Artigo 554°*  
*Pedidos alternativos*

Artigo 468°  
Pedidos alternativos

*Artigo 555°*  
*Pedidos subsidiários*

Artigo 469°  
Pedidos subsidiários

*Artigo 556°*  
*Cumulação de pedidos*

Artigo 470°  
Cumulação de pedidos

*Artigo 557°*  
*Pedidos genéricos*

Artigo 471°  
Pedidos genéricos

*Artigo 558°*  
*Pedido de prestações vincendas*

Artigo 472°  
Pedido de prestações vincendas

*Artigo 559°*  
*Recusa da petição pela secretaria*

Artigo 473°  
Recusa da petição pela secretaria

*Artigo 560°*  
*Reclamação e recurso do não recebimento*

Artigo 474°  
Reclamação e recurso do não recebimento

*Artigo 561°*  
*Benefício concedido ao autor*

Artigo 475°  
Benefício concedido ao autor

*Artigo 562°*  
*Citação urgente*

Artigo 478°  
Citação urgente

*Artigo 563°*  
*Diligências destinadas à realização da citação*

Artigo 479°  
Diligências destinadas à realização da citação

*Artigo 564°*  
*Citação do réu*

Artigo 480°  
Citação do réu

*Artigo 565°*  
*Efeitos da citação*

Artigo 481°  
Efeitos da citação

*Artigo 566°*  
*Regime no caso de anulação da citação*

Artigo 482°  
Regime no caso de anulação da citação

**CAPÍTULO II**  
**Revelia do réu**

**SECÇÃO II**  
**Revelia do réu**

*Artigo 567°*  
*Revelia absoluta do réu*

Artigo 483°  
Revelia absoluta do réu

*Artigo 568°*  
*Efeitos da revelia*

Artigo 484°  
Efeitos da revelia

*Artigo 569°*  
*Exceções*

Artigo 485°  
Exceções

**CAPÍTULO III**  
**Contestação**

**SECÇÃO III**  
**Contestação**

**SECÇÃO I**  
**Disposições gerais**

**SUBSECÇÃO I**  
**Disposições gerais**

*Artigo 570°*  
*Prazo para a contestação*

Artigo 485°  
Prazo para a contestação

*Artigo 571°*  
*Documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça*

Artigo 486°-A  
Documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça

*Artigo 572°*  
*Defesa por impugnação e defesa por exceção*

Artigo 487°  
Defesa por impugnação e defesa por exceção

*Artigo 573°*  
*Elementos da contestação*

Artigo 488°  
Elementos da contestação

**Artigo 574º**  
***Oportunidade de dedução da defesa***

**Artigo 489º**  
**Oportunidade de dedução da defesa**

**Artigo 575º**  
***Ónus de impugnação***

**Artigo 490º**  
**Ónus de impugnação**

**Artigo 576º**  
***Notificação do oferecimento da contestação***

**Artigo 492º**  
**Notificação do oferecimento da contestação**

**SECCÃO III**  
***Exceções***

**SUBSECCÃO III**  
**Exceções**

**Artigo 577º**  
***Exceções dilatórias e perentórias – noção***

**Artigo 493º**  
**Exceções dilatórias e perentórias – noção**

**Artigo 578º**  
***Exceções dilatórias***

**Artigo 494º**  
**Exceções dilatórias**

**Artigo 579º**  
***Conhecimento das exceções dilatórias***

**Artigo 495º**  
**Conhecimento das exceções dilatórias**

**Artigo 580º**  
***Conhecimento das exceções perentórias***

**Artigo 496º**  
**Conhecimento das exceções perentórias**

**Artigo 581º**  
***Conceitos de litispendência e caso julgado***

**Artigo 497º**  
**Conceitos de litispendência e caso julgado**

**Artigo 582º**  
***Requisitos da litispendência e do caso julgado***

**Artigo 498º**  
**Requisitos da litispendência e do caso julgado**

**Artigo 583º**  
***Em que ação deve ser deduzida a litispendência***

**Artigo 499º**  
**Em que ação deve ser deduzida a litispendência**

**SECCÃO III**  
***Reconvenção***

**SUBSECCÃO III**  
**Reconvenção**



*Artigo 584º*  
*Dedução da reconvenção*

**CAPÍTULO IV**  
*Réplica e tréplica*

*Artigo 585º*  
*Função e prazo da réplica*

*Artigo 586º*  
*Função e prazo da tréplica*

*Artigo 587º*  
*Prorrogação do prazo para apresentação de articulados*

*Artigo 588º*  
*Posição da parte quanto aos factos articulados pela parte contrária*

**CAPÍTULO V**  
*Articulados supervenientes*

*Artigo 589º*  
*Termos em que são admitidos*

*Artigo 590º*  
*Apresentação do novo articulado depois da marcação da audiência final*

**TÍTULO II**  
*Da audiência prévia*

Artigo 501º  
Dedução da reconvenção

**SECÇÃO IV**  
**Réplica e tréplica**

Artigo 502º  
Função e prazo da réplica

Artigo 503º  
Função e prazo da tréplica

Artigo 504º  
Prorrogação do prazo para apresentação de articulados

Artigo 505º  
Posição da parte quanto aos factos articulados pela parte contrária

**SECÇÃO V**  
**Articulados supervenientes**

Artigo 506º  
Termos em que são admitidos

Artigo 507º  
Apresentação do novo articulado depois da marcação da audiência final

**TÍTULO II**  
**Do processo de declaração**

**SUBTÍTULO I**  
**Do processo ordinário**

## **CAPÍTULO II**

### **Da audiência preliminar**

*Dos actuais Artigos 508º a 512-A são expostos os trâmites da audiência preliminar que agora é substituída no Projecto pela audiência prévia (arts. 591º a 598º do projecto) que traz algumas alterações.*

**Artigo 591º**  
**Despacho pré-saneador**

*Artigo 508º*  
*Suprimento de excepções dilatórias e convite ao aperfeiçoamento dos articulados*

**Artigo 592º**  
**Audiência prévia**

*Artigo 508º-A*  
*Audiência preliminar*

**Artigo 593º**  
**Não realização da audiência prévia**

**Artigo 594º**  
**Dispensa da audiência prévia**

*Artigo 508º-B*  
*Dispensa da audiência preliminar*

**Artigo 595º**  
**Tentativa de conciliação**

*Artigo 509º*  
*Tentativa de conciliação*

**Artigo 596º**  
**Despacho saneador**

*Artigo 510º*  
*Despacho saneador*

**Artigo 597º**  
**Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas da prova**

*Artigo 511.º*  
*Seleção da matéria de facto*  
*Artigo 512.º*  
*Indicação das provas*

**Artigo 598º**  
**Alteração do rol de testemunhas**

*Artigo 512º-A*  
*Alteração do rol de testemunhas*

**TÍTULO III**  
**Da audiência final**

**CAPÍTULO IV**  
**Da discussão e julgamento da causa**

*Este capítulo foi substituído no Projecto pela tramitação da audiência final com juiz singular (Artigos 599º a 606º do projecto)*

**Artigo 599º**  
**Juiz da audiência final**

**Artigo 646.º**  
**Intervenção e competência do tribunal colectivo**

**Artigo 600º**  
**Designação da audiência nas ações de indemnização**

**Artigo 647º**  
**Designação da audiência nas ações de indemnização**

**Artigo 601º**  
**Requisitos ou designação de técnico**

**Artigo 649º**  
**Requisitos ou designação de técnico**

**Artigo 602º**  
**Poderes do juiz**

**Artigo 650º**  
**Poderes do juiz**  
*(O Artigo 602º do Projecto corresponde com muitas alterações ao actual Artigo 650º)*

**Artigo 603º**  
**Realização da audiência**

**Artigo 604º**  
**Tentativa de conciliação e demais atos a praticar na audiência final**

**Artigo 652.º**  
**Tentativa de conciliação e discussão da matéria de facto**  
*(O Artigo 604º do Projecto corresponde com muitas alterações ao actual Artigo 652º)*

**Artigo 605º**  
**Princípio da plenitude da assistência do juiz**

**Artigo 654.º**  
**Princípio da plenitude da assistência dos juízes**  
*(O Artigo 605º do Projecto adapta ao juiz singular o que hoje consta do Artigo 654º para o colectivo de juízes)*

**Artigo 606º**  
**Publicidade e continuidade da audiência**

**Artigo 656º**  
**Publicidade e continuidade da audiência**  
*(O Artigo 606º do Projecto corresponde com alterações ao actual Artigo 656º)*

**TÍTULO IV**  
**Da sentença**

**CAPÍTULO I**  
**Elaboração da sentença**

**Artigo 607º**  
**Sentença**

**Artigo 608º**  
**Questões a resolver – ordem do julgamento**

**Artigo 609º**  
**Limites da condenação**

**Artigo 610º**  
**Julgamento no caso de inexigibilidade da obrigação**

**Artigo 611º**  
**Atendibilidade dos factos jurídicos supervenientes**

**Artigo 612º**  
**Uso anormal do processo**

**Artigo 613º**  
**Prazo da sentença**

**CAPÍTULO II**  
**Vícios e reforma da sentença**

**CAPÍTULO V**  
**Da sentença**

**SECÇÃO I**  
**Elaboração da sentença**

**Artigo 659º**  
**Sentença**

*(O Artigo 607º do Projecto reúne parte do actual Artigo 608º com o Artigo 609º, mantendo no essencial o respectivo conteúdo e inovando apenas em 2 n.ºs)*

**Artigo 660º**  
**Questões a resolver – ordem do julgamento**

**Artigo 661º**  
**Limites da condenação**

**Artigo 662º**  
**Julgamento no caso de inexigibilidade da obrigação**

**Artigo 663º**  
**Atendibilidade dos factos jurídicos supervenientes**

**Artigo 665º**  
**Uso anormal do processo**

**Artigo 658º**  
**Prazo da sentença**  
*(o Artigo 613º do Projecto mantém o disposto no actual Artigo 658º mas alarga em muito o respectivo âmbito)*

**SECÇÃO II**  
**Vícios e reforma da sentença**

**Artigo 614º**  
***Extinção do poder jurisdicional e suas limitações***

**Artigo 615º**  
***Retificação de erros materiais***

**Artigo 616º**  
***Causas de nulidade da sentença***

**Artigo 617º**  
***Reforma da sentença***

**Artigo 618º**  
***Processamento subsequente***

**Artigo 619º**  
***Defesa contra as demoras abusivas***

### ***CAPÍTULO III*** ***Efeitos da sentença***

**Artigo 620º**  
***Valor da sentença transitada em julgado***

**Artigo 621º**  
***Caso julgado formal***

**Artigo 622º**  
***Alcance do caso julgado***

**Artigo 666º**  
**Extinção do poder jurisdicional e suas limitações**

**Artigo 667º**  
**Retificação de erros materiais**

**Artigo 668º**  
**Causas de nulidade da sentença**

**Artigo 669º**  
***Esclarecimento ou reforma da sentença***  
***(O Artigo 617º do Projecto introduz alterações***  
***ao actual 669º tendo desaparecido a***  
***possibilidade de solicitar esclarecimento da***  
***sentença)***

**Artigo 670º**  
***Processamento subsequente***  
***(Apesar de epígrafes iguais o conteúdo do Artigo***  
***618º do Projecto é completamente diferente)***

### **SECÇÃO III** **Efeitos da sentença**

**Artigo 671º**  
**Valor da sentença transitada em julgado**

**Artigo 672º**  
**Caso julgado formal**

**Artigo 673º**  
**Alcance do caso julgado**

**Artigo 623º**  
**Efeitos do caso julgado nas questões de estado**

**Artigo 674º**  
**Efeitos do caso julgado nas questões de estado**

**Artigo 624º**  
**Oponibilidade a terceiros da decisão penal condenatória**

**Artigo 674-Aº**  
**Oponibilidade a terceiros da decisão penal condenatória**

**Artigo 625º**  
**Eficácia da decisão penal absolutória**

**Artigo 674º-B**  
**Eficácia da decisão penal absolutória**

**Artigo 626º**  
**Casos julgados contraditórios**

**Artigo 675º**  
**Casos julgados contraditórios**

**Artigo 627º**  
**Execução da decisão judicial condenatória**

**TÍTULO V**  
**Dos recursos**

**CAPÍTULO VI**  
**Dos recursos**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições gerais**

**SECÇÃO I**  
**Disposições gerais**

**Artigo 628º**  
**Espécies de recursos**

**Artigo 676º**  
**Espécies de recursos**

**Artigo 629º**  
**Noção de trânsito em julgado**

**Artigo 677º**  
**Noção de trânsito em julgado**

**Artigo 630º**  
**Decisões que admitem recurso**

**Artigo 678º**  
**Decisões que admitem recurso**

**Artigo 631º**  
**Despachos que não admitem recurso**

**Artigo 679º**  
**Despachos que não admitem recurso**

**Artigo 632º**  
**Quem pode recorrer**

**Artigo 680º**  
**Quem pode recorrer**

**Artigo 633º**  
***Perda do direito de recorrer e renúncia ao recurso***

**Artigo 681º**  
Perda do direito de recorrer e renúncia ao recurso

**Artigo 634º**  
***Recurso independente e recurso subordinado***

**Artigo 682º**  
Recurso independente e recurso subordinado

**Artigo 635º**  
***Extensão do recurso aos compartes não recorrentes***

**Artigo 683º**  
Extensão do recurso aos compartes não recorrentes

**Artigo 636º**  
***Delimitação subjetiva e objetiva do recurso***

**Artigo 684º**  
Delimitação subjetiva e objetiva do recurso

**Artigo 637º**  
***Ampliação do âmbito do recurso a requerimento do recorrido***

**Artigo 684º-A**  
Ampliação do âmbito do recurso a requerimento do recorrido

**Artigo 638º**  
***Modo de interposição do recurso***

**Artigo 684º-B**  
Modo de interposição do recurso

**Artigo 639º**  
***Prazos***

**Artigo 685º**  
Prazos

**Artigo 640º**  
***Ónus de alegar e formular conclusões***

**Artigo 685º-A**  
Ónus de alegar e formular conclusões

**Artigo 641º**  
***Ónus a cargo do recorrente que impugne a decisão relativa à matéria de facto***

**Artigo 685º-B**  
Ónus a cargo do recorrente que impugne a decisão relativa à matéria de facto

**Artigo 642º**  
***Despacho sobre o requerimento***

**Artigo 685º-C**  
Despacho sobre o requerimento

**Artigo 643º**  
***Omissão do pagamento das taxas de justiça***

**Artigo 685º-D**  
Omissão do pagamento das taxas de justiça

**Artigo 644º**  
**Reclamação contra o indeferimento**

**Artigo 688º**  
**Reclamação contra o indeferimento**

**CAPÍTULO II**  
**Apelação**

**SECÇÃO II**  
**Apelação**

**SECÇÃO I**  
**Interposição e feitos do recurso**

**SUBSECÇÃO I**  
**Interposição e feitos do recurso**

**Artigo 645º**  
**Apelações autónomas**

**Artigo 646º**  
**Modo de subida**

**Artigo 691º-A**  
**Modo de subida**

**Artigo 647º**  
**Instrução do recurso com subida em separado**

**Artigo 691º-B**  
**Instrução do recurso com subida em separado**

**Artigo 648º**  
**Efeito da apelação**

**Artigo 692º**  
**Efeito da apelação**

**Artigo 649º**  
**Termos a seguir no pedido de atribuição do efeito suspensivo**

**Artigo 692º-A**  
**Termos a seguir no pedido de atribuição do efeito suspensivo**

**Artigo 650º**  
**Traslado e exigência de caução**

**Artigo 693º**  
**Traslado e exigência de caução**

**Artigo 651º**  
**Caução**

**Artigo 693º-A**  
**Caução**

**Artigo 652º**  
**Junção de documentos e de pareceres**

**Artigo 693º-B**  
**Junção de documentos e de pareceres**

**SECÇÃO II**

**SUBSECÇÃO II**



***Julgamento do recurso***

***Artigo 653º***  
***Função do relator***

***Artigo 654º***  
***Erro no modo de subida do recurso***

***Artigo 655º***  
***Erro quanto ao efeito do recurso***

***Artigo 656º***  
***Não conhecimento do objeto do recurso***

***Artigo 657º***  
***Decisão liminar do objeto do recurso***

***Artigo 658º***  
***Preparação da decisão***

***Artigo 659º***  
***Sugestões dos adjuntos***

***Artigo 660º***  
***Julgamento do objeto do recurso***

***Artigo 661º***  
***Efeitos da impugnação de decisões  
interlocutórias***

***Artigo 662º***  
***Falta ou impedimento dos juízes***

***Artigo 663º***  
***Modificabilidade da decisão de facto***

***Artigo 664º***

***Julgamento do recurso***

***Artigo 700º***  
***Função do relator***

***Artigo 702º***  
***Erro no modo de subida do recurso***

***Artigo 703º***  
***Erro quanto ao efeito do recurso***

***Artigo 704º***  
***Não conhecimento do objeto do recurso***

***Artigo 705º***  
***Decisão liminar do objeto do recurso***

***Artigo 707º***  
***Preparação da decisão***

***Artigo 708º***  
***Sugestões dos adjuntos***

***Artigo 709º***  
***Julgamento do objeto do recurso***

***Artigo 711º***  
***Falta ou impedimento dos juízes***

***Artigo 712º***  
***Modificabilidade da decisão de facto***

***Artigo 713º***

*Elaboração do acórdão*

*Artigo 665º*  
*Publicação do resultado da votação*

*Artigo 666º*  
*Regra da substituição ao tribunal recorrido*

*Artigo 667º*  
*Vícios e reforma do acórdão*

*Artigo 668º*  
*Acórdão lavrado contra o vencido*

*Artigo 669º*  
*Reforma do acórdão*

*Artigo 670º*  
*Baixa do processo*

*Artigo 671º*  
*Defesa contra as demoras abusivas*

**CAPÍTULO II**  
**Recurso de revista**

**SECÇÃO I**  
**Interposição e expedição do recurso**

*Artigo 672º*  
*Decisões que comportam revista*

*Artigo 673º*  
*Revista excepcional*

Elaboração do acórdão

Artigo 714º  
Publicação do resultado da votação

Artigo 715º  
Regra da substituição ao tribunal recorrido

Artigo 716º  
Vícios e reforma do acórdão

Artigo 717º  
Acórdão lavrado contra o vencido

Artigo 718º  
Reforma do acórdão

Artigo 719º  
Baixa do processo

Artigo 720º  
Defesa contra as demoras abusivas

**SECÇÃO III**  
**Recurso de revista**

**SUBSECÇÃO I**  
**Interposição e expedição do recurso**

Artigo 721º-A  
Revista excepcional

**Artigo 674º**  
**Recursos interpostos de decisões interlocutórias**

**Artigo 675º**  
**Fundamentos da revista**

Artigo 722º  
Fundamentos da revista

**Artigo 676º**  
**Modo de subida**

Artigo 722º-A  
Modo de subida

**Artigo 677º**  
**Efeito do recurso**

Artigo 723º  
Efeito do recurso

**Artigo 678º**  
**Regime aplicável à interposição e expedição da revista**

Artigo 724º  
Regime aplicável à interposição e expedição da revista

**Artigo 679º**  
**Recurso per saltum para o Supremo Tribunal de Justiça**

Artigo 725º  
Recurso per saltum para o Supremo Tribunal de Justiça

**SECÇÃO II**  
**Julgamento do recurso**

**SUBSECÇÃO II**  
**Julgamento do recurso**

**Artigo 680º**  
**Aplicação do regime da apelação**

Artigo 726º  
Aplicação do regime da apelação

**Artigo 681º**  
**Junção de documentos e pareceres**

**Artigo 727º**  
**Junção de documentos**  
*(O Artigo 681º do Projecto prevê ainda a junção de pareceres)*

**Artigo 682º**  
**Alegações orais**

Artigo 729º  
Alegações orais

**Artigo 683º**  
**Termos em que julga o tribunal de revista**

Artigo 730º  
Termos em que julga o tribunal de revista

**Artigo 684º**  
***Novo julgamento do tribunal a quo***

**Artigo 731º**  
**Novo julgamento do tribunal *a quo***

**Artigo 685º**  
***Reforma do acórdão no caso de nulidades***

**Artigo 732º**  
**Reforma do acórdão no caso de nulidades**

**Artigo 686º**  
***Nulidades dos acórdãos***

**SECÇÃO III**  
***Julgamento ampliado da revista***

**SUBSECÇÃO III**  
**Julgamento ampliado da revista**

**Artigo 687º**  
***Uniformização de jurisprudência***

**Artigo 732º-A**  
**Uniformização de jurisprudência**

**Artigo 688º**  
***Especialidades no julgamento***

**Artigo 732º-B**  
**Especialidades no julgamento**

**CAPÍTULO IV**  
***Recurso para uniformização de jurisprudência***

**SECÇÃO IV**  
**Recurso para uniformização de jurisprudência**

**Artigo 689º**  
***Fundamento do recurso***

**Artigo 763º**  
**Fundamento do recurso**

**Artigo 690º**  
***Prazo para a interposição***

**Artigo 764º**  
**Prazo para a interposição**

**Artigo 691º**  
***Instrução do requerimento***

**Artigo 765º**  
**Instrução do requerimento**

**Artigo 692º**  
***Recurso por parte do Ministério Público***

**Artigo 766º**  
**Recurso por parte do Ministério Público**

**Artigo 693º**  
***Apreciação liminar***

**Artigo 767º**  
**Apreciação liminar**

**Artigo 694º**  
***Efeito do recurso***

**Artigo 768º**  
**Efeito do recurso**

**Artigo 695º**  
***Prestação de caução***

**Artigo 769º**  
**Prestação de caução**

**Artigo 696º**  
***Julgamento e termos a seguir quando o recurso é procedente***

**Artigo 770º**  
**Julgamento e termos a seguir quando o recurso é procedente**

**CAPÍTULO V**  
***Revisão***

**SECÇÃO V**  
**Revisão**

**Artigo 697º**  
***Fundamentos do recurso***

**Artigo 771º**  
**Fundamentos do recurso**

**Artigo 698º**  
***Prazo para a interposição***

**Artigo 772º**  
**Prazo para a interposição**

**Artigo 699º**  
***Instrução do requerimento***

**Artigo 773º**  
**Instrução do requerimento**

**Artigo 700º**  
***Admissão do recurso***

**Artigo 774º**  
**Admissão do recurso**

**Artigo 701º**  
***Julgamento da revisão***

**Artigo 775º**  
**Julgamento da revisão**

**Artigo 702º**  
***Termos a seguir quando a revisão é procedente***

**Artigo 776º**  
**Termos a seguir quando a revisão é procedente**

**Artigo 703º**

**Artigo 777º**

*Prestação de caução*

Prestação de caução

**LIVRO IV**  
*Do processo de execução*

**LIVRO I**  
*Da acção*

**TÍTULO II**  
*Da acção executiva*

*(O Livro IV do Projecto recebe os actuais  
Artigos 46º a 54º)*

**TÍTULO I**  
*Do título executivo*

**CAPÍTULO I**  
**Do título executivo**

*Artigo 704º*  
*Espécies de títulos executivos*

Artigo 46º  
Espécies de títulos executivos

*Artigo 705º*  
*Requisitos da exequibilidade da sentença*

Artigo 47º  
Requisitos da exequibilidade da sentença

*Artigo 706º*  
*Exequibilidade dos despachos e das decisões  
arbitrais*

Artigo 48º  
Exequibilidade dos despachos e das decisões  
arbitrais

*Artigo 707º*  
*Exequibilidade das sentenças e dos títulos  
exarados em pais estrangeiro*

Artigo 49º  
Exequibilidade das sentenças e dos títulos  
exarados em pais estrangeiro

*Artigo 708º*  
*Exequibilidade dos documentos autênticos ou  
autenticados*

Artigo 50º  
Exequibilidade dos documentos autênticos ou  
autenticados

*Artigo 709º*  
*Exequibilidade dos escritos com assinatura a  
rogo*

Artigo 51º  
Exequibilidade dos escritos com assinatura a  
rogo

*Artigo 710º*  
*Cumulação de execuções fundadas em títulos diferentes*

*Artigo 711º*  
*Cumulação de execuções fundadas em sentença*

*Artigo 712º*  
*Cumulação sucessiva*

Artigo 54º  
Cumulação sucessiva

**TÍTULO II**  
*Das disposições gerais*

**LIVRO III**  
**Do processo**  
**TÍTULO III**  
**Do processo de execução**  
**SUBTÍTULO I**  
**Das disposições gerais**

*Artigo 713º*  
*Tramitação eletrônica do processo*

*Artigo 714º*  
*Requisitos da obrigação exequenda*

Artigo 802º  
Requisitos da obrigação exequenda

*Artigo 715º*  
*Escolha da prestação na obrigação alternativa*

Artigo 803º  
Escolha da prestação na obrigação alternativa

*Artigo 716º*  
*Obrigação condicional ou dependente de prestação*

Artigo 804º  
Obrigação condicional ou dependente de prestação

*Artigo 717º*  
*Liquidação*

Artigo 805º  
Liquidação

**Artigo 718º**  
**Registo informático de execuções**

**Artigo 719º**  
**Retificação, atualização, eliminação e consulta dos dados**

**Artigo 720º**  
**Repartição de competências**

**Artigo 721º**  
**Agente de execução**

**Artigo 722º**  
**Pagamento de quantias devidas ao agente de execução**

**Artigo 723º**  
**Desempenho das funções por oficial de justiça**

**Artigo 724º**  
**Competência do juiz**

**TÍTULO III**  
**Da execução para pagamento de quantia certa**

**CAPÍTULO I**  
**Do processo ordinário**

**SECÇÃO I**  
**Fase introdutória**

**Artigo 806º**  
**Registo informático de execuções**

**Artigo 807º**  
**Retificação, atualização, eliminação e consulta dos dados**

**Artigo 808º**  
**Agente de execução**  
*(O Artigo 721º do Projecto segue muito de perto o actual Artigo 808º mas introduz-lhe alterações)*

**Artigo 809º**  
**Juiz de execução**  
*(apesar de epígrafes diferentes o Artigo 724º do Projecto segue muito de perto o actual Artigo 809º com algumas alterações)*

**SUBTÍTULO II**  
**Da execução para pagamento de quantia certa**

**CAPÍTULO ÚNICO**  
**Do processo comum**

**SECÇÃO I**  
**Fase introdutória**



**Artigo 725º**  
**Requerimento executivo**

**Artigo 726º**  
**Recusa do requerimento**

**Artigo 727º**  
**Despacho liminar e citação do executado**

**Artigo 728º**  
**Dispensa de citação prévia**

**SECÇÃO II**  
**Oposição à execução**

**Artigo 729º**  
**Oposição mediante embargos**

**Artigo 730º**  
**Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença**

**Artigo 731º**  
**Fundamentos de oposição à execução baseada em decisão arbitral**

**Artigo 732º**  
**Fundamentos de oposição à execução baseada em requerimento de injunção**

**Artigo 810º**  
**Requerimento executivo**  
*(O Artigo 725º do Projecto introduz grandes alterações em relação ao actual Artigo 802º)*

**Artigo 811º**  
**Recusa do requerimento**  
*(As competências que hoje cabem ao agente de execução passam para a secretaria)*

**Artigo 813.º**  
**Oposição à execução e à penhora**  
*O Artigo 729º do Projecto corresponde em parte ao que hoje consta do Artigo 813º mas a figura da futura “oposição mediante embargos” não coincide com a actual oposição à execução e à penhora*

**Artigo 814º**  
**Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença**  
*(Desaparece a referência à injunção)*

**Artigo 815º**  
**Fundamentos de oposição à execução baseada em decisão arbitral**

*(Corresponde ao nº 3 do actual art. 814º )*

*Artigo 733 °*  
*Fundamentos de oposição à execução baseada*  
*noutro título*

*Artigo 734 °*  
*Termos da oposição à execução*

*Artigo 735 °*  
*Efeito do recebimento dos embargos*

*Artigo 736 °*  
*Rejeição e aperfeiçoamento*

**SECÇÃO III**  
**Penhora**

**SUBSECÇÃO I**  
**Bens que podem ser penhorados**

*Artigo 737 °*  
*Objeto da execução*

*Artigo 738 °*  
*Bens absoluta e totalmente impenhoráveis*

*Artigo 739 °*  
*Bens relativamente impenhoráveis*

*Artigo 740 °*  
*Bens parcialmente penhoráveis*

Artigo 816 °  
Fundamentos de oposição à execução baseada  
noutro título

Artigo 817 °  
Termos da oposição à execução

*Artigo 818 °*  
*Efeito do recebimento dos embargos*  
*(O Artigo 735 ° do Projecto introduz grandes*  
*alterações ao actual Artigo 818 °)*

*Artigo 820 °*  
*Rejeição e aperfeiçoamento*  
*(O Artigo 736 ° do Projecto introduz grandes*  
*alterações ao actual Artigo 820 °)*

**SECÇÃO III**  
**Penhora**

**SUBSECÇÃO I**  
**Bens que podem ser penhorados**

Artigo 821 °  
Objecto da execução

Artigo 822 °  
Bens absoluta e totalmente impenhoráveis

Artigo 823 °  
Bens relativamente impenhoráveis

*Artigo 824 °*  
*Bens parcialmente penhoráveis*  
*(O Artigo 740 ° do Projecto introduz grandes*  
*alterações ao actual Artigo 824 °)*

**Artigo 741º**  
***Impenhorabilidade de quantias pecuniárias ou depósitos bancários***

**Artigo 742º**  
***Penhora de bens comuns em execução movida contra um dos cônjuges***

**Artigo 743º**  
***Incidente de comunicabilidade suscitado pelo exequente***

**Artigo 744º**  
***Incidente de comunicabilidade suscitado pelo executado***

**Artigo 745º**  
***Penhora em caso de comunhão ou compropriedade***

**Artigo 746º**  
***Bens a penhorar na execução contra o herdeiro***

**Artigo 747º**  
***Penhorabilidade subsidiária***

**Artigo 748º**  
***Penhora de mercadorias carregadas em navio***

**Artigo 749º**  
***Apreensão de bens em poder de terceiro***

**SUBSECÇÃO II**  
***Disposições gerais***

Artigo 824º-A  
Impenhorabilidade de quantias pecuniárias ou depósitos bancários

**Artigo 825º**  
***Penhora de bens comuns em execução movida contra um dos cônjuges***  
***(O Artigo 742º do Projecto introduz grandes alterações ao actual Artigo 825º)***

Artigo 826º  
Penhora em caso de comunhão ou compropriedade

Artigo 827º  
Bens a penhorar na execução contra o herdeiro

Artigo 828º  
Penhorabilidade subsidiária

Artigo 830º  
Penhora de mercadorias carregadas em navio

Artigo 831º  
Apreensão de bens em poder de terceiro

**SUBSECÇÃO II**  
**Disposições gerais**

**Artigo 750º**  
**Consultas e diligências prévias à penhora**

**Artigo 832º**  
**Consultas e diligências prévias à penhora**  
*(O Artigo 750º do Projecto introduz grandes alterações ao actual Artigo 832º)*

**Artigo 751º**  
**Diligências prévias à penhora**

**Artigo 833º-A**  
**Diligências prévias à penhora**  
*(O Artigo 751º do Projecto introduz grandes alterações ao actual Artigo 833º-A)*

**Artigo 752º**  
**Diligências subsequentes**

**Artigo 833º-B**  
**Resultado das diligências prévias à penhora**  
*(O Artigo 752º do Projecto introduz grandes alterações ao actual Artigo 833º-B)*

**Artigo 753º**  
**Ordem de realização da penhora**

**Artigo 834º**  
**Ordem de realização da penhora**  
*(O Artigo 752º do Projecto introduz grandes alterações ao actual Artigo 834º)*

**Artigo 754º**  
**Bens onerados com garantia real e bens indivisos**

**Artigo 835º**  
**Bens onerados com garantia real e bens indivisos**

**Artigo 755º**  
**Realização e notificação da penhora**

**Artigo 836.º**  
**Auto de penhora**  
*(O Artigo 755º do projecto tem um conteúdo inovador. No entanto reproduz, no nº1, o disposto no actual Artigo 836º)*

**Artigo 756º**  
**Dever de informação e comunicação**

**Artigo 837º**  
**Dever de informação e comunicação**  
*(O Artigo 756º do Projecto tem um conteúdo inovador mas também reproduz na totalidade este Artigo 837º)*

**SUBSECÇÃO III**

**SUBSECÇÃO III**

***Penhora de bens imóveis***

***Artigo 757°***  
***Realização da penhora de coisas imóveis***

***Artigo 758°***  
***Depositário***

***Artigo 759°***  
***Entrega efetiva***

***Artigo 760°***  
***Extensão da penhora – Penhora de frutos***

***Artigo 761°***  
***Divisão do prédio penhorado***

***Artigo 762°***  
***Administração dos bens depositados***

***Artigo 763°***  
***Remoção do depositário***

***Artigo 764°***  
***Conversão do arresto em penhora***

***Artigo 765°***  
***Levantamento de penhora***

***SUBSECÇÃO IV***  
***Penhora de bens móveis***

***Artigo 766°***  
***Penhora de coisas móveis não sujeitas a registo***

***Artigo 767°***  
***Cooperação do exequente na realização da***

***Penhora de bens imóveis***

***Artigo 838°***  
***Realização da penhora de coisas imóveis***

***Artigo 839°***  
***Depositário***

***Artigo 840°***  
***Entrega efetiva***

***Artigo 841°***  
***Extensão da penhora – Penhora de frutos***

***Artigo 842°-A***  
***Divisão do prédio penhorado***

***Artigo 843°***  
***Administração dos bens depositados***

***Artigo 845°***  
***Remoção do depositário***

***Artigo 846°***  
***Conversão do arresto em penhora***

***Artigo 847°***  
***Levantamento de penhora***

***SUBSECÇÃO IV***  
***Penhora de bens móveis***

***Artigo 848°***  
***Penhora de coisas móveis não sujeitas a registo***

***Artigo 848°-A***  
***Cooperação do exequente na realização da***

*penhora*

*Artigo 768.<sup>o</sup>  
Auto de penhora*

*Artigo 769.<sup>o</sup>  
Obstáculos à realização da penhora*

*Artigo 770.<sup>o</sup>  
Penhora de coisas móveis sujeitas a registo*

*Artigo 771.<sup>o</sup>  
Modo de fazer navegar o navio penhorado*

*Artigo 772.<sup>o</sup>  
Modo de qualquer credor fazer navegar o navio penhorado*

*Artigo 773.<sup>o</sup>  
Dever de apresentação dos bens*

*Artigo 774.<sup>o</sup>  
Aplicação das disposições relativas à penhora de imóveis*

**SUBSECÇÃO V**  
**Penhora de direitos**

*Artigo 775.<sup>o</sup>  
Penhora de créditos*

*Artigo 776.<sup>o</sup>  
Penhora de títulos de crédito*

*Artigo 777.<sup>o</sup>  
Termos a seguir quando o devedor negue a existência do crédito*

penhora

Artigo 849.<sup>o</sup>  
Auto de penhora

Artigo 850.<sup>o</sup>  
Obstáculos à realização da penhora

Artigo 851.<sup>o</sup>  
Penhora de coisas móveis sujeitas a registo

Artigo 852.<sup>o</sup>  
Modo de fazer navegar o navio penhorado

Artigo 853.<sup>o</sup>  
Modo de qualquer credor fazer navegar o navio penhorado

Artigo 854.<sup>o</sup>  
Dever de apresentação dos bens

Artigo 855.<sup>o</sup>  
Aplicação das disposições relativas à penhora de imóveis

**SUBSECÇÃO V**  
**Penhora de direitos**

Artigo 856.<sup>o</sup>  
Penhora de créditos

Artigo 857.<sup>o</sup>  
Penhora de títulos de crédito

Artigo 858.<sup>o</sup>  
Termos a seguir quando o devedor negue a existência do crédito

**Artigo 778.º**  
***Termos a seguir quando o devedor alegue que a obrigação está dependente de prestação do executado***

**Artigo 779.º**  
***Depósito ou entrega da prestação devida***

**Artigo 780.º**  
***Penhora de direitos ou expectativas de aquisição***

**Artigo 781.º**  
***Penhora de rendas, abonos, vencimentos ou salários***

**Artigo 782.º**  
***Penhora de depósitos bancários***

**Artigo 783.º**  
***Penhora de direito a bens indivisos e de quotas em sociedades***

**Artigo 784.º**  
***Penhora de estabelecimento comercial***

**Artigo 785.º**  
***Disposições aplicáveis à penhora de direitos***

**SUBSECÇÃO VI**  
***Oposição à penhora***

**Artigo 786.º**  
***Fundamentos da oposição***

**Artigo 859.º**  
**Termos a seguir quando o devedor alegue que a obrigação está dependente de prestação do executado**

**Artigo 860.º**  
**Depósito ou entrega da prestação devida**

**Artigo 860º-A**  
**Penhora de direitos ou expectativas de aquisição**

**Artigo 861.º**  
***Penhora de rendas, abonos, vencimentos ou salários***  
***(O Artigo 781º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 861º)***

**Artigo 861.º-A**  
***Penhora de depósitos bancários***  
***(O Artigo 782º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 861º-A)***

**Artigo 862.º**  
**Penhora de direito a bens indivisos e de quotas em sociedades**

**Artigo 862.º-A**  
**Penhora de estabelecimento comercial**

**Artigo 863.º**  
**Disposições aplicáveis à penhora de direitos**

**SUBSECÇÃO VI**  
***Oposição à penhora***

**Artigo 863.º-A**  
**Fundamentos da oposição**

**Artigo 787.º**  
**Processamento do incidente**

**Artigo 863.º-B**  
**Processamento do incidente**  
*(O Artigo 787º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 863º-B)*

**SECÇÃO IV**  
**Citações e concurso de credores**

**SECÇÃO IV**  
**Citações e concurso de credores**

**SUBSECÇÃO I**  
**Citações**

**SUBSECÇÃO I**  
**Citações**

**Artigo 788.º**  
**Citações**

**Artigo 864.º**  
**Citações**  
*(O Artigo 788º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 864º)*

**Artigo 789.º**  
**Estatuto processual do cônjuge do executado**

**Artigo 864.º-A**  
**Estatuto processual do cônjuge do executado**  
*(O Artigo 789º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 864º-A)*

**SUBSECÇÃO II**  
**Concurso de credores**

**SUBSECÇÃO II**  
**Concurso de credores**

**Artigo 790.º**  
**Reclamação dos créditos**

**Artigo 865.º**  
**Reclamação dos créditos**

**Artigo 791.º**  
**Impugnação dos créditos reclamados**

**Artigo 866.º**  
**Impugnação dos créditos reclamados**

**Artigo 792.º**  
**Resposta do reclamante**

**Artigo 867.º**  
**Resposta do reclamante**

**Artigo 793.º**

**Artigo 868.º**



***Termos posteriores – Verificação e graduação dos créditos***

***Artigo 794.º***  
***Direito do credor que tiver acção pendente ou a propor contra o executado***

***Artigo 795.º***  
***Suspensão da execução nos casos de insolvência***

***Artigo 796.º***  
***Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens***

***SECÇÃO V***  
***Pagamento***

***SUBSECÇÃO I***  
***Modos de pagamento***

***Artigo 797.º***  
***Modos de o efectuar***

***Artigo 798.º***  
***Termos em que pode ser efetuado***

***Artigo 799.º***  
***Execuções parcialmente inviáveis***

***SUBSECÇÃO II***  
***Entrega de dinheiro***

**Termos posteriores – Verificação e graduação dos créditos**

**Artigo 869.º**  
**Direito do credor que tiver acção pendente ou a propor contra o executado**

**Artigo 870.º**  
**Suspensão da execução nos casos de insolvência**

***Artigo 871.º***  
***Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens***  
***(O Artigo 796º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 871º)***

**SECÇÃO V**  
**Pagamento**

**SUBSECÇÃO I**  
**Modos de pagamento**

***Artigo 875.º***  
***Modos de o efectuar***  
***(O Artigo 797º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 875º)***

**Artigo 876.º**  
**Termos em que pode ser efetuado**

**Artigo 877.º**  
**Execuções parcialmente inviáveis**

**SUBSECÇÃO II**  
**Entrega de dinheiro**

*Artigo 800.º*  
*Pagamento por entrega de dinheiro*

**SUBSECÇÃO III**  
**Adjudicação**

*Artigo 801.º*  
*Requerimento para adjudicação*

*Artigo 802.º*  
*Publicidade do requerimento*

*Artigo 803.º*  
*Termos da adjudicação*

*Artigo 804.º*  
*Regras aplicáveis à adjudicação*

**SUBSECÇÃO IV**  
**Consignação de rendimentos**

*Artigo 805.º*  
*Termos em que pode ser requerida e efetuada*

*Artigo 806.º*  
*Como se processa em caso de locação*

*Artigo 807.º*  
*Efeitos*

**SUBSECÇÃO V**  
**Do pagamento em prestações e do acordo global**

*Artigo 808.º*  
*Pagamento em prestações*

Artigo 878.º  
Pagamento por entrega de dinheiro

**SUBSECÇÃO III**  
**Adjudicação**

Artigo 879.º  
Requerimento para adjudicação

Artigo 880.º  
Publicidade do requerimento

Artigo 881.º  
Termos da adjudicação

Artigo 882.º  
Regras aplicáveis à adjudicação

**SUBSECÇÃO IV**  
**Consignação de rendimentos**

Artigo 883.º  
Termos em que pode ser requerida e efetuada

Artigo 884.º  
Como se processa em caso de locação

Artigo 885.º  
Efeitos

**SUBSECÇÃO V**  
**Do pagamento em prestações e do acordo global**

*Artigo 882.º*  
*Pagamento em prestações*

*(O Artigo 808º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 882º)*

**Artigo 809.º**  
**Garantia do crédito exequendo**

**Artigo 883.º**  
**Garantia do crédito exequendo**

**Artigo 810.º**  
**Consequência da falta de pagamento**

**Artigo 884.º**  
**Consequência da falta de pagamento**

**Artigo 811.º**  
**Tutela dos direitos dos restantes credores**

**Artigo 885.º**  
**Tutela dos direitos dos restantes credores**

**Artigo 812.º**  
**Acordo global**

**SUBSECÇÃO VI**  
**Venda**

**SUBSECÇÃO VI**  
**Venda**

**DIVISÃO I**  
**Disposições gerais**

**DIVISÃO I**  
**Disposições gerais**

**Artigo 813.º**  
**Modalidades de venda**

**Artigo 886.º**  
**Modalidades de venda**  
*(O Artigo 813º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 886º)*

**Artigo 814.º**  
**Determinação da modalidade de venda e do valor base dos bens**

**Artigo 886.º-A**  
**Determinação da modalidade de venda e do valor base dos bens**

**Artigo 815.º**  
**Instrumentalidade da venda**

**Artigo 886.º-B**  
**Instrumentalidade da venda**

**Artigo 816.º**  
**Venda antecipada de bens**

**Artigo 886.º-C**  
**Venda antecipada de bens**  
*(O Artigo 816º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 886º-C)*

**Artigo 817.º**

**Artigo 887.º**

**DIVISÃO II**

***Venda mediante propostas em carta fechada***

**Artigo 818.º**

***Valor base e competência***

**Artigo 819.º**

***Publicidade da venda***

**Artigo 820.º**

***Obrigações de mostrar os bens***

**Artigo 821.º**

***Notificação dos preferentes***

**Artigo 822.º**

***Abertura das propostas***

**Artigo 823.º**

***Deliberação sobre as propostas***

**Artigo 824.º**

***Irregularidades ou frustração da venda por meio de propostas***

**Artigo 825.º**

***Exercício do direito de preferência***

**Artigo 826.º**

***Caução e depósito do preço***

**Artigo 827.º**

***Falta de depósito***

**DIVISÃO II**

**Venda mediante propostas em carta fechada**

Artigo 889.º

Valor base e competência

Artigo 890.º

Publicidade da venda

Artigo 891.º

Obrigações de mostrar os bens

Artigo 892.º

Notificação dos preferentes

**Artigo 893.º**

***Abertura das propostas***

***(O Artigo 822.º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 893.º)***

Artigo 894.º

Deliberação sobre as propostas

Artigo 895.º

Irregularidades ou frustração da venda por meio de propostas

Artigo 896.º

Exercício do direito de preferência

Artigo 897.º

Caução e depósito do preço

Artigo 898.º

Falta de depósito

**Artigo 828.º**  
***Auto de abertura e aceitação das propostas***

**Artigo 829.º**  
***Adjudicação e registo***

**Artigo 830.º**  
***Entrega dos bens***

**Artigo 831.º**  
***Venda de estabelecimento comercial***

***DIVISÃO III***  
***Outras modalidades de venda***

**Artigo 832.º**  
***Bens vendidos em mercados regulamentados***

**Artigo 833.º**  
***Venda directa***

**Artigo 834.º**  
***Casos em que se procede à venda por negociação particular***

**Artigo 835.º**  
***Realização da venda por negociação particular***

**Artigo 836.º**  
***Venda em estabelecimento de leilão***

**Artigo 837.º**  
***Irregularidades da venda***

**Artigo 838.º**

**Artigo 899.º**  
**Auto de abertura e aceitação das propostas**

**Artigo 900.º**  
**Adjudicação e registo**

**Artigo 901.º**  
**Entrega dos bens**

**Artigo 901.º-A**  
**Venda de estabelecimento comercial**

***DIVISÃO III***  
***Outras modalidades de venda***

**Artigo 902.º**  
***Bens vendidos em mercados regulamentados***  
***(O Artigo 832.º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 902.º)***

**Artigo 903.º**  
**Venda directa**

**Artigo 904.º**  
***Casos em que se procede à venda por negociação particular***  
***(O Artigo 834.º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 904.º)***

**Artigo 905.º**  
**Realização da venda por negociação particular**

**Artigo 906.º**  
**Venda em estabelecimento de leilão**

**Artigo 907.º**  
**Irregularidades da venda**

**Artigo 907.º-A**

*Venda em depósito público ou equiparado*

*Artigo 839.º*  
*Venda em leilão electrónico*

***DIVISÃO IV***  
***Da invalidade da venda***

*Artigo 840.º*  
*Anulação da venda e indemnização do comprador*

*Artigo 841.º*  
*Casos em que a venda fica sem efeito*

*Artigo 842.º*  
*Cautelas a observar no caso de protesto pela reivindicação*

*Artigo 843.º*  
*Cautelas a observar no caso de reivindicação sem protesto*

***SECÇÃO VI***  
***Remição***

*Artigo 844.º*  
*A quem compete*

*Artigo 845.º*  
*Até quando pode ser exercido o direito de remição*

*Artigo 846.º*  
*Predomínio da remição sobre o direito de preferência*

Venda em depósito público ou equiparado

Artigo 907.º-B  
Venda em leilão electrónico

**DIVISÃO IV**  
**Da invalidade da venda**

Artigo 908.º  
Anulação da venda e indemnização do comprador

Artigo 909.º  
Casos em que a venda fica sem efeito

Artigo 910.º  
Cautelas a observar no caso de protesto pela reivindicação

Artigo 911.º  
Cautelas a observar no caso de reivindicação sem protesto

**SECÇÃO VI**  
**Remição**

Artigo 912.º  
A quem compete

Artigo 913.º  
Até quando pode ser exercido o direito de remição

Artigo 914.º  
Predomínio da remição sobre o direito de preferência

**Artigo 847.º**  
*Ordem por que se defere o direito de remição*

**SECÇÃO VII**  
*Extinção e anulação da execução*

**Artigo 848.º**  
*Cessação da execução pelo pagamento voluntário*

**Artigo 849.º**  
*Liquidação da responsabilidade do executado*

**Artigo 850.º**  
*Desistência do exequente*

**Artigo 851.º**  
*Extinção da execução*

**Artigo 852.º**  
*Renovação da execução extinta*

**Artigo 853.º**  
*Anulação da execução, por falta ou nulidade de citação do executado*

**SECÇÃO VIII**  
*Recursos*

**Artigo 854.º**  
*Disposições reguladoras dos recursos*

**Artigo 855.º**  
*Apelação*

**Artigo 915.º**  
*Ordem por que se defere o direito de remição*

**SECÇÃO VII**  
*Extinção e anulação da execução*

**Artigo 916.º**  
*Cessação da execução pelo pagamento voluntário*

**Artigo 917.º**  
*Liquidação da responsabilidade do executado*

**Artigo 918.º**  
*Desistência do exequente*

**Artigo 919.º**  
*Extinção da execução*

**Artigo 920.º**  
*Renovação da execução extinta*

**Artigo 921.º**  
*Anulação da execução, por falta ou nulidade de citação do executado*

**SECÇÃO VIII**  
**Recursos**

**Artigo 922.º- A**  
*Disposições reguladoras dos recursos*

**Artigo 922.º-B**  
*Apelação*  
*(O Artigo 855º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 922ºB)*

*Artigo 856.º*  
*Revista*

*Artigo 922º-C*  
*Revista*  
*(O Artigo 856º do Projecto introduz algumas*  
*alterações ao actual Artigo 922º-C)*

**CAPÍTULO II**  
**Do processo sumário**

*Artigo 857.º*  
*Tramitação inicial*

*Artigo 858.º*  
*Oposição à execução e à penhora*

*Artigo 859.º*  
*Sanções do exequente*

**TÍTULO IV**  
**Da execução para entrega de coisa certa**

**SUBTÍTULO III**  
**Da execução para entrega de coisa certa**

*Artigo 860.º*  
*Citação do executado*

*Artigo 928.º*  
*Citação do executado*

*Artigo 861.º*  
*Fundamentos e efeitos da oposição mediante*  
*embargos*

*Artigo 929.º*  
*Fundamentos e efeitos da oposição*

*Artigo 862.º*  
*Entrega da coisa*

*Artigo 930.º*  
*Entrega da coisa*

*Artigo 863.º*  
*Execução para entrega de coisa imóvel*  
*arrendada*

*Artigo 930.º-A*  
*Execução para entrega de coisa imóvel arrendada*

*Artigo 864.º*  
*Suspensão da execução*

*Artigo 930-B.º*  
*Suspensão da execução*



*(O Artigo 864º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 930º-B)*

**Artigo 865.º**  
***Diferimento da desocupação de imóvel arrendado para habitação***

**Artigo 930.º-C**  
***Diferimento da desocupação de imóvel arrendado para habitação***  
*(O actual Artigo 930º-C tem a redacção que lhe foi dada pelo Artigo 3º da Lei nº 31/2012, de 14 de Agosto)*

**Artigo 866.º**  
***Termos do diferimento da desocupação***

**Artigo 930.º-D**  
***Termos do diferimento da desocupação***  
*(O actual Artigo 930º-D tem a redacção que lhe foi dada pelo Artigo 3º da Lei nº 31/2012, de 14 de Agosto)*

**Artigo 867.º**  
***Responsabilidade do exequente***

**Artigo 930.º-E**  
**Responsabilidade do exequente**

**Artigo 868.º**  
***Conversão da execução***

**Artigo 931.º**  
**Conversão da execução**

**TÍTULO V**  
***Da execução para prestação de facto***

**SUBTÍTULO IV**  
**Da execução para prestação de facto**

**Artigo 869.º**  
***Citação do executado***

**Artigo 933.º**  
**Citação do executado**

**Artigo 870.º**  
***Conversão da execução***

**Artigo 934.º**  
**Conversão da execução**

**Artigo 871.º**  
***Avaliação do custo da prestação e realização da quantia apurada***

**Artigo 935.º**  
**Avaliação do custo da prestação e realização da quantia apurada**

**Artigo 872.º**  
***Prestação pelo exequente***

**Artigo 936.º**  
**Prestação pelo exequente**

**Artigo 873.º**  
***Pagamento do crédito apurado a favor do  
exequente***

**Artigo 874.º**  
***Direito do exequente quando não se obtenha o  
custo da avaliação***

**Artigo 875.º**  
***Fixação do prazo para a prestação***

**Artigo 876.º**  
***Fixação do prazo e termos subsequentes***

**Artigo 877.º**  
***Violação da obrigação, quando esta tenha por  
objeto um facto negativo***

**Artigo 878.º**  
***Termos subsequentes***

**LIVRO V**  
***Dos processos especiais***

**TÍTULO I**  
***Das interdições e inabilitações***

**Artigo 879.º**  
***Petição inicial***

**Artigo 880.º**  
***Publicidade da acção***

**Artigo 881.º**  
***Citação***

**Artigo 937.º**  
**Pagamento do crédito apurado a favor do  
exequente**

**Artigo 938.º**  
**Direito do exequente quando não se obtenha o  
custo da avaliação**

**Artigo 939.º**  
**Fixação do prazo para a prestação**

**Artigo 940.º**  
**Fixação do prazo e termos subsequentes**

**Artigo 941.º**  
**Violação da obrigação, quando esta tenha por  
objeto um facto negativo**

**Artigo 942.º**  
**Termos subsequentes**

**LIVRO III**  
**Do processo**  
**TÍTULO IV**  
**Dos processos especiais**

**CAPÍTULO I**  
**Das interdições e inabilitações**

**Artigo 944.º**  
**Petição inicial**

**Artigo 945.º**  
**Publicidade da acção**

**Artigo 946.º**  
***Citação***

*(O Artigo 881º do Projecto introduz algumas alterações ao actual Artigo 946º)*

**Artigo 882.º**  
***Representação do requerido***

Artigo 947.º  
Representação do requerido

**Artigo 883.º**  
***Articulados***

Artigo 948.º  
Articulados

**Artigo 884.º**  
***Prova preliminar***

Artigo 949.º  
Prova preliminar

**Artigo 885.º**  
***Interrogatório***

Artigo 950.º  
Interrogatório

**Artigo 886.º**  
***Exame pericial***

Artigo 951.º  
Exame pericial

**Artigo 887.º**  
***Termos posteriores ao interrogatório e exame***

Artigo 952.º  
Termos posteriores ao interrogatório e exame

**Artigo 888.º**  
***Providências provisórias***

Artigo 953.º  
Providências provisórias

**Artigo 889.º**  
***Conteúdo da sentença***

Artigo 954.º  
Conteúdo da sentença

**Artigo 890.º**  
***Recurso de apelação***

Artigo 955.º  
Recurso de apelação

**Artigo 891.º**  
***Efeitos do trânsito em julgado da decisão***

Artigo 956.º  
Efeitos do trânsito em julgado da decisão

**Artigo 892.º**  
***Seguimento da ação mesmo depois da morte do arguido***

Artigo 957.º  
Seguimento da ação mesmo depois da morte do arguido

**Artigo 893.º**  
***Levantamento da interdição ou inabilitação***

Artigo 958.º  
Levantamento da interdição ou inabilitação

**TÍTULO II**  
**DA PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO**

**CAPÍTULO II**  
**Dos processos referentes às garantias das obrigações**

**SECÇÃO I**  
**Da prestação de caução**

**Artigo 894.º**  
***Requerimento para a prestação provocada de caução***

Artigo 981.º  
Requerimento para a prestação provocada de caução

**Artigo 895.º**  
***Citação do requerido***

Artigo 981.º  
Citação do requerido

**Artigo 896.º**  
***Oposição do requerido***

Artigo 984.º  
Oposição do requerido

**Artigo 897.º**  
***Apreciação da idoneidade da caução***

Artigo 985.º  
Apreciação da idoneidade da caução

**Artigo 898.º**  
***Devolução ao requerente do direito de indicar o modo de prestação da caução***

Artigo 986.º  
Devolução ao requerente do direito de indicar o modo de prestação da caução

**Artigo 899.º**  
***Prestação da caução***

Artigo 987.º  
Prestação da caução

**Artigo 900.º**  
***Falta de prestação da caução***

Artigo 988.º  
Falta de prestação da caução

**Artigo 901.º**  
***Prestação espontânea de caução***

Artigo 989.º  
Prestação espontânea de caução

**Artigo 902.º**  
*Caução a favor de incapazes*

Artigo 990.º  
Caução a favor de incapazes

**Artigo 903.º**  
*Caução como incidente*

Artigo 991.º  
Caução como incidente

**TÍTULO III**  
**Regulação e repartição de avarias marítimas**

**SECÇÃO II**  
**Regulação e repartição de avarias marítimas**

**Artigo 904.º**  
*Termos da regulação e repartição de avarias quando haja compromisso*

Artigo 1063.º  
Termos da regulação e repartição de avarias quando haja compromisso

**Artigo 905.º**  
*Anulação do processo por falta de intervenção no compromisso, de algum interessado*

Artigo 1064.º  
Anulação do processo por falta de intervenção no compromisso, de algum interessado

**Artigo 906.º**  
*Termos a seguir na falta de compromisso*

Artigo 1065.º  
Termos a seguir na falta de compromisso

**Artigo 907.º**  
*Limitação do alcance da intervenção no compromisso ou na nomeação dos repartidores*

Artigo 1067.º  
Limitação do alcance da intervenção no compromisso ou na nomeação dos repartidores

**Artigo 908.º**  
*Hipótese de algum interessado estrangeiro ser revel*

Artigo 1068.º  
Hipótese de algum interessado estrangeiro ser revel

**Artigo 909.º**  
*Prazo para a ação de avarias grossas*

Artigo 1069.º  
Prazo para a ação de avarias grossas

**TÍTULO IV**  
**Da consignação em depósito**

**CAPÍTULO VI**  
**Da consignação em depósito**

**Artigo 910.º**  
*Petição*

Artigo 1024.º  
Petição

**Artigo 911.º**  
***Citação do credor***

Artigo 1025.º  
Citação do credor

**Artigo 912.º**  
***Falta de contestação***

Artigo 1026.º  
Falta de contestação

**Artigo 913.º**  
***Fundamentos da impugnação***

Artigo 1027.º  
Fundamentos da impugnação

**Artigo 914.º**  
***Inexistência de litígio sobre a prestação***

Artigo 1028.º  
Inexistência de litígio sobre a prestação

**Artigo 915.º**  
***Impugnação relativa ao objeto da prestação***

Artigo 1029.º  
Impugnação relativa ao objeto da prestação

**Artigo 916.º**  
***Processo no caso de ser duvidoso o direito do credor***

Artigo 1030.º  
Processo no caso de ser duvidoso o direito do credor

**Artigo 917.º**  
***Depósito como ato preparatório de ação***

Artigo 1031.º  
Depósito como ato preparatório de ação

**Artigo 918.º**  
***Consignação como incidente***

Artigo 1032.º  
Consignação como incidente

**TÍTULO V**  
***Reforma de autos***

**TÍTULO IV**  
**Dos processos especiais**

**CAPÍTULO X**  
**Da reforma de documentos, autos e livros**

**SECÇÃO II**  
**Reforma de autos**

**Artigo 919.º**  
***Petição para a reforma de autos***

Artigo 1074.º  
Petição para a reforma de autos

**Artigo 920.º**  
**Conferência de interessados**

**Artigo 1075.º**  
**Conferência de interessados**

**Artigo 921.º**  
**Termos do processo na falta de acordo**

**Artigo 1076.º**  
**Termos do processo na falta de acordo**

**Artigo 922.º**  
**Sentença**

**Artigo 1077.º**  
**Sentença**

**Artigo 923.º**  
**Reforma dos articulados, das decisões e das provas**

**Artigo 1078.º**  
**Reforma dos articulados, das decisões e das provas**

**Artigo 924.º**  
**Aparecimento do processo original**

**Artigo 1079.º**  
**Aparecimento do processo original**

**Artigo 925.º**  
**Responsabilidade pelas custas**

**Artigo 1080.º**  
**Responsabilidade pelas custas**

**Artigo 926.º**  
**Reforma de processo desencaminhado ou destruído nos tribunais superiores**

**Artigo 1081.º**  
**Reforma de processo desencaminhado ou destruído nos tribunais superiores**

**TÍTULO VI**  
**Da ação de indemnização contra magistrados**

**CAPÍTULO XI**  
**Da ação de indemnização contra magistrados**

**Artigo 927.º**  
**Âmbito de aplicação**

**Artigo 1083.º**  
**Âmbito de aplicação**

**Artigo 928.º**  
**Tribunal competente**

**Artigo 1084.º**  
**Tribunal competente**

**Artigo 929.º**  
**Audiência do magistrado arguido**

**Artigo 1085.º**  
**Audiência do magistrado arguido**

**Artigo 930.º**  
**Decisão sobre a admissão da causa**

Artigo 1086.º  
Decisão sobre a admissão da causa

**Artigo 931.º**  
**Recurso**

Artigo 1087.º  
Recurso

**Artigo 932.º**  
**Contestação e termos posteriores**

Artigo 1088.º  
Contestação e termos posteriores

**Artigo 933.º**  
**Discussão e julgamento**

Artigo 1089.º  
Discussão e julgamento

**Artigo 934.º**  
**Recurso de apelação**

Artigo 1090.º  
Recurso de apelação

**Artigo 935.º**  
**Tribunal competente para a execução**

Artigo 1091.º  
Tribunal competente para a execução

**Artigo 936.º**  
**Dispensa da decisão sobre a admissão da causa**

Artigo 1092.º  
Dispensa da decisão sobre a admissão da causa

**Artigo 937.º**  
**Indemnização em consequência de procedimento criminal**

Artigo 1093.º  
Indemnização em consequência de procedimento criminal

**TÍTULO VII**  
**Da revisão de sentenças estrangeiras**

**CAPÍTULO XII**  
**Da revisão de sentenças estrangeiras**

**Artigo 938.º**  
**Necessidade da revisão**

Artigo 1094.º  
Necessidade da revisão

**Artigo 939.º**  
**Tribunal competente**

Artigo 1095.º  
Tribunal competente

**Artigo 940.º**  
**Requisitos necessários para a confirmação**

Artigo 1096.º  
Requisitos necessários para a confirmação

**Artigo 941.º**

Artigo 1098.º



*Contestação e resposta*

*Artigo 942.º*  
*Discussão e julgamento*

*Artigo 943.º*  
*Fundamentos da impugnação do pedido*

*Artigo 944.º*  
*Atividade oficiosa do tribunal*

*Artigo 945.º*  
*Recurso da decisão final*

**TÍTULO VIII**  
*Da justificação da ausência*

*Artigo 946.º*  
*Petição – Citações*

*Artigo 947.º*  
*Articulados posteriores*

*Artigo 948.º*  
*Termos posteriores aos articulados*

*Artigo 949.º*  
*Publicidade da sentença*

*Artigo 950.º*  
*Conhecimento do testamento do ausente*

*Artigo 951.º*  
*Justificação da ausência no caso de morte presumida*

*Artigo 952.º*

Contestação e resposta

Artigo 1099.º  
Discussão e julgamento

Artigo 1100.º  
Fundamentos da impugnação do pedido

Artigo 1101.º  
Atividade oficiosa do tribunal

Artigo 1102.º  
Recurso da decisão final

**CAPÍTULO XIII**  
**Da justificação da ausência**

Artigo 1103.º  
Petição – Citações

Artigo 1104.º  
Articulados posteriores

Artigo 1105.º  
Termos posteriores aos articulados

Artigo 1106.º  
Publicidade da sentença

Artigo 1107.º  
Conhecimento do testamento do ausente

Artigo 1110.º  
Justificação da ausência no caso de morte presumida

Artigo 1111.º

*Notícia da existência do ausente*

Notícia da existência do ausente

*Artigo 953.º*

*Cessação da curadoria no caso de comparecimento do ausente*

Artigo 1112.º

Cessação da curadoria no caso de comparecimento do ausente

*Artigo 954.º*

*Liquidação da responsabilidade a que se refere o Artigo 119.º do Código Civil*

Artigo 1113.º

Liquidação da responsabilidade a que se refere o Artigo 119.º do Código Civil

*Artigo 955.º*

*Cessação da curadoria noutros casos*

Artigo 1114.º

Cessação da curadoria noutros casos

**TÍTULO IX**

*Da execução especial por alimentos*

**CAPÍTULO XIV**

**Da execução especial por alimentos**

*Artigo 956.º*

*Termos que segue*

Artigo 1118.º

Termos que segue

*Artigo 957.º*

*Insuficiência ou excesso dos rendimentos consignados*

Artigo 1119.º

Insuficiência ou excesso dos rendimentos consignados

*Artigo 958.º*

*Cessação da execução por alimentos provisórios*

Artigo 1120.º

Cessação da execução por alimentos provisórios

*Artigo 959.º*

*Processo para a cessação ou alteração dos alimentos*

Artigo 1121.º

Processo para a cessação ou alteração dos alimentos

*Artigo 960.º*

*Garantia das prestações vincendas*

Artigo 1121.º-A

Garantia das prestações vincendas

**TÍTULO X**

*Da liquidação da herança vaga em benefício do Estado*

**CAPÍTULO XV**

**Da liquidação de patrimónios**

**SECÇÃO II**

**Da liquidação da herança vaga em benefício do Estado**

**Artigo 961.º**  
*Citação dos interessados incertos no caso de herança jacente*

Artigo 1132.º  
Citação dos interessados incertos no caso de herança jacente

**Artigo 962.º**  
*Liquidação no caso de herança vaga*

Artigo 1133.º  
Liquidação no caso de herança vaga

**Artigo 963.º**  
*Processo para a reclamação e verificação dos créditos*

Artigo 1134.º  
Processo para a reclamação e verificação dos créditos

**TÍTULO XI**  
*Do divórcio e separação sem consentimento do outro cônjuge*

**CAPÍTULO XVII**  
*Do divórcio e separação sem consentimento do outro cônjuge*

**Artigo 964.º**  
*Tentativa de conciliação*

Artigo 1407.º  
Tentativa de conciliação

**Artigo 965.º**  
*Julgamento*

Artigo 1408.º  
Julgamento

**TÍTULO XII**  
*Dos processos de jurisdição voluntária*

**CAPÍTULO XVIII**  
*Dos processos de jurisdição voluntária*

**CAPÍTULO I**  
*Disposições gerais*

**SECÇÃO I**  
*Disposições gerais*

**Artigo 966.º**  
*Regras do processo*

Artigo 1409.º  
Regras do processo

**Artigo 967.º**  
*Critério de julgamento*

Artigo 1410.º  
Critério de julgamento

**Artigo 968.º**

Artigo 1411.º

*Valor das resoluções*

Valor das resoluções

**CAPÍTULO II**

***Providências relativas aos filhos e aos cônjuges***

**SECÇÃO II**

**Providências relativas aos filhos e aos  
cônjuges**

**Artigo 969.º**

***Alimentos a filhos maiores ou emancipados***

Artigo 1412.º

Alimentos a filhos maiores ou emancipados

**Artigo 970.º**

***Atribuição da casa de morada de família***

Artigo 1413.º

Atribuição da casa de morada de família

**Artigo 971.º**

***Desacordo entre os cônjuges***

Artigo 1414.º

Desacordo entre os cônjuges

**Artigo 972.º**

***Contribuição do cônjuge para as despesas  
domésticas***

Artigo 1415.º

Contribuição do cônjuge para as despesas  
domésticas

**Artigo 973.º**

***Conversão da separação em divórcio***

Artigo 1416.º

Conversão da separação em divórcio

**CAPÍTULO III**

***Separação ou divórcio por mútuo  
consentimento***

**SECÇÃO III**

**Separação ou divórcio por mútuo  
consentimento**

**Artigo 974.º**

***Requerimento***

Artigo 1419.º

Requerimento

**Artigo 975.º**

***Convocação da conferência***

Artigo 1420.º

Convocação da conferência

**Artigo 976.º**

***Conferência***

Artigo 1421.º

Conferência

**Artigo 977.º**

***Suspensão ou adiamento da conferência***

Artigo 1422.º

Suspensão ou adiamento da conferência

*Artigo 978.º*  
*Renovação da instância*

Artigo 1423.º-A  
Renovação da instância

*Artigo 979.º*  
*Irrecorribilidade do convite à alteração dos acordos*

Artigo 1424.º  
Irrecorribilidade do convite à alteração dos acordos

**CAPÍTULO IV**  
*Processos de suprimimento*

**SECÇÃO IV**  
**Processos de suprimimento**

*Artigo 980.º*  
*Suprimimento de consentimento no caso de recusa*

Artigo 1425.º  
Suprimimento de consentimento no caso de recusa

*Artigo 981.º*  
*Suprimimento de consentimento noutros casos*

Artigo 1426.º  
Suprimimento de consentimento noutros casos

*Artigo 982.º*  
*Suprimimento da deliberação da maioria legal dos comproprietários*

Artigo 1427.º  
Suprimimento da deliberação da maioria legal dos comproprietários

*Artigo 983.º*  
*Nomeação de administrador na propriedade horizontal*

Artigo 1428.º  
Nomeação de administrador na propriedade horizontal

*Artigo 984.º*  
*Determinação judicial da prestação ou do preço*

Artigo 1429.º  
Determinação judicial da prestação ou do preço

*Artigo 985.º*  
*Determinação judicial em outros casos*

Artigo 1430.º  
Determinação judicial em outros casos

**CAPÍTULO V**  
*Alienação ou oneração de bens dotais e de bens sujeitos a fideicomisso*

**SECÇÃO V**  
**Alienação ou oneração de bens dotais e de bens sujeitos a fideicomisso**

*Artigo 986.º*  
*Petição da autorização judicial*

Artigo 1431.º  
Petição da autorização judicial

*Artigo 987.º*  
*Pessoas citadas*

Artigo 1432.º  
Pessoas citadas

*Artigo 988.º*  
*Termos posteriores*

Artigo 1433.º  
Termos posteriores

*Artigo 989.º*  
*Destino do produto da alienação por  
necessidade urgente*

Artigo 1434.º  
Destino do produto da alienação por necessidade  
urgente

*Artigo 990.º*  
*Destino do produto da alienação por utilidade  
manifesta*

Artigo 1435.º  
Destino do produto da alienação por utilidade  
manifesta

*Artigo 991.º*  
*Conversão do produto em casos especiais*

Artigo 1436.º  
Conversão do produto em casos especiais

*Artigo 992.º*  
*Aplicação da parte sobranete*

Artigo 1437.º  
Aplicação da parte sobranete

*Artigo 993.º*  
*Autorização judicial para alienar ou onerar  
bens sujeitos a fideicomisso*

Artigo 1438.º  
Autorização judicial para alienar ou onerar bens  
sujeitos a fideicomisso

**CAPÍTULO VI**  
*Autorização ou confirmação de certos atos*

**SECÇÃO VI**  
**Autorização ou confirmação de certos atos**

*Artigo 994.º*  
*Autorização judicial*

Artigo 1439.º  
Autorização judicial

*Artigo 995.º*  
*Aceitação ou rejeição de liberalidades em favor  
de incapazes*

Artigo 1440.º  
Aceitação ou rejeição de liberalidades em favor  
de incapazes

*Artigo 996.º*  
*Alienação ou oneração dos bens do ausente ou  
confirmação de atos praticados pelo  
representante do incapaz*

Artigo 1441.º  
Alienação ou oneração dos bens do ausente ou  
confirmação de atos praticados pelo  
representante do incapaz

**CAPÍTULO VII**  
**Conselho de família**

**Artigo 997.º**  
**Constituição do conselho**

**Artigo 998.º**  
**Designação do dia para a reunião**

**Artigo 999.º**  
**Assistência de pessoas estranhas ao conselho**

**Artigo 1000.º**  
**Deliberação**

**CAPÍTULO VIII**  
**Curadoria provisória dos bens do ausente**

**Artigo 1001.º**  
**Curadoria provisória dos bens do ausente**

**Artigo 1002.º**  
**Publicação da sentença**

**Artigo 1003.º**  
**Montante e idoneidade da caução**

**Artigo 1004.º**  
**Montante e idoneidade da caução erro!**

**Artigo 1005.º**  
**Cessação da curadoria**

**CAPÍTULO IX**

**SECÇÃO VII**  
**Conselho de família**

**Artigo 1442.º**  
**Constituição do conselho**

**Artigo 1443.º**  
**Designação do dia para a reunião**

**Artigo 1444.º**  
**Assistência de pessoas estranhas ao conselho**

**Artigo 1445.º**  
**Deliberação**

**SECÇÃO IX**  
**Curadoria provisória dos bens do ausente**

**Artigo 1451.º**  
**Curadoria provisória dos bens do ausente**

**Artigo 1452.º**  
**Publicação da sentença**

**Artigo 1453.º**  
**Montante e idoneidade da caução**

**Artigo 1454.º**  
**Montante e idoneidade da caução erro!**

**Artigo 1455.º**  
**Cessação da curadoria**

**SECÇÃO X**

**Fixação judicial do prazo**

**Artigo 1006.º**  
**Requerimento**

**Artigo 1007.º**  
**Termos posteriores**

**CAPÍTULO X**  
**Notificação para preferência**

**Artigo 1008.º**  
**Termos a seguir**

**Artigo 1009.º**  
**Preferência limitada**

**Artigo 1010.º**  
**Prestação acessória**

**Artigo 1011.º**  
**Direito de preferência a exercer simultaneamente por vários titulares**

**Artigo 1012.º**  
**Direitos de preferência alternativos**

**Artigo 1013.º**  
**Direito de preferência sucessivo**

**Artigo 1014.º**  
**Direito de preferência pertencente a herança**

**Artigo 1015.º**  
**Direito de preferência pertencente aos cônjuges**

**Artigo 1016.º**  
**Direitos de preferência concorrentes**

**Fixação judicial do prazo**

Artigo 1456.º  
Requerimento

Artigo 1457.º  
Termos posteriores

**SECÇÃO XI**  
**Notificação para preferência**

Artigo 1458.º  
Termos a seguir

Artigo 1459.º  
Preferência limitada

Artigo 1459.º-A  
Prestação acessória

Artigo 1459.º-B  
Direito de preferência a exercer simultaneamente por vários titulares

Artigo 1460.º  
Direitos de preferência alternativos

Artigo 1461.º  
Direito de preferência sucessivo

Artigo 1462.º  
Direito de preferência pertencente a herança

Artigo 1463.º  
Direito de preferência pertencente aos cônjuges

Artigo 1464.º  
Direitos de preferência concorrentes



**Artigo 1017.º**  
***Exercício da preferência quando a alienação já  
tenha sido efetuada e o direito caiba a várias  
pessoas***

**Artigo 1018.º**  
***Regime das custas***

**CAPÍTULO XI**  
***Herança jacente***

**Artigo 1019.º**  
***Declaração de aceitação ou repúdio***

**Artigo 1020.º**  
***Notificação sucessiva dos herdeiros***

**Artigo 1021.º**  
***Ação sub-rogatória***

**CAPÍTULO XII**  
***Exercício da testamentaria***

**Artigo 1022.º**  
***Escusa do testamenteiro***

**Artigo 1023.º**  
***Regime das custas***

**Artigo 1024.º**  
***Remoção do testamenteiro***

**CAPÍTULO XIII**  
***Tutela da personalidade***

**Artigo 1465.º**  
**Exercício da preferência quando a alienação já  
tenha sido efetuada e o direito caiba a várias  
pessoas**

**Artigo 1466.º**  
**Regime das custas**

**SECÇÃO XII**  
**Herança jacente**

**Artigo 1467.º**  
**Declaração de aceitação ou repúdio**

**Artigo 1468.º**  
**Notificação sucessiva dos herdeiros**

**Artigo 1469.º**  
**Ação sub-rogatória**

**SECÇÃO XIII**  
**Exercício da testamentaria**

**Artigo 1470.º**  
**Escusa do testamenteiro**

**Artigo 1471.º**  
**Regime das custas**

**Artigo 1472.º**  
**Remoção do testamenteiro**

**SECÇÃO XIV**  
**Tutela da personalidade, do nome e da**

*Artigo 1025.º*  
*Pressupostos*

*Artigo 1474.º*  
*Pressupostos*  
*(O Artigo 1025.º do projecto corresponde, com pequenos ajustes, ao n.º 1 do actual art. 1474.º)*

*Artigo 1026.º*  
*Termos posteriores*

*Artigo 1027.º*  
*Regimes especiais*

**CAPÍTULO XIV**  
***Apresentação de coisas ou documentos***

**SECÇÃO XV**  
***Apresentação de coisas ou documentos***

*Artigo 1028.º*  
*Requerimento*

Artigo 1476.º  
Requerimento

*Artigo 1029.º*  
*Termos posteriores*

Artigo 1477.º  
Termos posteriores

*Artigo 1030.º*  
*Apreensão judicial*

Artigo 1478.º  
Apreensão judicial

**CAPÍTULO XV**  
***Exercício de direitos sociais***

**SECÇÃO XVII**  
***Exercício de direitos sociais***

**SECÇÃO I**  
***Do inquérito judicial à sociedade***

**SUBSECÇÃO I**  
***Do inquérito judicial à sociedade***

*Artigo 1031.º*  
*Requerimento*

Artigo 1479.º  
Requerimento

*Artigo 1032.º*  
*Termos posteriores*

Artigo 1480.º  
Termos posteriores

*Artigo 1033.º*  
*Medidas cautelares*

Artigo 1481.º  
Medidas cautelares

*Artigo 1034.º*  
*Decisão*

Artigo 1482.º  
Decisão

*Artigo 1035.º*  
*Regime das custas*

Artigo 1483.º  
Regime das custas

**SECÇÃO II**  
*Nomeação e destituição de titulares de órgãos  
sociais*

**SUBSECÇÃO II**  
**Nomeação e destituição de titulares de órgãos  
sociais**

*Artigo 1036.º*  
*Nomeação judicial de titulares de órgãos  
sociais*

Artigo 1484.º  
Nomeação judicial de titulares de órgãos sociais

*Artigo 1037.º*  
*Nomeação incidental*

Artigo 1484.º-A  
Nomeação incidental

*Artigo 1038.º*  
*Suspensão ou destituição de titulares de órgãos  
sociais*

Artigo 1484.º-B  
Suspensão ou destituição de titulares de órgãos  
sociais

*Artigo 1039.º*  
*Exoneração do administrador na propriedade  
horizontal*

Artigo 1485.º  
Exoneração do administrador na propriedade  
horizontal

**SECÇÃO III**  
*Convocação de assembleia de sócios*

**SUBSECÇÃO III**  
**Convocação de assembleia de sócios**

*Artigo 1040.º*  
*Processo a observar*

Artigo 1486.º  
Processo a observar

**SECÇÃO IV**

**SUBSECÇÃO IV**

***Redução do capital social***

***Artigo 1041.º***  
***Oposição à distribuição de reservas ou dos lucros do exercício***

***SECÇÃO V***  
***Oposição à fusão e cisão de sociedades e ao contrato de subordinação***

***Artigo 1042.º***  
***Processo a seguir***

***Artigo 1043.º***  
***Oposição ao contrato de subordinação***

***SECÇÃO VI***  
***Averbamento, conversão e depósito de ações e obrigações***

***Artigo 1044.º***  
***Direito de pedir o averbamento de ações ou obrigações***

***Artigo 1045.º***  
***Execução da decisão judicial***

***Artigo 1046.º***  
***Efeitos da decisão***

***Artigo 1047.º***  
***Conversão de títulos***

***Artigo 1048.º***  
***Depósito de ações ou obrigações***

***Artigo 1049.º***  
***Como se faz o depósito***

***Redução do capital social***

***Artigo 1487.º***  
***Oposição à distribuição de reservas ou dos lucros do exercício***

***SUBSECÇÃO V***  
***Oposição à fusão e cisão de sociedades e ao contrato de subordinação***

***Artigo 1488.º***  
***Processo a seguir***

***Artigo 1489.º***  
***Oposição ao contrato de subordinação***

***SUBSECÇÃO VI***  
***Averbamento, conversão e depósito de ações e obrigações***

***Artigo 1490.º***  
***Direito de pedir o averbamento de ações ou obrigações***

***Artigo 1491.º***  
***Execução da decisão judicial***

***Artigo 1492.º***  
***Efeitos da decisão***

***Artigo 1493.º***  
***Conversão de títulos***

***Artigo 1494.º***  
***Depósito de ações ou obrigações***

***Artigo 1495.º***  
***Como se faz o depósito***

*Artigo 1050.º*  
*Eficácia do depósito*

Artigo 1596.º  
Eficácia do depósito

**SECÇÃO VII**  
*Liquidação de participações sociais*

**SUBSECÇÃO VIII**  
**Liquidação de participações sociais**

*Artigo 1051.º*  
*Requerimento e perícia*

Artigo 1498.º  
Requerimento e perícia

*Artigo 1052.º*  
*Ineficácia da oposição do sócio excluído à  
venda da quota*

Artigo 1499.º  
Ineficácia da oposição do sócio excluído à venda  
da quota

**SECÇÃO VIII**  
*Investidura em cargos sociais*

**SUBSECÇÃO IX**  
**Investidura em cargos sociais**

*Artigo 1053.º*  
*Processo a seguir*

Artigo 1500.º  
Processo a seguir

*Artigo 1054.º*  
*Execução da decisão*

Artigo 1501.º  
Execução da decisão

**CAPÍTULO XVI**  
*Providências relativas aos navios e à sua carga*

**SECÇÃO XVIII**  
**Providências relativas aos navios e à sua  
carga**

*Artigo 1055.º*  
*Realização da vistoria*

Artigo 1502.º  
Realização da vistoria

*Artigo 1056.º*  
*Outras vistorias em navio ou sua carga*

Artigo 1503.º  
Outras vistorias em navio ou sua carga

*Artigo 1057.º*  
*Aviso no caso de ser estrangeiro o navio*

Artigo 1504.º  
Aviso no caso de ser estrangeiro o navio

**Artigo 1058.º**  
***Venda do navio por inavegabilidade***

**Artigo 1059.º**  
***Autorização judicial para atos a praticar pelo capitão***

**Artigo 1060.º**  
***Nomeação de consignatário***

**CAPÍTULO XVII**  
***Atribuição de bens de pessoa coletiva extinta***

**Artigo 1061.º**  
***Processo de atribuição dos bens***

**Artigo 1062.º**  
***Formalidades do requerimento***

**Artigo 1063.º**  
***Citações***

**Artigo 1064.º**  
***Decisão***

**LIVRO VI**  
***Do tribunal arbitral necessário***

**Artigo 1065.º**  
***Regime do julgamento arbitral necessário***

**Artigo 1066.º**  
***Nomeação dos árbitros – Árbitro de desempate***

**Artigo 1067.º**

**Artigo 1505.º**  
***Venda do navio por inavegabilidade***

**Artigo 1506.º**  
***Autorização judicial para atos a praticar pelo capitão***

**Artigo 1507.º**  
***Nomeação de consignatário***

**SECÇÃO XIX**  
***Atribuição de bens de pessoa coletiva extinta***

**Artigo 1507.º-A**  
***Processo de atribuição dos bens***

**Artigo 1507.º-B**  
***Formalidades do requerimento***

**Artigo 1507.º-C**  
***Citações***

**Artigo 1507.º-D**  
***Decisão***

**LIVRO IV**  
***Do tribunal arbitral***

**TÍTULO II**  
***Do tribunal arbitral necessário***

**Artigo 1525.º**  
***Regime do julgamento arbitral necessário***

**Artigo 1526.º**  
***Nomeação dos árbitros – Árbitro de desempate***

**Artigo 1527.º**

***Substituição dos árbitros – Responsabilidade dos remissos***

Substituição dos árbitros – Responsabilidade dos remissos

***Artigo 1068.º***

***Aplicação das disposições relativas ao tribunal arbitral voluntário***

Artigo 1528.º

Aplicação das disposições relativas ao tribunal arbitral voluntário